

A história da sede da Escola Nacional de Botânica Tropical, o antigo solar localizado no Horto, dito Solar da Imperatriz, mas que, de fato, nunca a ela pertenceu.

Detalhe da gravura d. Amélia entregando a espada do pai a d. Pedro I. (G186)
MUSEU DO PRIMEIRO REINADO



Presidente da República *Dilma Rousseff*

Ministra do Meio Ambiente *Izabella Teixeira*

Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro *Liszt Vieira*

Diretora da Escola Nacional de Botânica Tropical *Ariane Luna Peixoto*

Organização *Alda Heizer*

Edição *Anna Dantes*

Preparação de texto *Valeska Aguirre*

Revisão *Aline Xavier*

Tratamento de imagens *Juliana Waehner*

Fotografia

Anna Dantes

páginas 30, 31, 33, 37, 44, 58-59 (fundos),

74, 75, 76, 85 (superior), 123 e capa.

Carlos Alberto B. Zenicola

páginas 58, 59, 60, 61, 62 e 62.

Dalila Tiago N. F. de Mendonça

página 53 (barrotes)

Juliana Waehner

paginas: 11, 39 (inferior), 40, 41, 43-43, 46, 47,48, 49, 50, 52, 53, 54,

55, 56, 57, 63, (fundo), 66, 67, 77, 78, 79, 83, 85 (inferior), 107 e 117.

Pepê Schettino

paginas: 10, 14, 15, 16, 25, 28-29, 68, 70-71, 106 (inferior) e 2ª capa.

S684

Solar da Imperatriz / organização Alda Heizer ; texto de Claudia Braga Gaspar... [et al.]. -- Rio de Janeiro : Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2011.

124 p. : il. ; 21 x 27 cm.

Inclui versão em inglês.

ISBN 978-85-60035-07-6

1. Jardim Botânico do Rio de Janeiro – História. I. Heizer, Alda. 2. Gaspar, Claudia Braga.

CDD 580.7448153

Solar da Imperatriz

organização *Alda Heizer*

textos

Claudia Braga Gaspar

Begonha Bediaga

Dalila Tiago N. F. de Mendonça

Carlos Alberto B. Zenicola

José Maria Assumpção

Ana Rosa de Oliveira

Marcus Nadruz Coelho & Claudio Nicoletti de Fraga



APRESENTAÇÃO

Em boa hora, pesquisadores e especialistas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em conjunto com a historiadora Claudia Gaspar – estudiosa da história da zona sul da cidade, lançam o presente livro sobre a história do Solar da Imperatriz, onde hoje funciona a Escola Nacional de Botânica Tropical.

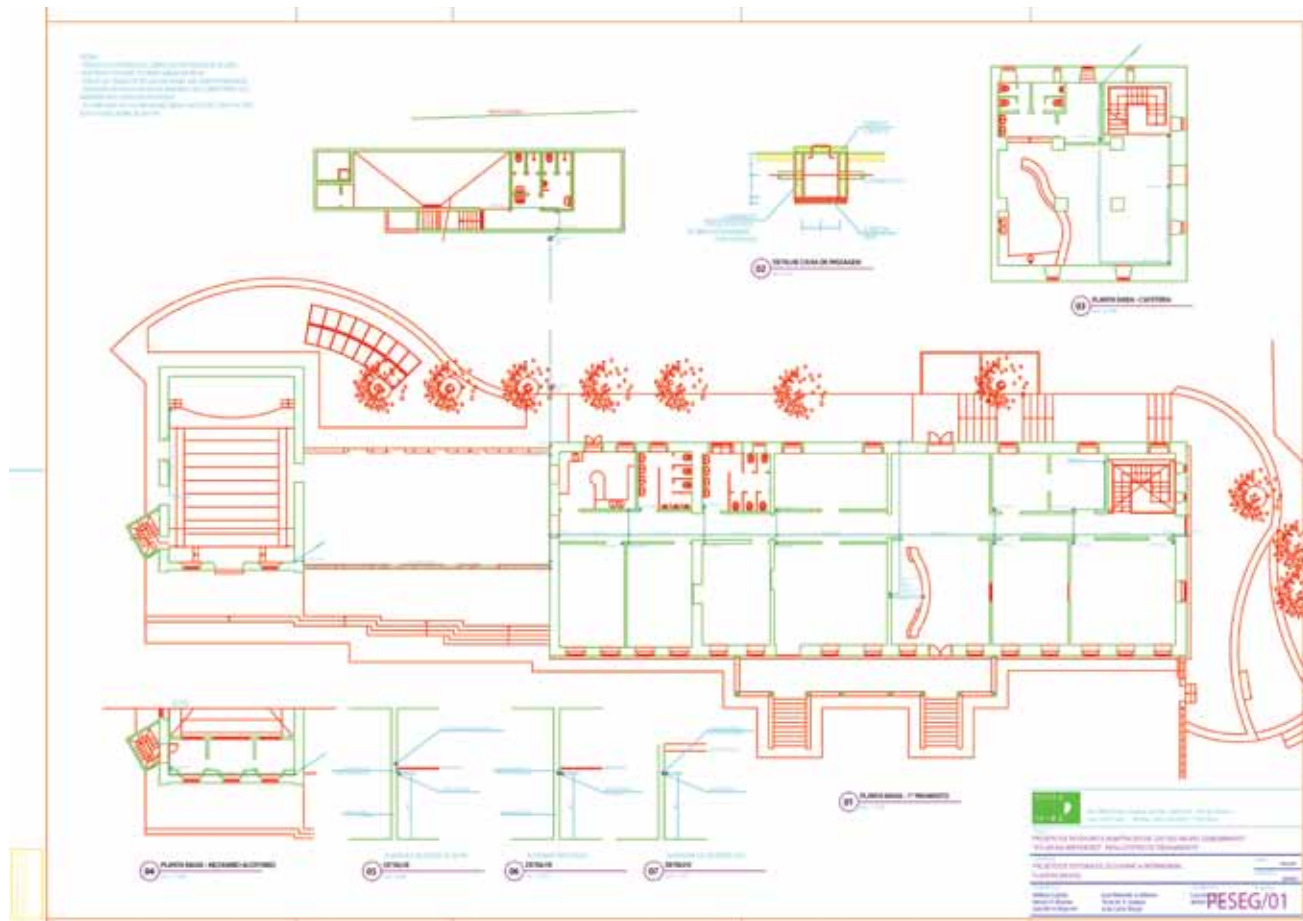
Nos últimos anos, o Jardim Botânico desenvolveu importantes projetos na área da pesquisa científica, entre eles, o Catálogo Geral de Plantas e Fungos do Brasil. Reformou todos os prédios existentes dentro e no entorno do arboreto, como, por exemplo, o Chafariz Central, o Centro de Visitantes, o Bromeliário, Orquidário, Cactáreo, Aqueduto da Levada etc.

No seu bicentenário, em 2008, inaugurou o Espaço Tom Jobim, dedicado à música e teatro, o Centro de Exposições e o Museu do Meio Ambiente, o primeiro na América Latina.

O prédio conhecido como Solar da Imperatriz estava a merecer atenção especial face à sua beleza arquitetônica e ao seu valor histórico. Trata-se, no fundo, de resgatar a memória para avivar a consciência, pois, como dizia Bergson, não há consciência sem memória.

Na luta perene da memória contra o esquecimento, este livro nos dá uma bela contribuição do ponto de vista histórico, arquitetônico, paisagístico, botânico, devolvendo ao Solar da Imperatriz a plenitude da sua vida ao revelar a todos a sua história.

Liszt Vieira, presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro



INTRODUÇÃO	09
CAMINHOS PARA O SOLAR	12
O INSTITUTO, O JARDIM E O ASILO	45
SOBRE ARQUITETURA	48
A RESTAURAÇÃO DO SOLAR	58
HORTO FLORESTAL	70
NOTÍCIA BOTÂNICA	80
BURLE MARX E O HORTO	90
CRONOLOGIA	107
BIBLIOGRAFIA	118
NOTAS BIOGRÁFICAS	120

INTRODUÇÃO

Alda Heizer

O livro sobre o Solar da Imperatriz, atual Escola Nacional de Botânica Tropical, é o resultado de pesquisa textual e iconográfica realizada por especialistas em diferentes áreas, e não esgota o tema proposto, ao contrário, abre caminhos para novas reflexões.

Assim, *Solar da Imperatriz* pretende indicar possibilidades de desdobramentos futuros, apontar questões entre um passado não tão recente e a atualidade, tal como assinalar a importância de um monumento que é parte integrante do patrimônio material e imaterial do Brasil.

Concordamos com o historiador Pierre Nora, quando chama a atenção para o fato de a memória ser a vida aberta à dialética da lembrança e da amnésia, e a história, a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não é mais. Escrever sobre a trajetória de vida de um prédio e seus diversos usos no decorrer do tempo nos situa entre a lembrança e o esquecimento, de um lado, e a problematização e a representação, de outro.

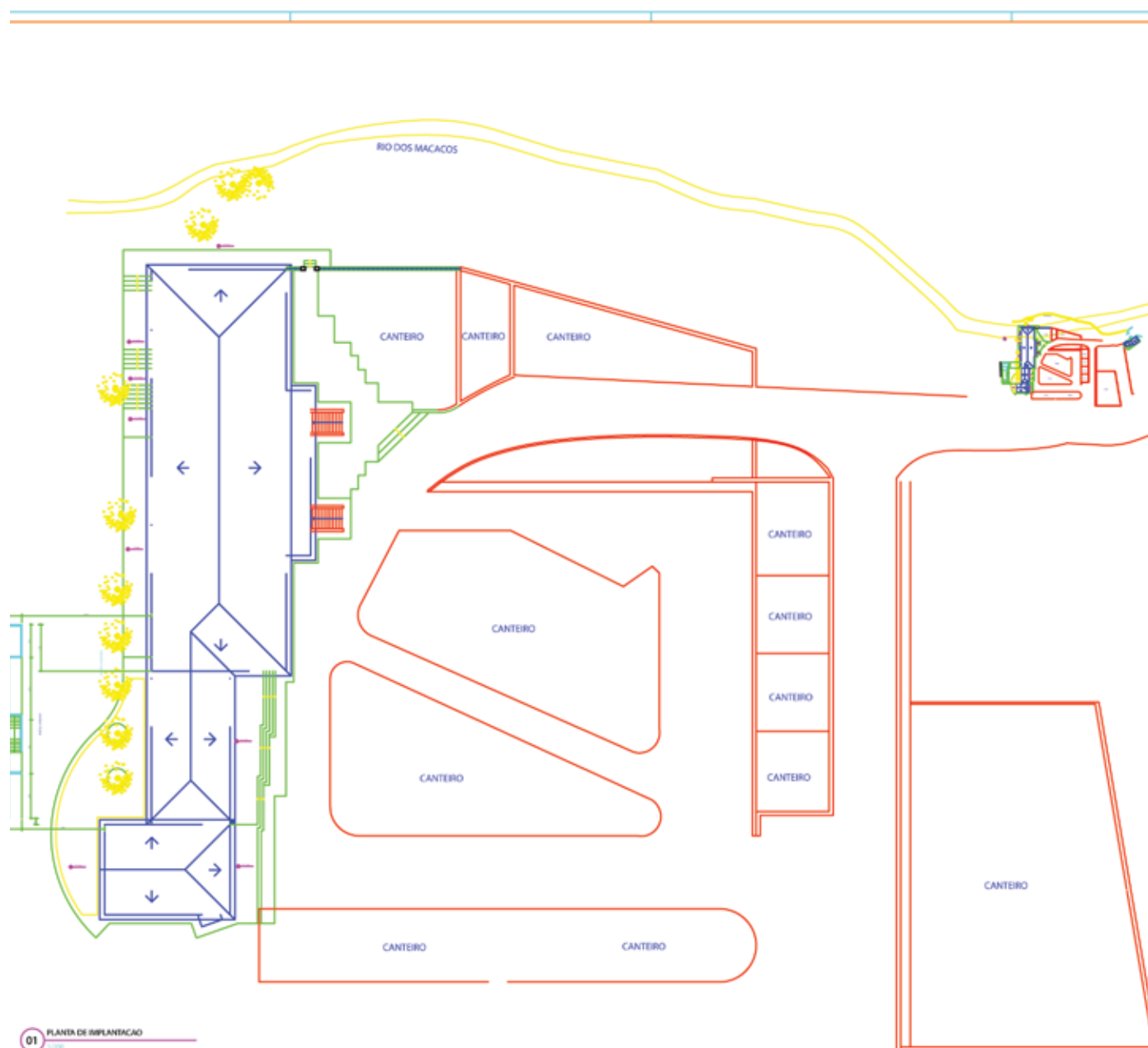
Mesclam-se história, arquitetura, paisagismo, restauração, diversidade das plantas para assinalar a importância da edificação num quadro de conservação da biodiversidade, elementos que podem ser considerados as balizas da pesquisa sobre um prédio que, com o seu entorno, não conta, mas contém histórias plurais.

A composição arquitetônica do Solar e a importância de sua conservação, associadas a um roteiro que demonstra o processo de restauração do prédio, não poderiam ofuscar a relevância do horto florestal – aqui tratado acertadamente como um espaço em que se estuda e/ou se multiplica imensa variedade de plantas. Ressalta-se o significado da vegetação na encosta e a ação de preservação desta riqueza como prioridade – o que fez com que o paisagista Roberto Burle Marx, ao apresentar um documento ao Conselho Federal de Cultura, a considerasse “parte indispensável, manancial e área de integração do Jardim Botânico”.

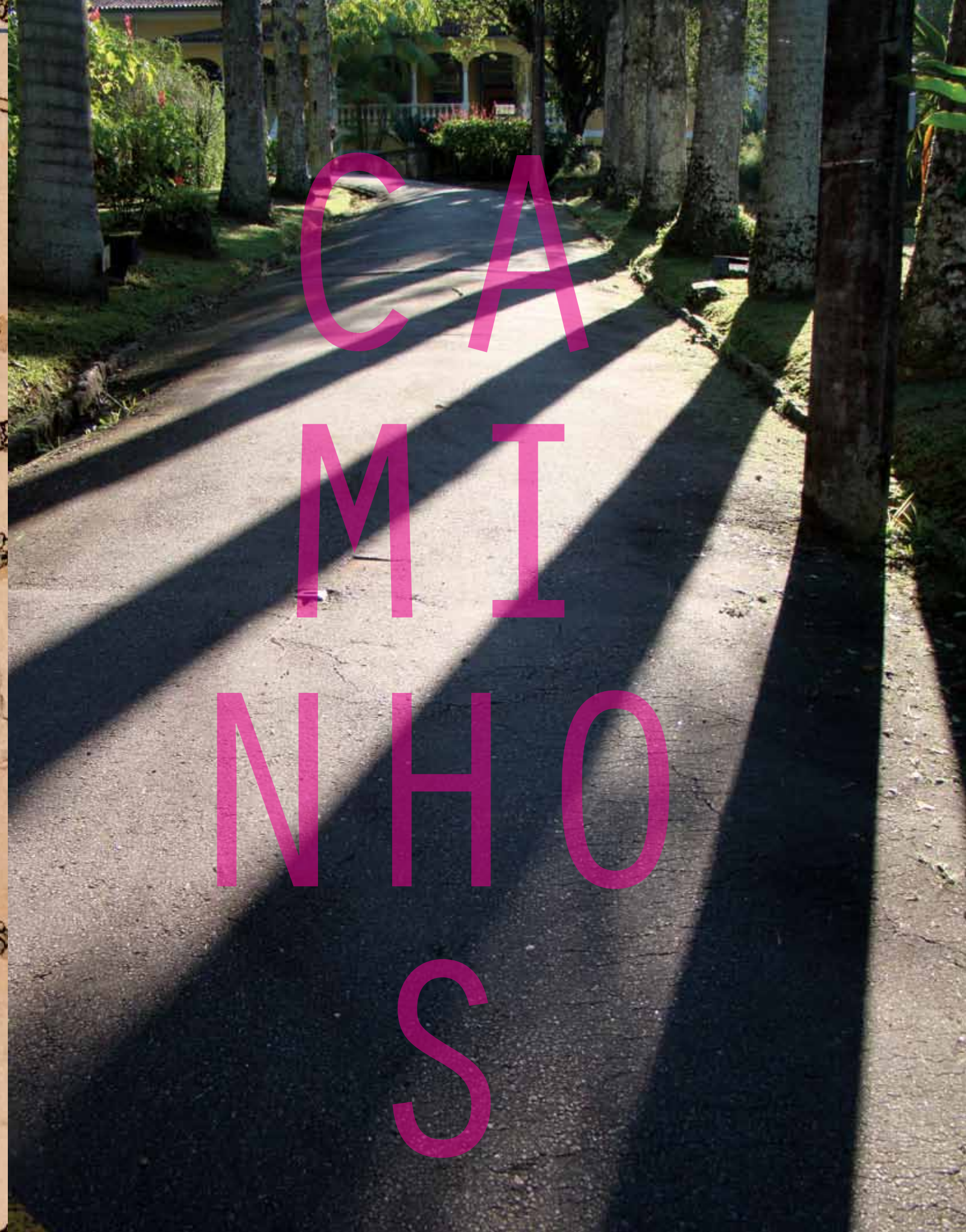
A obra também permite um mergulho em documentos das principais instituições cariocas de preservação e memória. A edição acurada, com a coordenação de Anna Dantes, dá igual relevância a texto e imagem, na medida que valoriza mapas, relatórios de época, manuscritos, pinturas e desenhos colhidos em acervos como os dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda, Fundação Biblioteca Nacional (em sua Seção de Obras Raras), Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Exército, Museu do Primeiro Reinado, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Biblioteca Barbosa Rodrigues do JBRJ.

Como toda obra coletiva, esta também merece ser referenciada. Os agradecimentos são vários e estão elencados no final desta edição, mas vale registrar o incentivo irrestrito do pesquisador Gilberto Amado, diretor da ENBT à época da proposta da pesquisa, pois não mediu esforços para que o Solar se tornasse efetivamente conhecido e reconhecido como parte integrante do patrimônio prestigioso do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico.

Sendo assim, com *Solar da Imperatriz*, oferecemos mais um presente à cidade: uma joia que já foi da Coroa e hoje é republicana e democrática, parte integrante da paisagem local e merecedora desse olhar sempre cuidadoso sobre a conservação e a preservação de um patrimônio que extrapola o próprio prédio.



Detalhe do Plano da Lagoa
Rodrigo de Freitas (1809).
Desenho: Ten.º Coronel Carlos
José do Reis e Gama.
(AHEX 23.02.1652)
Arquivo Histórico do Exército

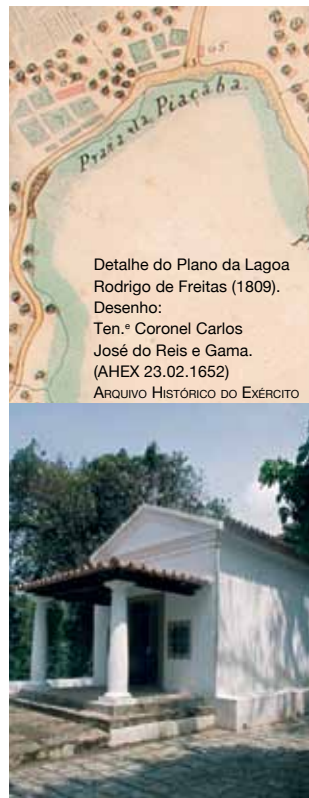


CAMI
NHOS

CAMINHOS PARA O SOLAR

texto de Claudia Braga Gaspar

O ENGENHO DE NOSSA SENHORA da Conceição da Lagoa é um dos mais antigos engenhos de cana-de-açúcar do Rio de Janeiro, fundado por Diogo de Amorim Soares em 1596. Em 1660, a propriedade foi adquirida por Rodrigo de Freitas Mello e Castro, que mais tarde passou para seus descendentes. No final do século XVIII, as terras do engenho compreendiam toda a área atualmente ocupada pelos bairros do Jardim Botânico, Gávea, Leblon, Ipanema, Arpoador, Lagoa, parte do Humaitá e grande parte do Parque Nacional da Tijuca.



Por volta de 1868, os que quisessem chegar à chácara ou fazenda do Macaco, vindos do Centro pelo Caminho de São Clemente, percorriam um longo trajeto. Após passar o fortim de São Clemente, situado próximo ao Humaitá e descendo suave ladeira, chegava-se à Piaçaba (hoje Igreja Sta. Margarida Maria), na Lagoa Rodrigo de Freitas. Era o local uma praia, belo ancoradouro, situado às margens da Lagoa e, como o próprio nome diz, “um porto seguro”. Dali, muitos se dirigiam em canoas ou em pequenas embarcações para diversos pontos da restinga, hoje praias do Leblon e de Ipanema, e para o jardim (antigo ENGENHO DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS).

Quem continuasse o caminho a cavalo, da Piaçaba adiante, pegava a estrada Caminho da Gávea aberta entre a Lagoa e a encosta do Corcovado. Importantes chácaras bordejavam este caminho, hoje rua Jardim Botânico. A primeira que se via, à esquerda, era a chácara da Bica, na praia do Padeiro, às margens da Lagoa. A única deste lado da rua. Nela, no século XX, a família Carneiro da Cunha construiu o seu Solar Monjope. Quase em frente à chácara da Bica, ficava a dos Lages [n. 4], uma das mais antigas, pois, em 1850, já encontrava-se em mãos da matriarca Felicité Clarisse de Labourdonnay, avó do industrial Henrique Lage. Vizinha a esta, estava a chácara n. 5, onde, anos depois, funcionou a fábrica de Tecidos Corcovado. E, logo adiante, a “Pedra do Maquinez” ou “Pedra Santa”, que tanto aterrorizava os viajantes, pois achavam que poderiam ser soterrados por sua queda, preferindo muitas vezes o percurso via lagoa, em pequenas embarcações.

Os que seguiam o caminho em direção à Gávea podiam admirar a beleza da capela de Nossa Senhora da Cabeça, edificada no princípio do século XVII sobre pequeno outeiro, no final da atual rua Faro. Chegava-se então a uma pequena ponte de madeira sobre o rio da Cabeça, que transbordava com frequência, interrompendo muitas vezes a passagem de quem transitava no local. Transpondo as pontes, a do rio da Cabeça e, mais adiante, a Ponte de Táboas, construída muitos anos depois sobre o rio dos Macacos.

Nas proximidades do largo formado pela Ponte de Táboas, a estrada se desmembrava em três variantes: a primeira e a segunda variantes, paralelas, cortavam as terras baixas do Jardim Botânico, para se unirem quase na altura do largo das TRÊS VENDAS. A que corria beirando a lagoa, denominou-se rua Jardim Botânico, enquanto que a outra ficou conhecida como Caminho da Gávea, depois estrada Velha do Jardim, variante muito usada em época de cheia da lagoa, o que impedia o trânsito pela rua Jardim Botânico. A terceira, dobrando-se à direita, tomava a direção da serra, alcançando os limites das terras do Engenho, que iam além da Vista Chinesa. Denominada, em meados do século XIX, de rua da

Azinhaga da Floresta, hoje formada pela rua Pacheco Leão e estrada Dona Castorina, dava acesso a grandes chácaras, como a da Floresta e a do Macaco. Seu percurso atravessava as chácaras n. 11 e n. 12, início da estrada Azinhaga da Floresta, cortando as chácaras n. 16 de um lado da estrada, e n. 15 e n. 18 do outro, até atingir o portão de entrada da chácara n. 17 (chácara do Macaco), onde ao final do século XIX o Asilo Agrícola estabeleceu a sua sede.

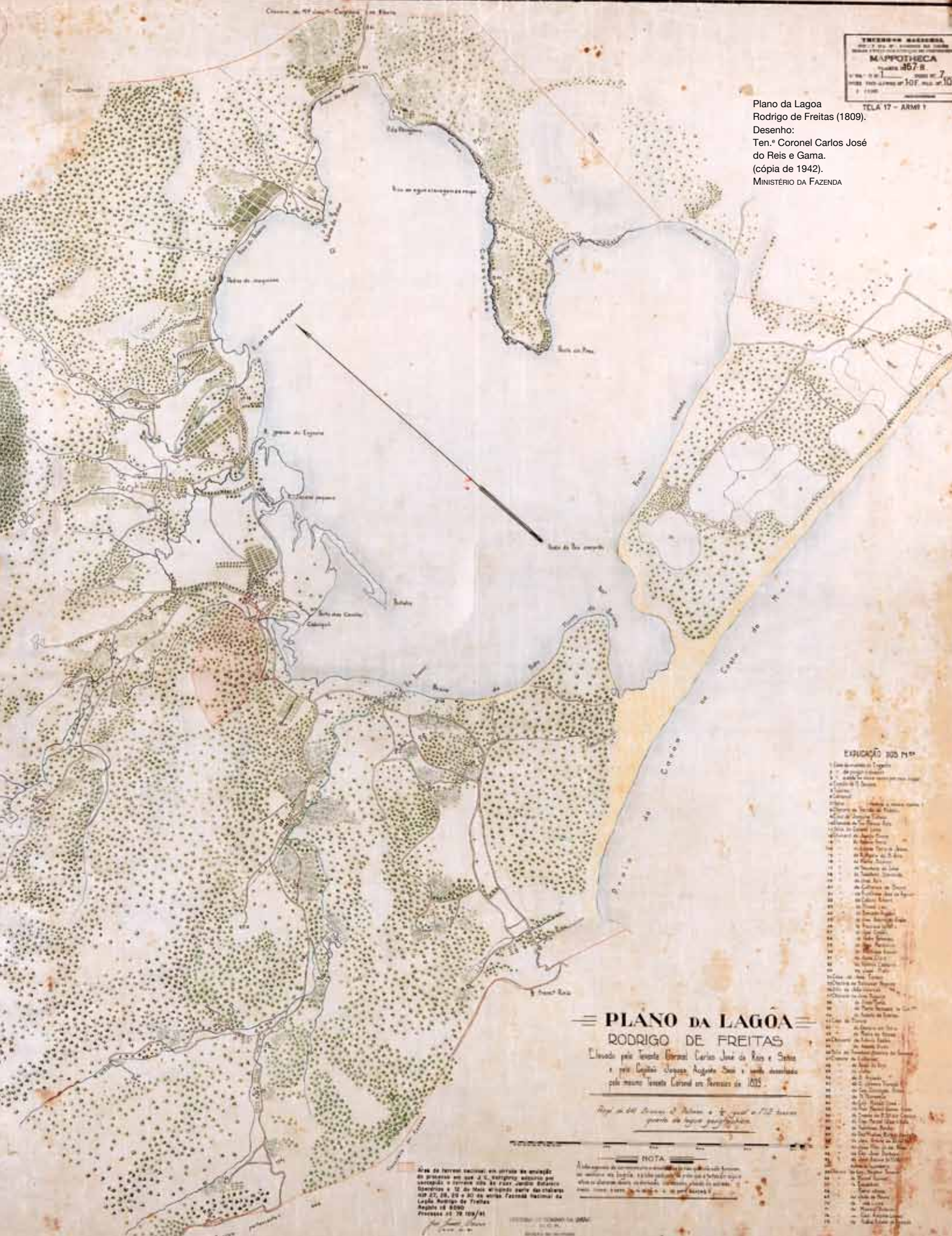


SEÇÃO DE ICONOGRAFIA
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

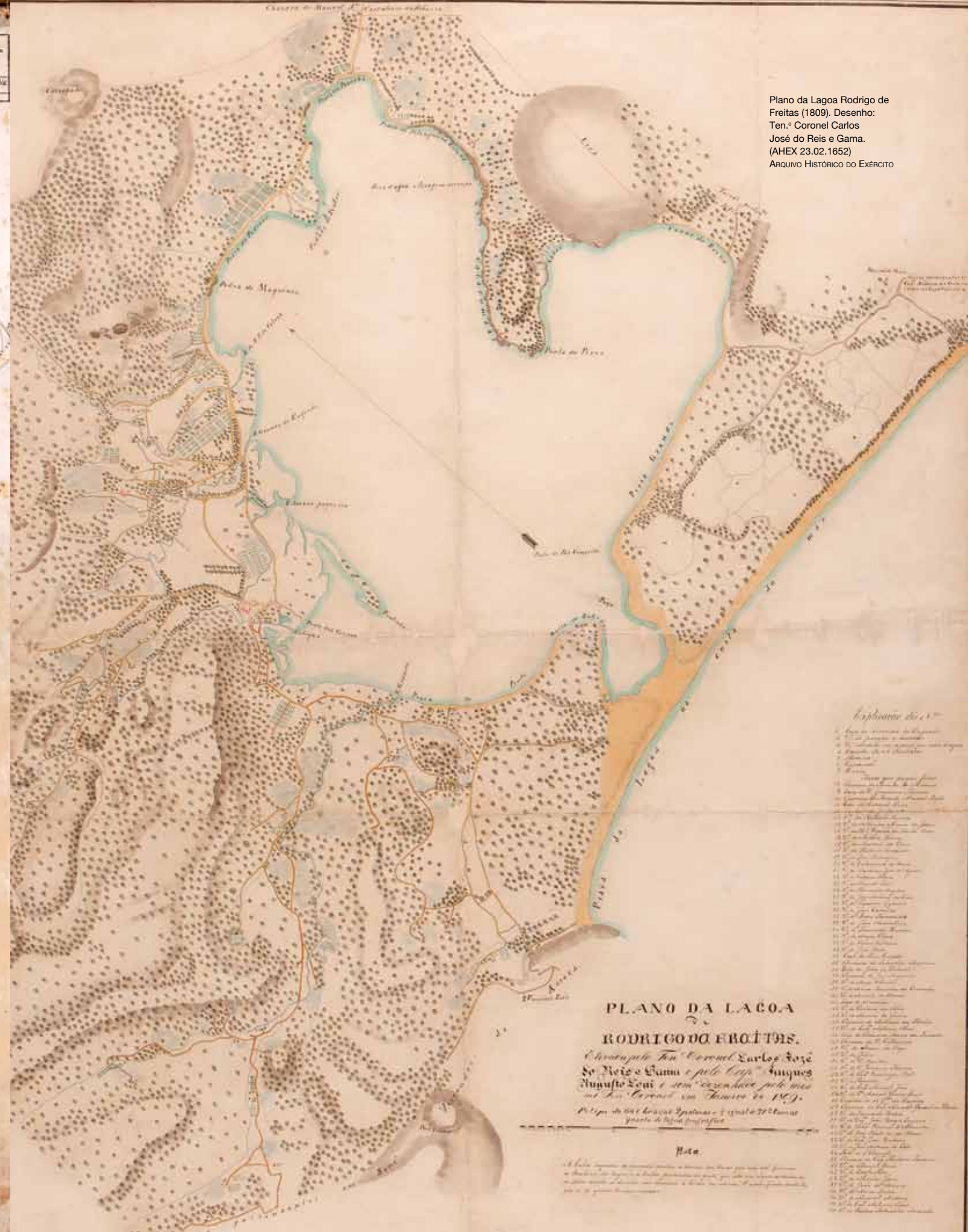
A fazenda do Macaco, assim denominada por muitos devido à grandeza de sua extensão territorial, que em conjunto com os lotes números 141, 142, 143, 145 e 146 atingia as vertentes da serra da Carioca (cadeia de montanhas que atravessa os atuais bairros do Horto, Gávea e Jardim Botânico), indo em direção ao Alto da Gávea nas proximidades do atual Parque da Cidade, era na realidade mais uma das muitas chácaras arrendatárias da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, sendo sempre citada, em documentação oficial e manuscrita, como chácara n. 17 ou do Macaco.

LARGO DAS TRÊS VENDAS:
hoje Praça Santos Dumont
no bairro da Gávea.

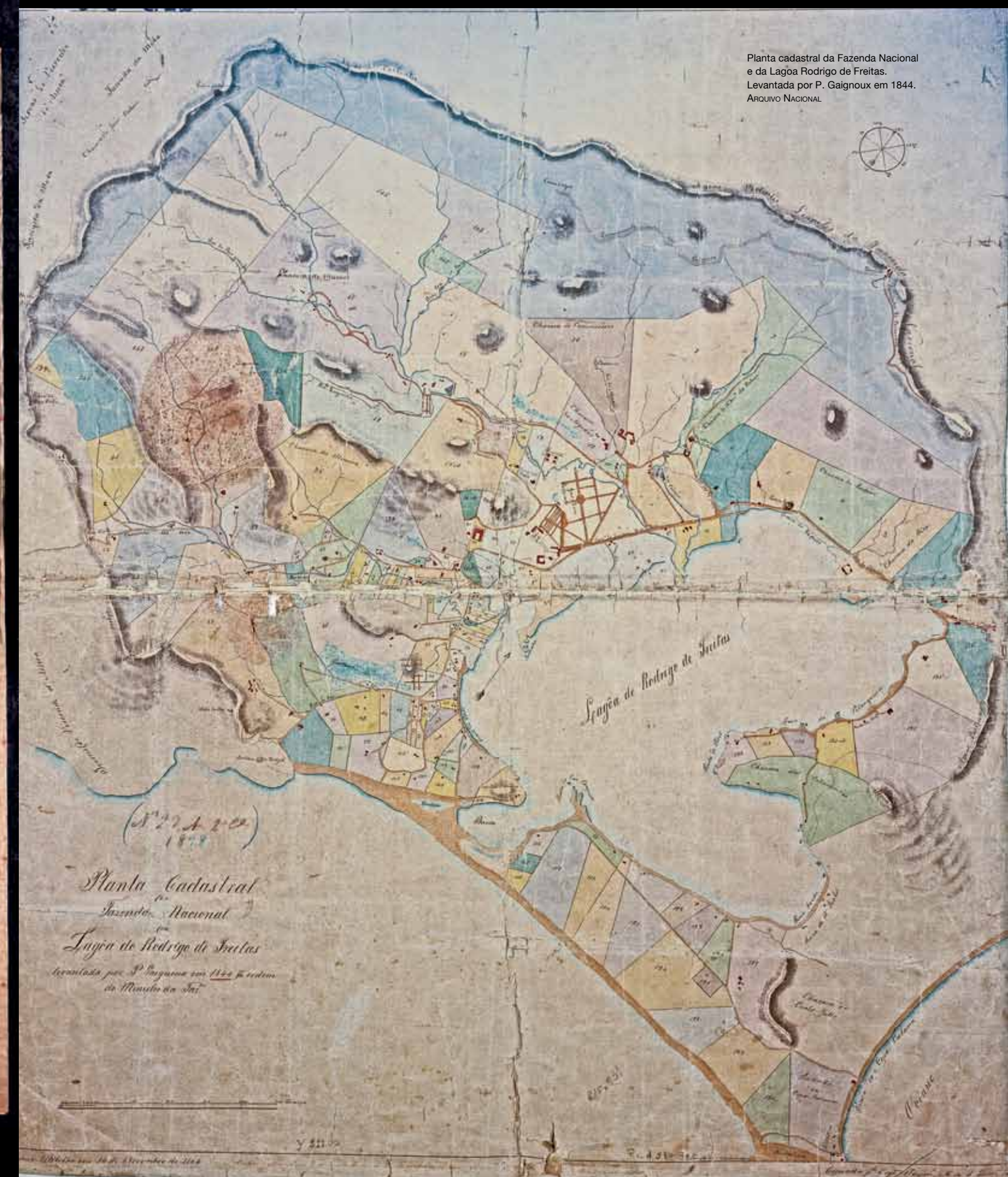




Plano da Lagoa
Rodrigo de Freitas (1809).
Desenho:
Ten.º Coronel Carlos José
do Reis e Gama.
(cópia de 1942).
MINISTÉRIO DA FAZENDA



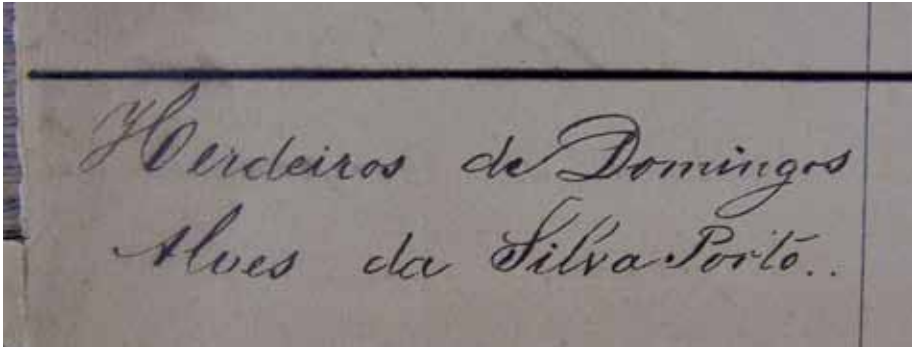
Plano da Lagoa Rodrigo de
Freitas (1809). Desenho:
Ten.º Coronel Carlos
José do Reis e Gama.
(AHEx 23.02.1652)
ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO



EXPLICAÇÃO DOS N.ºs	
1	Casa de vivenda do Engenho
2	" de purgar o esgoto
3	" onde se moia canna por meio d'agua
4	Capella de N. Senhora
5	Lavaria
6	Laminavel
7	Morta
(TERRAS A PAGAR POROS)	
8	Chacara de Thomaz de Medeiros
9	Casa de Joaquina Theresia
10	Chacara do Ten. Manoel Rato
11	Sítio do Coronel Lima
12	Chacara de Joazeiro Minero
13	" de Antonio Pereira
14	" de Antonio Maria de Jesus
15	" de R. Magno de S. Rila
16	" de Maria Soares
17	" de Theodora de Cruz
18	" de Theodorico Silvanado
19	" de Jose Reis
20	" de Catharina de Sousa
21	" de Fructuosa Jose de Aguiar
22	" de Calisto Ribeiro
23	" de Manoel Lago
24	" de Bernardo Angelica
25	" de Jose Antonio da Costa
26	" de Francisco Ignacio
27	" de Jose Camara
28	" de Pedro Fernandes
29	" de Jose Marcelino
30	" de Francisco Xavier
31	" de Anna Clara
32	" de Valerio Caldeira
33	" de Jose Pinto
34	Casa de Jose Correa
35	Chacara de Salvador Nogueira
36	Sítio de Jose Valadão
37	Chacara de Jose Nogueira
38	" de Anna Maria
39	" de Maria Francisca de Con
40	" de Amato da Barroa
41	Casa de Nereio
42	" de Geofano da Silva
43	" de Maria de Sousa
44	Chacara de Antonio Rocha
45	" de Antonio Alvaro
46	Sítio de Francisco Soares da Fonseca
47	Chacara de Catharina
48	" de Anna da Lago
49	" de Julio
50	" de D. Agueda
51	" de D. Joannia Theresia
52	" de Cap. Domingos Antão
53	" de D. Francisca
54	" de Cap. Manoel Jose
55	" do Phor. Manoel Gomes Souto
56	" de Ermita de N. S. da Capaca
57	" de Cap. Manoel Gilz Villula
58	" de Francisca Brula
59	" do Dez. Jose Borges Laureiro
60	" de Jose Pereira da Almeida
61	" de Jose Rato de da Bica
62	" do Cap. Jose Barbosa
63	" de Jose Antonio da Valle
64	FORTE S. CLEMENTE
65	Chacara de Cap. Nazario Ferreira
66	" de Manoel Gomes
67	" de Cecolalina
68	" de Maria Jesus
69	" do João de Moura
70	" de Maria Louza
71	" de Manoel Antonio
72	" do Cap. Antonio Lopes
73	" de Paulino Antonio de Andrade

Lista dos arrendatários em 1809. Detalhe do Plano da Lagoa Rodrigo de Freitas. Desenho: Ten.º Coronel Carlos José do Reis e Gama. (cópia de 1942). MINISTÉRIO DA FAZENDA

A chácara do Macaco



Na década de 1860, as áreas circunvizinhas à serra da Carioca tornaram-se alvo de preservação. A cidade crescia e com ela as regiões próximas à Lagoa Rodrigo de Freitas. Podemos observar este crescimento tomando como ponto de referência a Planta Cadastral da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas de 1809, quando os arrendatários eram 54. Em 1868, após um novo levantamento, esse número já ultrapassava 130 e, após a criação da freguesia da Gávea, em 1873, já havia 150 arrendatários. Esse aumento significava, também, uma maior necessidade de lenha para o dia a dia de seus moradores, bem como água para o abastecimento dessa crescente população.

É dentro deste quadro que a chácara do Macaco (n. 17) e os lotes 141, 142, 143, 145 e 146, todos arrendados da Fazenda Nacional pelo padre Comendador DOMINGOS ALVES DA SILVA PORTO, foram desapropriados pelo Ministério da Agricultura para a preservação das matas locais e dos mananciais, com especial destaque para o rio dos Macacos, onde havia um projeto de construção de um RE-SERVATÓRIO DE ÁGUA, capaz de suprir a nova demanda na região.

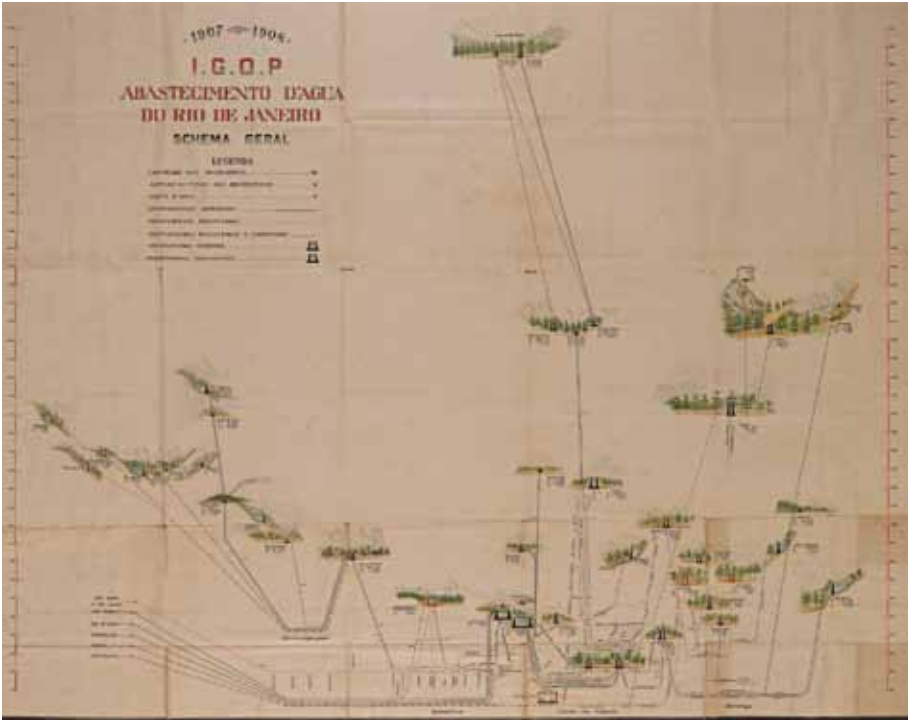
Relação dos terrenos da Lagoa, cujos arrendatarios foram mandados despojar pelos Arrendatarios citados da "Relatorio da Agricultura, por serem os mesmos terrenos necessarios para o serviço Para o Reservatório			
Arrendatarios	Terrenos	Avisos	Observações
Herdeiros de Domingos Alves da Silva Porto.	N.º 17	15 de Out. de 1872	Já houve entrega de despojo e avaliação judicial dos beneficiarios.
Os mesmos	N.º 141, 142, 143, 145 e 146	15 de Out. de 1872	Não foi entregue a entrega

MINISTÉRIO DA FAZENDA



ARQUIVO MUMA

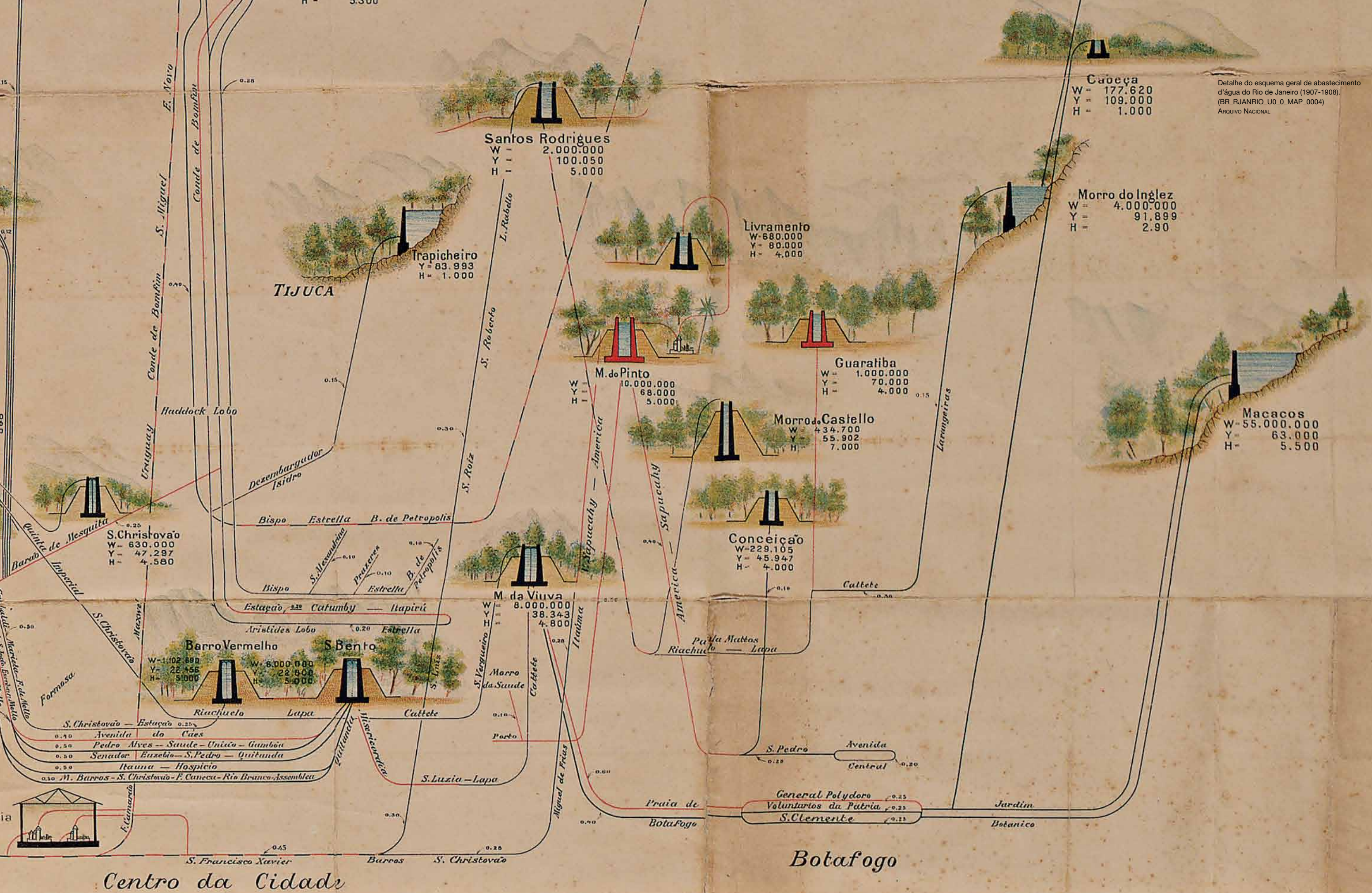
“Uma das mais importantes e eficazes medidas é certamente a conservação das florestas que ainda existem nas montanhas donde emanam as águas que abastecem a cidade, e a sua reprodução em todos os lugares das mesmas montanhas nas quais foram destruídas com deplorável imprevidência, visto como, além de exercerem a mais benéfica influência sobre a pureza e temperatura da atmosfera, conservam a quantidade e qualidade das águas”. (Relatório do Ministério do Império. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859, p. 47.)



ARQUIVO NACIONAL

“DOMINGOS ALVES DA SILVA PORTO prestou serviços ao capitão Joaquim Ribeiro de Avellar durante muito tempo. Primeiramente, como capelão de sua fazenda e, mais tarde, como seu comissário, na praça do Rio de Janeiro, negociando a compra e a venda do café vindo de Pau Grande e de outras fazendas do Vale do Paraíba (...)” (As Memórias da Viscondessa, Família e Poder no Brasil Império, Mariana Muaze. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 2006, p. 33 e 34).

O RESERVATÓRIO DE ÁGUA DO MACACO foi inaugurado no ano de 1877, com a presença da princesa Isabel, e passou a abastecer de água os bairros do Jardim Botânico, Botafogo e circunvizinhanças, tendo ainda suprido por algum tempo os bairros do Catete e da Lapa, até à praia de Sta. Luzia. O projeto e a execução da obra do reservatório foram supervisionados pelo engenheiro Antonio Rebouças, construído em área pertencente à chácara do Macaco. Foi durante muitos anos administrado pela União e transferido em 1945 à Prefeitura do Distrito Federal. Hoje, pertence ao Governo Estadual sob administração da CEDAE, constituindo um bem tombado pelo Governo Estadual (processo nº E/18/001.542/98).



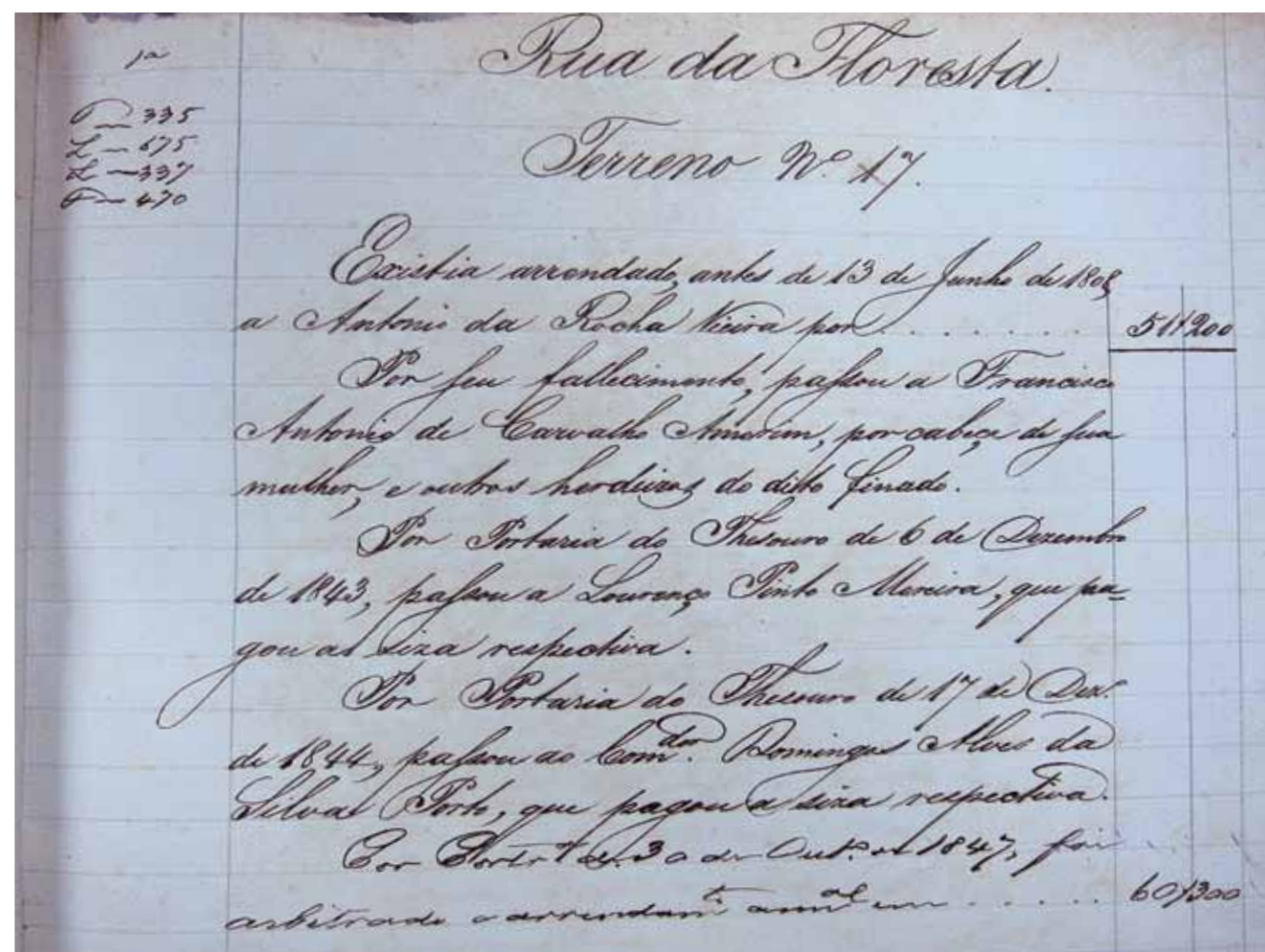


Inscrição dos terrenos nacionais da Fazenda da Lagoa de Freitas, arrendados desde 1732, tempo de seu primeiro possuidor, até 13 de junho de 1808, em que passou para os Próprios Nacionais, e dessa época em diante até 3 de janeiro de 1832, em que foi extinta a Fábrica de Pólvora, a cujo o cargo estava a sua inspeção.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Essas terras começaram a ser adquiridas pelo Comendador Silva Porto em 1844, quando o arrendatário do lote n. 17 era Lourenzo Pinto de Moreira, que, por sua vez, o adquirira dos herdeiros de Antonio Rocha Vieira. Consta em diversos documentos que esta propriedade, além do cultivo de vários produtos, caracterizava-se pela derrubada de suas matas para o comércio do carvão e lenha, comprometendo os mananciais e o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, principalmente das áreas circunvizinhas à propriedade.

Somente após a morte do Comendador em 1867, e a solicitação das áreas descritas acima pelo governo Imperial, em 1869 – em processo longo, exaustivo e somente solucionado em 1874, com a indenização de 68:050\$000 aos herdeiros do finado Silva Porto pelas benfeitorias edificadas na propriedade e relacionadas em documentação que enumera, além da moradia assobradada, pontes, caminhos, encanamentos, engenhos e senzala – é que a chácara passou à administração do Ministério da Agricultura e a sediar o Asilo Agrícola – instituição criada em 1869 e que funcionou anteriormente na Casa do Salitre, até ser transferida para o Solar no ano de 1884.



Antonio de Souza Marques, vem ainda humar vez a Augusta Presença de Vossa Magestade Imperial implorar justiça, que desde 1840 não tem encontrado; não dirá por culpa dos ministros da Corôa, mas sim de informações infundadas, filhas de pouco estudo e de pouco apreço pelos direitos civis do cidadão.

Em Arisa de 30 de Agosto proximo passada dirigida ao Ministerio da Fazenda deu o de Agricultura pelo modo que se resume as seguintes questões:

1ª Questão. Que se pague ao Supplicante e a seu enteado a quantia de 68:050\$000, importância da avaliação judicial das benfeitorias da Chacara n.º 17 denominada do Macaco, que o Governo precisa com urgencia para estabelecer alli o Asilo Agrícola.

Dos autos de execução e dos Arisos do Governo consta com evidencia, que essa quantia se refere prospectiva e exclusivamente só as benfeitorias; ha portanto equívoco no dito Ariso, que pretende indicar que ella incluye indenização.

A Casa do Salitre, a Fazenda Normal e o Asilo Agrícola

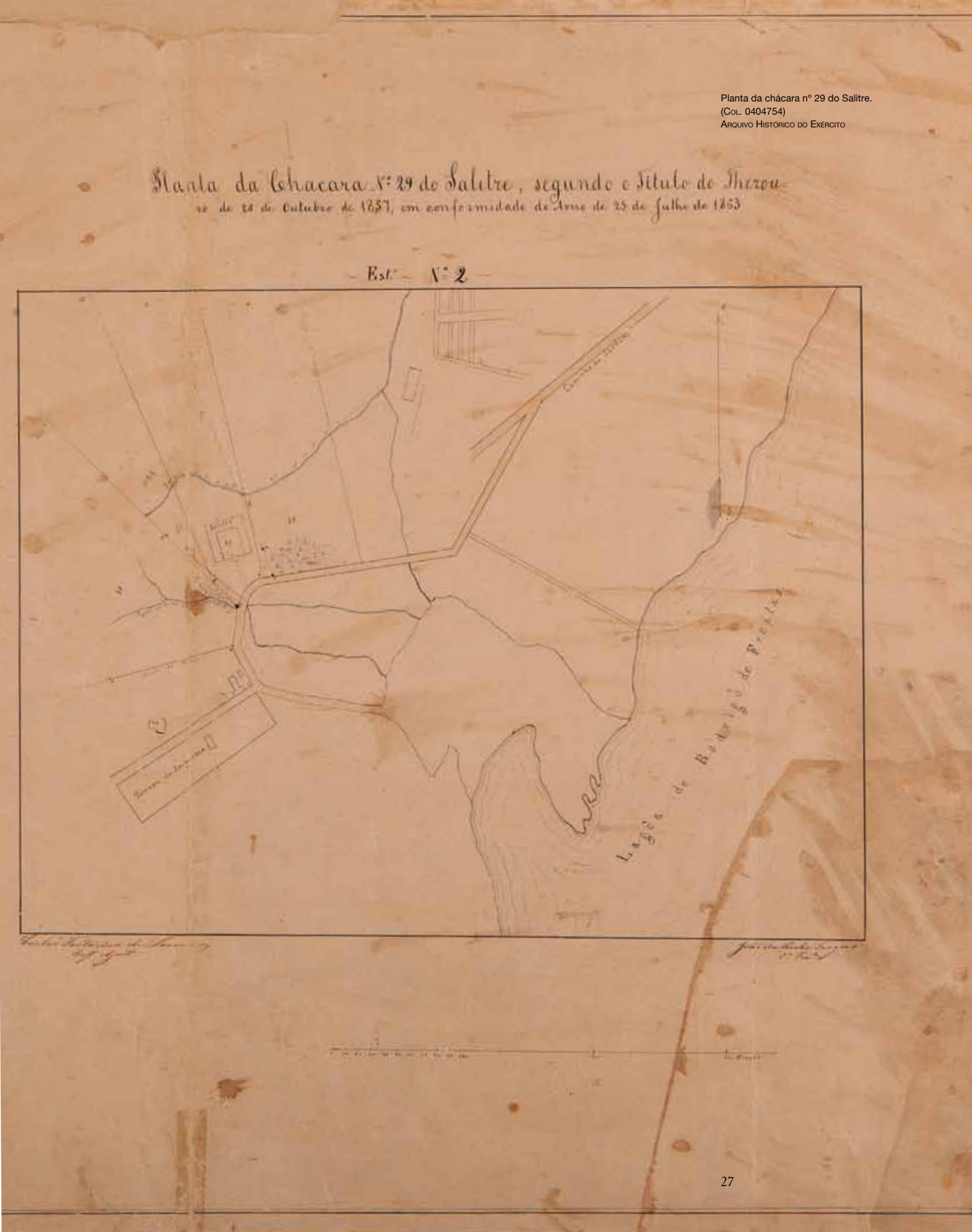
Desde 1834 havia a intenção do governo Imperial em criar uma Fazenda Normal de Agricultura nas terras da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas. No entanto, somente em 1864 ela foi inaugurada, funcionando inicialmente na Casa do Salitre, chácara n. 29. Anos mais tarde, com a ampliação de sua área, novas chácaras foram sendo anexadas à instituição, ampliando sua extensão.

Ilmo Exmo Sr – Vou rogar a Vexa a expedição das ordens que forem negociadas para o cumprimento dos artigos 4º, 5º e 6º da Lei de 12 de outubro do ano próximo passado, nas quais estão várias providências para a conservação das matas e águas do Jardim Botânico, e para o estabelecimento de uma fazenda Normal de Agricultura, podendo assegurar a Vexa que o Diretor do mencionado Jardim Bot. já se acha prevenido para assistir ao ato de demarcação dos terrenos adjacentes, que se lhes houverem de anexar; e então indicará aos encarregados daquela comissão quais os melhores terrenos de culturas e as paragens, que mais convierem aos interesses do mesmo jardim, e que deverão por isso ficar compreendidos na sobredita demarcação; para que depois possam ter lugar as providências ulteriores relativas aos terrenos já arrendados. Deus guarde a V. Exa. Paço, 18/04/1834 – Antonio Pinto Chichorro da Gamma – Sr Candido José de Araújo Vianna. (Aviso do Ministério do Império de 18 de abril de 1834 pedindo ao da Fazenda as necessárias providências a fim de demarcar na Fazenda da Lagoa de Freitas o terreno necessário para nele se estabelecer uma Fazenda Normal de Agricultura.)

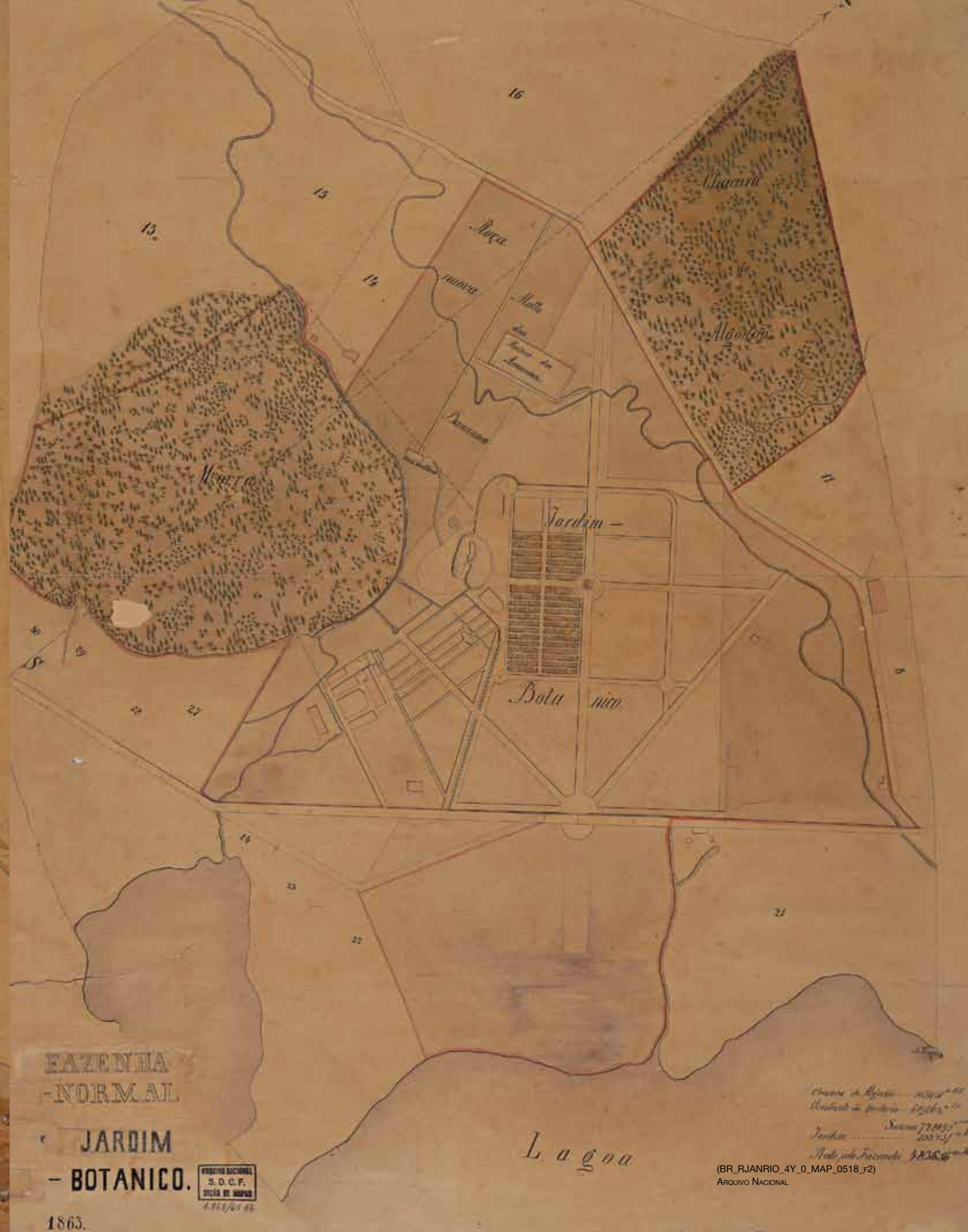
Com o fechamento da fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, em 1827, e o seu deslocamento para a serra da Estrela, as áreas que abrigavam o setor de apoio e os setores menores na fábrica foram disponibilizados a interessados em arrendá-los. Este foi o caso do lote n. 29, antiga Casa do Salitre, que foi arrendado pelo Comendador Silva Porto e incorporado ao Jardim Botânico pouco tempo depois, para sediar a Fazenda Normal e o Asilo Agrícola.

Este prédio, em forma de “U”, abrigava duas oficinas de refinação: a do salitre e a do enxofre. Possuía um extenso pátio interno medindo 22 metros de profundidade por 26 metros de largura, no qual se entrava por um grande portão. Ficava na atual rua Major Rubens Vaz, em área próxima onde hoje se encontra a Escola Nova (antigo Colégio Rio de Janeiro), estendendo-se até próximo ao local em que foram construídas as escolas públicas Júlio de Castilho e Manoel Cícero, nas primeiras décadas do século XX. Infelizmente, não há registros desse prédio que foi demolido em 1912.

CASA SALITRE: demolida em 1912, era uma construção em forma de “U” e abrigava duas oficinas de refinação da fábrica de Pólvora: a do salitre e a do enxofre. Possuía um grande um grande pátio interno para o qual se entrava por um importante portão. Situava-se na atual rua Major Rubem Vaz e durante os anos de 1869 em diante sediou parte da Fazenda Normal de Agricultura.



Planta da chácara n° 29 do Salitre.
(Col. 0404754)
ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO



FAZENDA
-NORMAL

JARDIM
-BOTANICO.

1863.

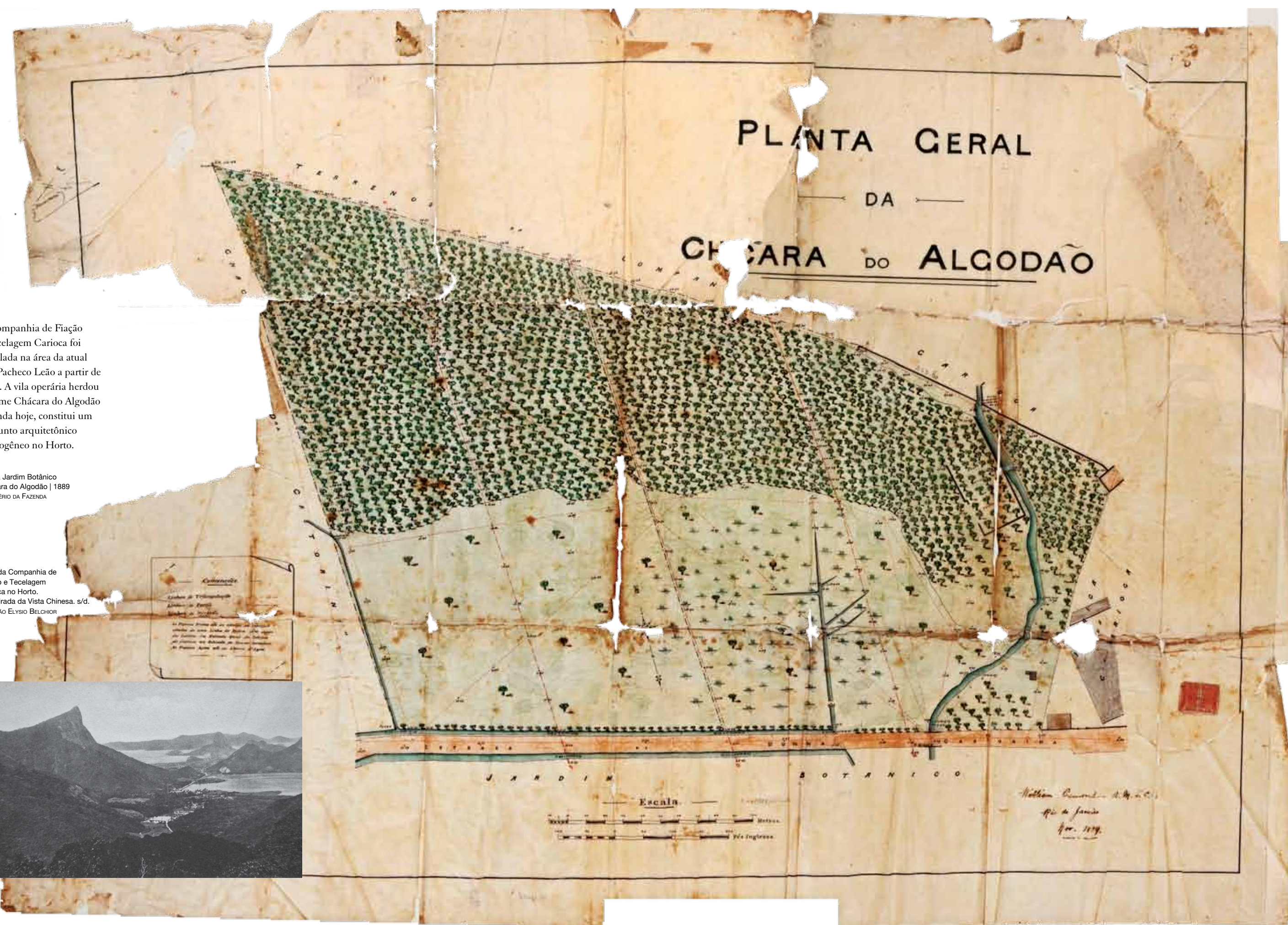
ARQUIVO NACIONAL
S.D.C.F.
SEÇÃO DE MAPAS
1.763/6109

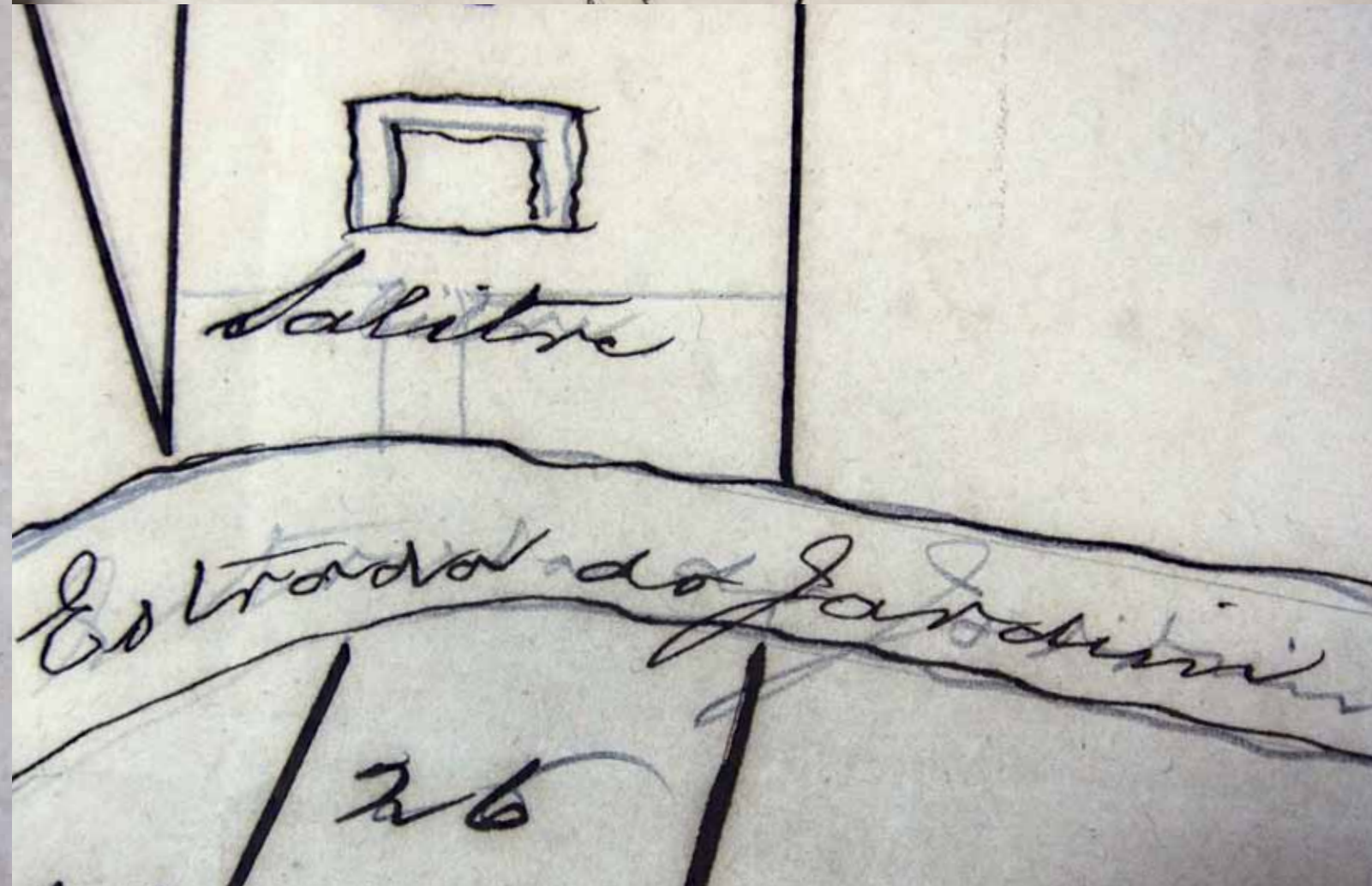
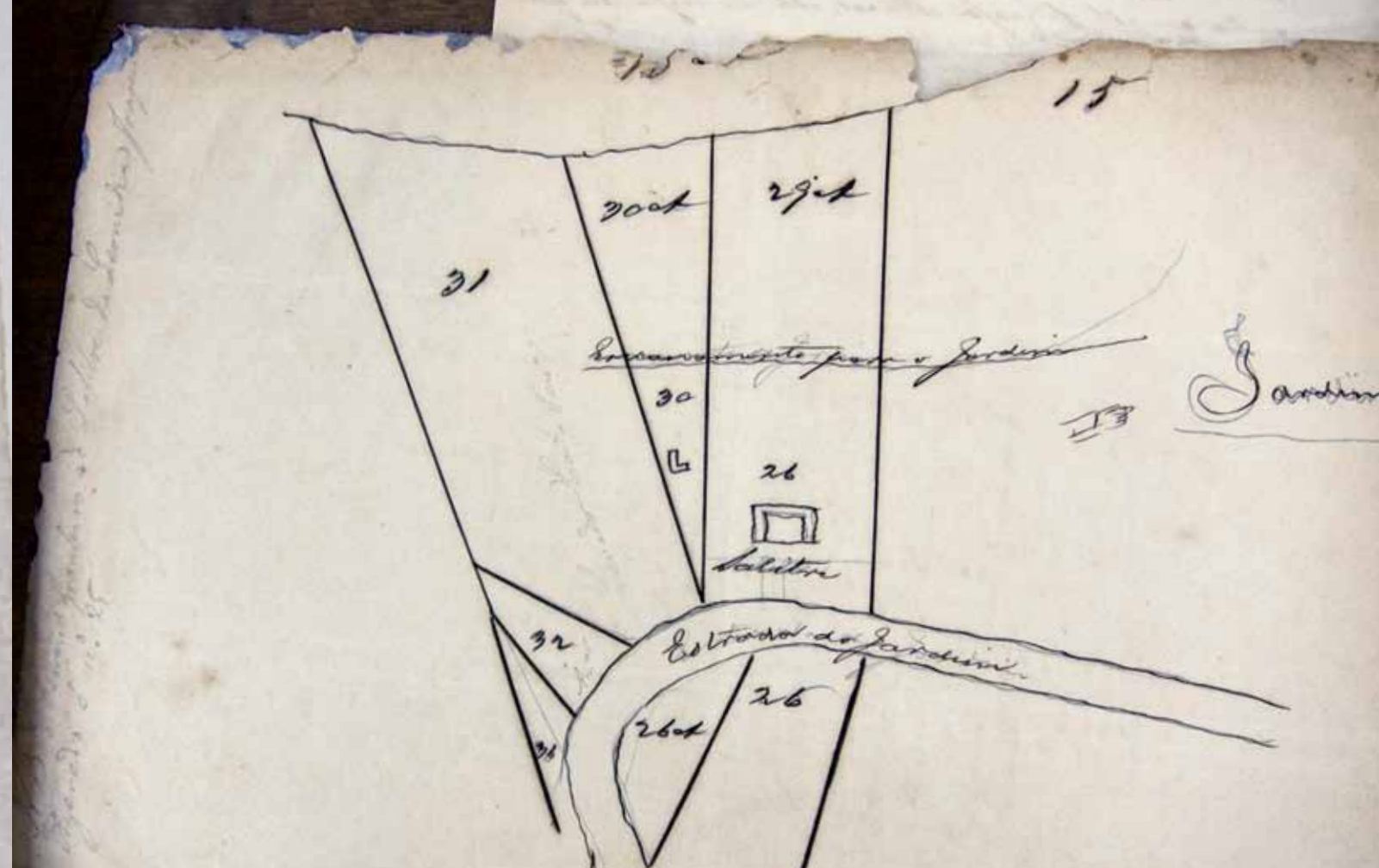
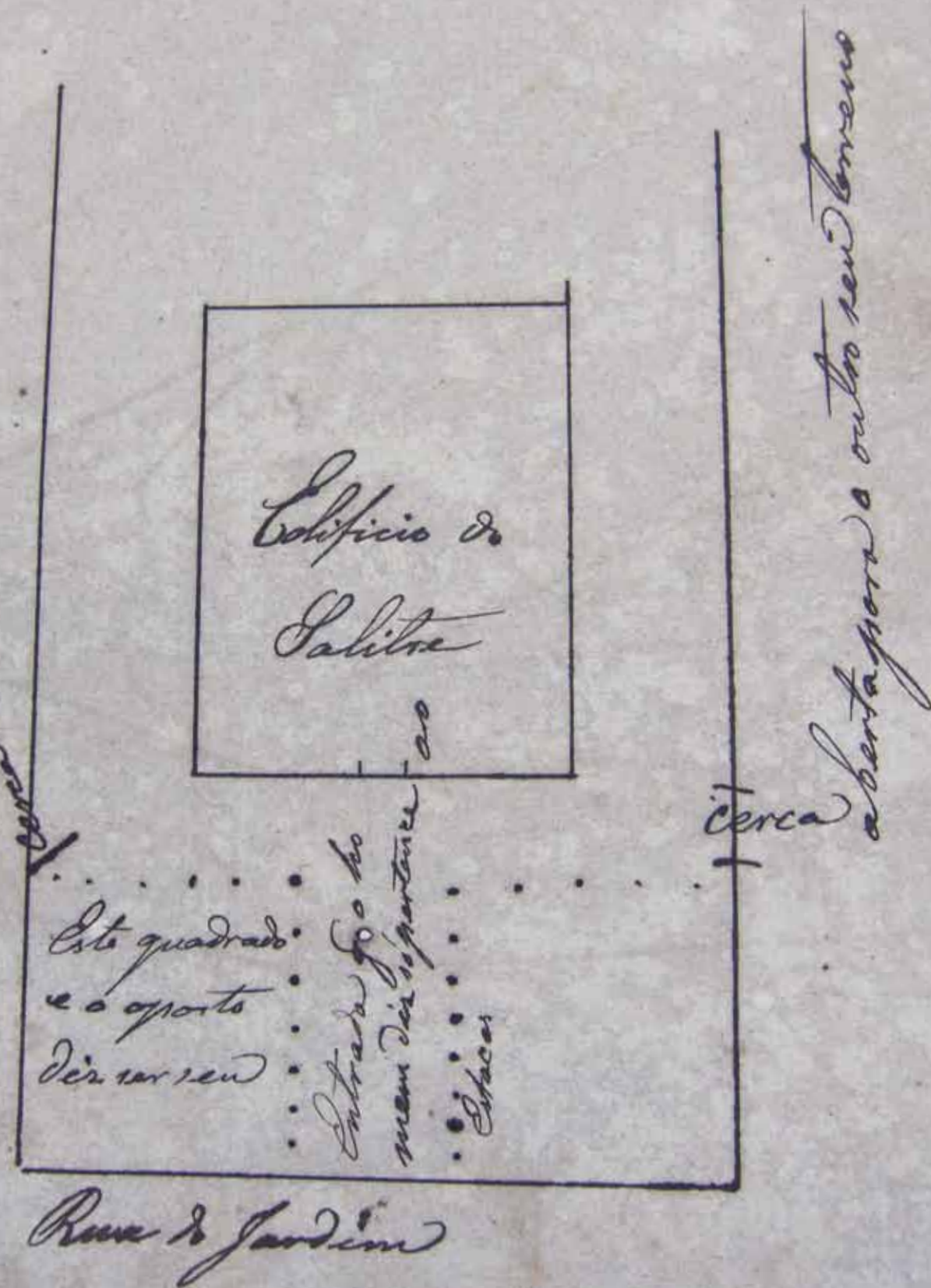
L a g o a

A Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca foi instalada na área da atual rua Pacheco Leão a partir de 1884. A vila operária herdou o nome Chácara do Algodão e, ainda hoje, constitui um conjunto arquitetônico homogêneo no Horto.

Planta Jardim Botânico
Chácara do Algodão | 1889
MINISTÉRIO DA FAZENDA

Vista da Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca no Horto.
Foto tirada da Vista Chinesa. s/d.
COLEÇÃO ELYSIO BELCHIOR





O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura deixou o legado de introduzir no país uma nova forma de se pensar e praticar a agricultura, baseando-se em formas menos nocivas e devastadoras.

Em função do crescimento da Fazenda Normal e do Asilo Agrícola, novas áreas foram sendo incorporadas à Escola Normal. Em 1884, depois de um longo processo jurídico, a Fazenda do Macaco foi disponibilizada para ser a nova sede do Asilo Agrícola que ali funcionou até o fim do Império. No ano seguinte da sua inauguração, o relatório do Ministério da Agricultura assim o descrevia:

Foi inaugurado o novo edifício do Asilo Agrícola, situado na Fazenda do Macaco, acima da caixa d água, à distância de dois quilômetros do Jardim Botânico. Comunica-se dali para o jardim por uma linha férrea de bitola estreita. O corpo principal do edifício, que se compõe de dois lances, mede 44,60; é assobradado e conta na frente 15 janelas e duas portas largas. Continua esta parte 1 varanda com 19,50 metros de extensão e logo uma capela medindo 10m, 50 de frente. A outra parte do edifício tem 54m e 60. Destina-se o asilo a dar ensino prático agrícola e assim também instrução civil e religiosa a meninos de 12 a 14 anos, órfãos de pai e mãe, ou, pelo menos, de pai. Incorporou-se a FÁBRICA DE CHAPÉUS DO CHILE. (Relatório do Ministério da Agricultura de 1885, p. 17, 18, 19 e 20.)

Ao longo da década de 1870, novos lotes foram sendo incorporados à Fazenda Normal de Agricultura e ao Asilo Agrícola. Dentre eles, destacam-se os lotes n. 11, n. 21, n. 22, n. 24, n. 25, n. 30, n. 15, n. 21a, n. 18a, n. 18b e a chácara do Algodão.

Existia em 1874, na Fazenda, um laboratório para análises de químicas agrícolas, viveiros de plantas, cultura de bicho da seda, oficinas de serralheria e carpintaria e uma fábrica de chapéus de palha, conhecidos como do Chile. Faziam farinha, fubá de milho e aguardente. Cultivavam araruta, anil, cacau, juta, cana -de-açúcar, café e feijão. Atendia aos pedidos de sementes e fabricavam ferramentas nas oficinas. Ocupava uma área de 875.699 metros quadrados e mantinha em seu interior 250.000 plantas.

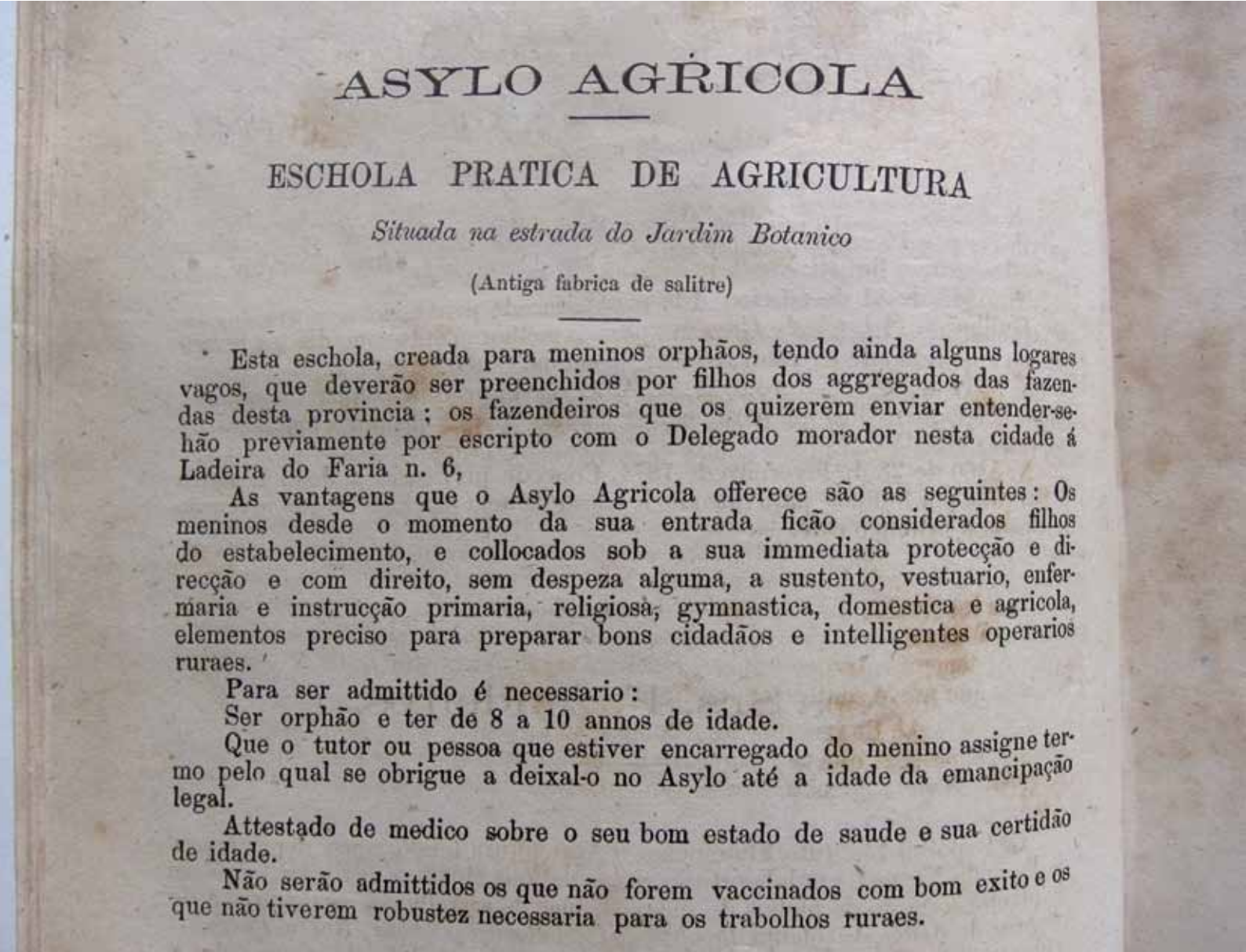
O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura permaneceu à frente do Jardim Botânico, da Fazenda Normal e do Asilo Agrícola até o fim do Império. A morte do seu principal idealizador e presidente Luiz Pedreira de Couto Ferraz (1818-1886), o Visconde do Bom Retiro, e o advento da República acabariam por levar o Instituto a sobreviver por breve tempo, fechando em 1891, assim como a Fazenda e o Asilo Agrícola.

O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura deixou o legado de introduzir no país uma nova forma de se pensar e praticar a agricultura, baseando-se em formas menos nocivas e devastadoras. Pautou-se na busca pelo uso mais racional dos recursos naturais, marcando o advento da visão hegemônica de que a floresta deve ser preservada pelo seu valor maior, já que abriga um mundo vegetal, objeto de observação e estudo.

Houve uma primeira tentativa de criação de uma FÁBRICA DE CHAPÉUS DO CHILE quando o Jardim Botânico tinha como diretor Cândido Baptista de Oliveira, de 1851 a 1859. Com duração de somente três anos, foi reaberta em 1867. Estes chapéus eram confeccionados com a palha de uma palmeira originária do Peru, chamada Bombonassa ou Bombonaji.

O Instituto pautou-se pelas experiências europeias e pelo intercâmbio com outras instituições, na construção de modelo científico de conhecimento, fosse na administração do Jardim Botânico, no discurso preservacionista, nos modelos de escolas agrícolas ou na divulgação de textos com debates e informações de outros países. A questão do ensino agrícola mostrava-se de especial importância, se consideramos que a instituição postulava para si modificar os hábitos e a cultura do país nesta matéria, daí decorrendo uma série de considerações sobre o bacharelismo e a desqualificação do trabalho agrícola. (Floresta da Tijuca – Natureza e Civilização no Rio de Janeiro no século XIX. Coleção Biblioteca Carioca. Claudia Heynemann, p. 95 e 96.)

Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. 1871. BIBLIOTECA BARBOSA RODRIGUES | JBRJ



Durante o período de transição política – da Monarquia para a República –, o Asilo Agrícola permaneceu como área de produção de mudas.

A chácara do Macaco no período republicano

A chácara do Macaco permaneceu ao longo do período republicano como área de aclimação de novas espécies vegetais, visando à utilização em arborização e promissoras culturas, funcionando como horto de distribuição de mudas e servindo de intercâmbio entre outras repartições existentes no Brasil e no exterior. Ao longo das primeiras décadas da República, inúmeras mudas de eucalipto e outros vegetais foram ali aclimatados e distribuídos pelo Brasil. O eucalipto foi um dos mais utilizados no replantio, comprovando a sua eficaz adaptação ao solo brasileiro. Sendo árvore de origem australiana foi muito utilizado, a partir do final do século XIX, como forma de regenerar áreas desmatadas. Por ter crescimento rápido e por ser árvore de grande porte, foi amplamente utilizado e, para os seus defensores, tinha “*a dupla vantagem da conveniência higiênica e rendosa e a rapidez de seu cultivo, fazendo com que as matas destruídas pelo vandalismo do ferro e do fogo devastador pudessem hoje como por encanto reaparecer em alguns anos com o plantio em larga escala do eucalyptus*”. (Revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1873, v. 4, n. 18, p. 52.)

Ainda no final do século XIX, o Solar serviu como residência do engenheiro do 5º distrito da Inspeção Geral das Obras Públicas. Em 1911, passou a abrigar o HORTO FLORESTAL e, logo em seguida, no ano de 1938, o Serviço Florestal do Brasil, ficando sob sua guarda os trabalhos de proteção das florestas brasileiras, a criação e conservação das estações biológicas, de parques nacionais, reservas florestais e o incentivo ao reflorestamento e estudo de nossa flora.

Em 1938, o Jardim Botânico foi tombado como Patrimônio Nacional e o conjunto Horto Florestal, como foi identificado, entrou no referido processo. Mas seu tombamento somente se concretizou em 1973, quando intelectuais e moradores da região se mobilizaram contra o fracionamento acelerado que a área apresentava, ameaçando a preservação de um espaço tão importante na história das Ciências Naturais e na história da Cidade do Rio de Janeiro. O corredor presente entre o Solar Silva Porto (atualmente denominado Solar da Imperatriz) e o Jardim Botânico, e que tinha o Rio dos Macacos como o grande manancial hídrico dos cultivos ali existentes, começava a ser ameaçado com a concessão de parcelas de sua área para empresas públicas, privadas e para funcionários e ex-funcionários do Jardim.

Em carta enviada ao IPHAN em 1969, BURLE MARX alertava para a necessidade do tombamento da área, chamando atenção para a importância da preservação dos recursos naturais para as gerações vindouras, bem como a perpetuação de um patrimônio que era de todos e não apenas de um grupo.

Sob o número 61, folha 14 e identificado como Conjunto Paisagístico do Horto Florestal do Estado da Guanabara, os 83 1/2 hectares do Horto Florestal foram confirmados como parte integrante e indissolúvel do Jardim Botânico, em ato presidido pelo relator e Conselheiro Dalcly Oliveira de Albuquerque e aprovado por unanimidade, sendo inserido no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN.

A partir de então, o Solar abrigou por um breve período de tempo a Fundação Pró-Memória, até ser fechado para RESTAURO e reforma.



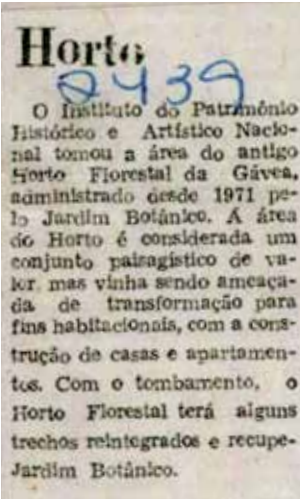
Boletim do Museu Botânico Kuhlmann, Rio de Janeiro. v. 8, n. 3, jul./set. 1985, p. 58-98. Autor: João Conrado Niemeyer de Lavôr BIBLIOTECA BARBOSA RODRIGUES | JBRJ



Sobre o RESTAURO ver página 59.



Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1974.



Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1974.

Sobre o HORTO FLORESTAL ver página 69.

Sobre a carta de BURLE MARX ver página 98.

O Solar

Esta confusão entre as duas propriedades teria levado à errônea denominação do Solar Silva Porto, de Solar da Imperatriz

O Conjunto Horto Florestal, como é identificado no referido processo, vem datado como uma construção de 1830, a casa sede, o que remete ao tempo que esta grande propriedade pertencia aos herdeiros do coronel Antonio da Rocha Vieira, que ali residia antes da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro. No ano de 1844, estes herdeiros venderam a propriedade a Lourenço Pinto Moreira que, dez meses depois, vendeu para o padre Domingos Alves da Silva Porto, o responsável pela ampliação da velha Casa de Vivenda, dando-lhe o aspecto das casas senhoriais do século XIX, originando-se daí o nome Solar Silva Porto.

Ocorre que, na mesma época, existiram outras fazendas do Macaco, muitas vezes confundidas com esta propriedade. Uma ficava na região da freguesia de Jacarepaguá; outra, em Irajá; e ainda outra, próxima ao atual bairro do Andaraí, antiga propriedade erguida em terras dos Jesuítas. Esta última foi incorporada aos Próprios Nacionais após 1759 e presenteada pelo Imperador D. Pedro I à sua esposa Imperatriz D. Amélia Augusta Eugênia Napoleão de Beauharnais. No ano de 1872, esta propriedade é adquirida pelo Comendador João Baptista Viana Drummond.

No dia trinta e um do mês de Outubro do ano de mil oitocentos cinquenta e nove, achando-se reunidos os abaixo assignados, na fazenda denominada do Macaco, pertencente a S. M. a Imperatriz do Brasil, viúva, e Duquesa de Bragança, a pedido do conselheiro Joaquim Pereira de Faria, para avaliar as terras, benfeitorias, e escravos da dita fazenda procederão ao abaixo assignado ao desempenho desta tarefa, tendo presente a planta linear do Agrimensor Jacob Maria Maurity, assim como o inventário da fazenda e dos escravos. Segundo a referida planta linear tem a Fazenda mil e cem braças de extensão na estrada do engenho Novo. Atendendo a irregular largura do terreno e a não ter outra testada para estrada Pública, além da que fica indicada, os abaixo assignados avaliam as referidas mil e cem braças de extensão termo médio, a cem mil reis por braça, perfazendo o total de cento e dez contos de reis... (Documento presente no IHGB, Coleção d. Amélia de Leuchtenberg – Lata 524, pasta 4)

Houve, em época não muito distante, quem confundisse as duas fazendas do Macaco, pelo fato da primeira, a do Jardim Botânico, ter suas terras avançando pelo Alto da Tijuca, na região da Gávea Pequena; e a outra, por estar localizada na região do bairro da Tijuca, no Andaraí. Entenderam ser a mesma fazenda, querendo afirmar que suas terras principiavam no Jardim Botânico, ultrapassando as vertentes do Alto da Tijuca, descendo para as bandas da Tijuca, até atingir o Andaraí. Não há referências da existência do nome Macaco no Alto da Tijuca, assim como não se encontra entre os historiadores do século XIX a indicação deste Solar como sendo da Imperatriz. Esta confusão entre as duas propriedades

teria levado à errônea denominação do Solar Silva Porto, de Solar da Imperatriz, nome que se firmou a partir da segunda metade do século XX. A documentação existente no Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico e dos Ministérios da Agricultura e Fazenda demonstram claramente que o Solar sempre esteve atrelado às terras da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, desde o período de sua desapropriação em 1809. O último arrendatário da chácara, antes desta passar à jurisdição do Ministério da Agricultura, em 1874, o padre Comendador Domingo Alves da Silva Porto, ganhou fortuna ao longo da década de 1840, quando passou a ser negociador de café, sendo o encarregado de cuidar dos negócios de um dos mais ilustres cafeicultores da época, Joaquim Ribeiro de Avellar (1791-1863) – proprietário da fazenda de Pau Grande (Avellar), localizada em Vassouras, uma das maiores e mais produtivas do Império. No livro *As Memórias da Viscondessa, Família e Poder no Brasil Império*, Mariana Muaze relata por meio das inúmeras correspondências escritas entre eles, no período de 1842 a 1853, o poder alcançado por ambos no Brasil Império.



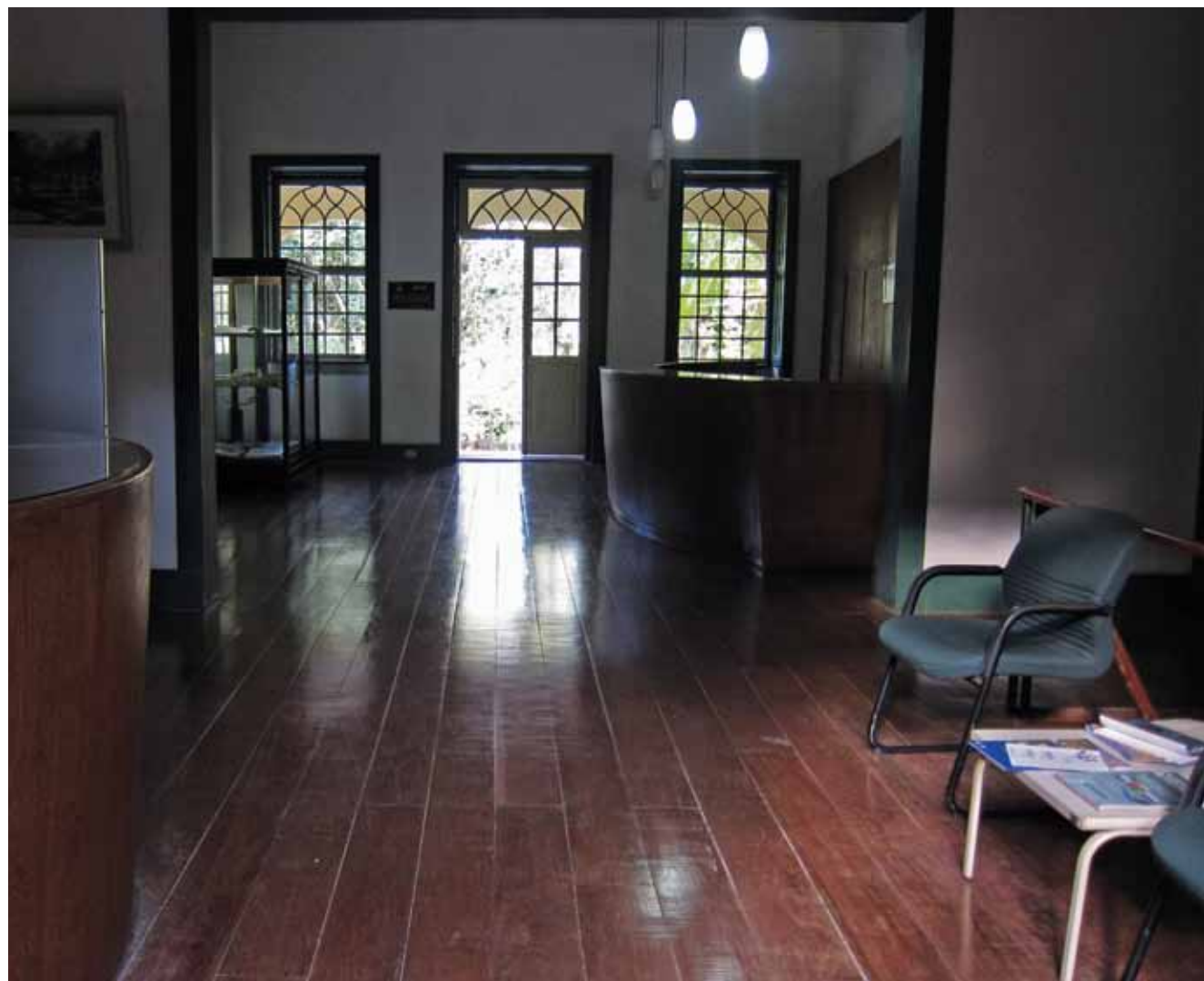
Gravura d. Amélia
Amalie – Kaiserin von Brasilien
autor: Hatsfaenzl | 1829
(IP000282)
MUSEU DO PRIMEIRO REINADO

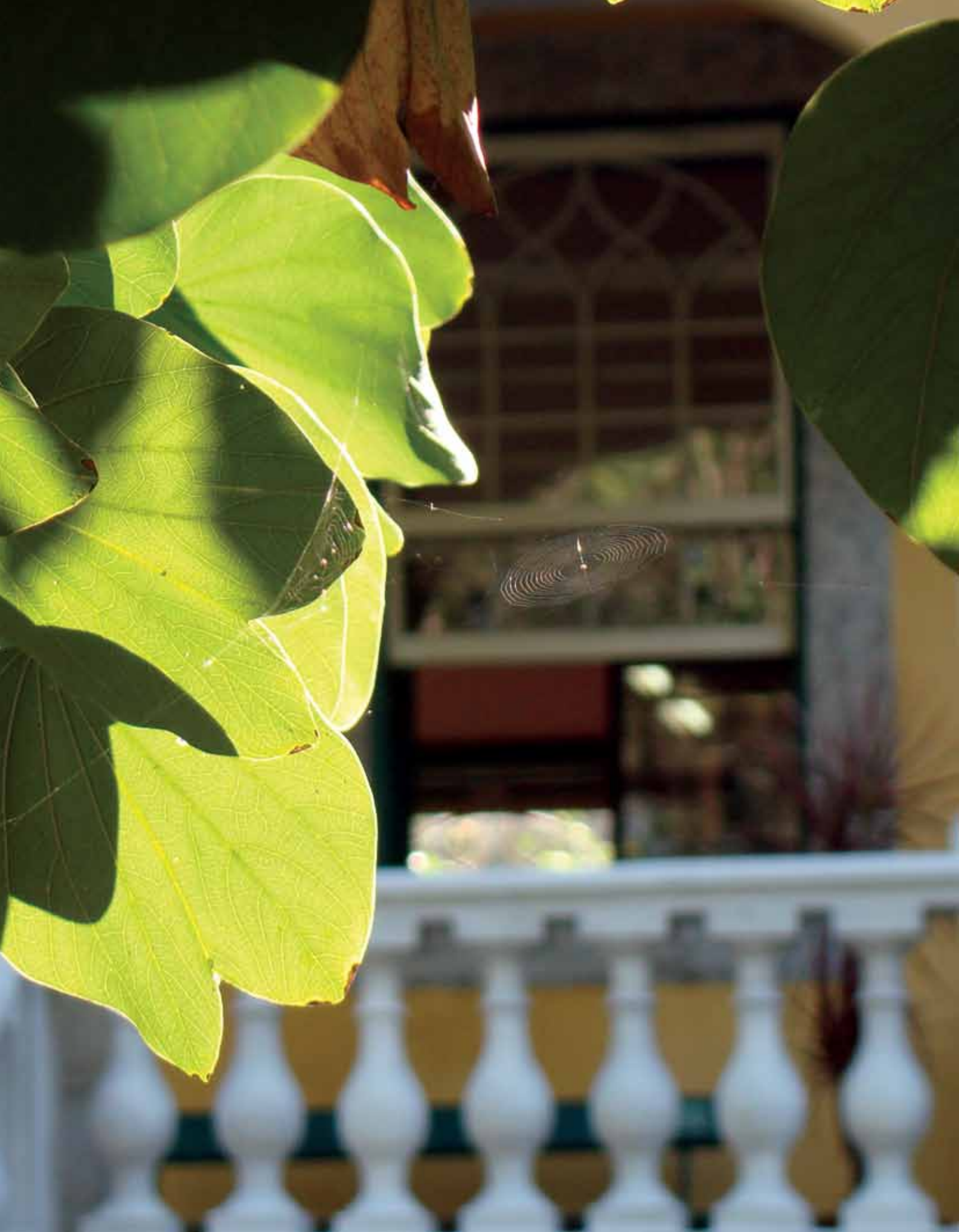
D. AMÉLIA Augusta Eugenia Napoleão de Beauharnais, nasceu em Milão em 31 de julho de 1812 e faleceu em Lisboa no dia 26 de janeiro de 1876. Denominada Princesa de Leuchtenberg, foi a segunda esposa de D. Pedro I, recebendo como presente de casamento a Fazenda dos Macacos, vendida em 1872 ao Barão de Drummond e muitas vezes confundida com a chácara dos Macacos, por muitos denominada Fazenda dos Macacos devido a sua extesão, e presente em área da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, hoje sede da Escola Nacional de Botânica Tropical.



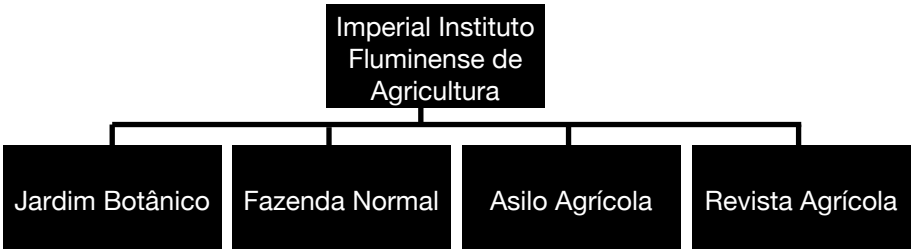
A Escola Nacional de Botânica Tropical

O Solar é reinaugurado em 2001 com o propósito de sediar a Escola Nacional de Botânica Tropical, criada neste mesmo ano e vinculada ao Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Primeira escola do gênero na América Latina, onde os cursos são de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e de extensão com programas direcionados para o conhecimento da flora nacional, dos ecossistemas brasileiros, e para a conservação das espécies.

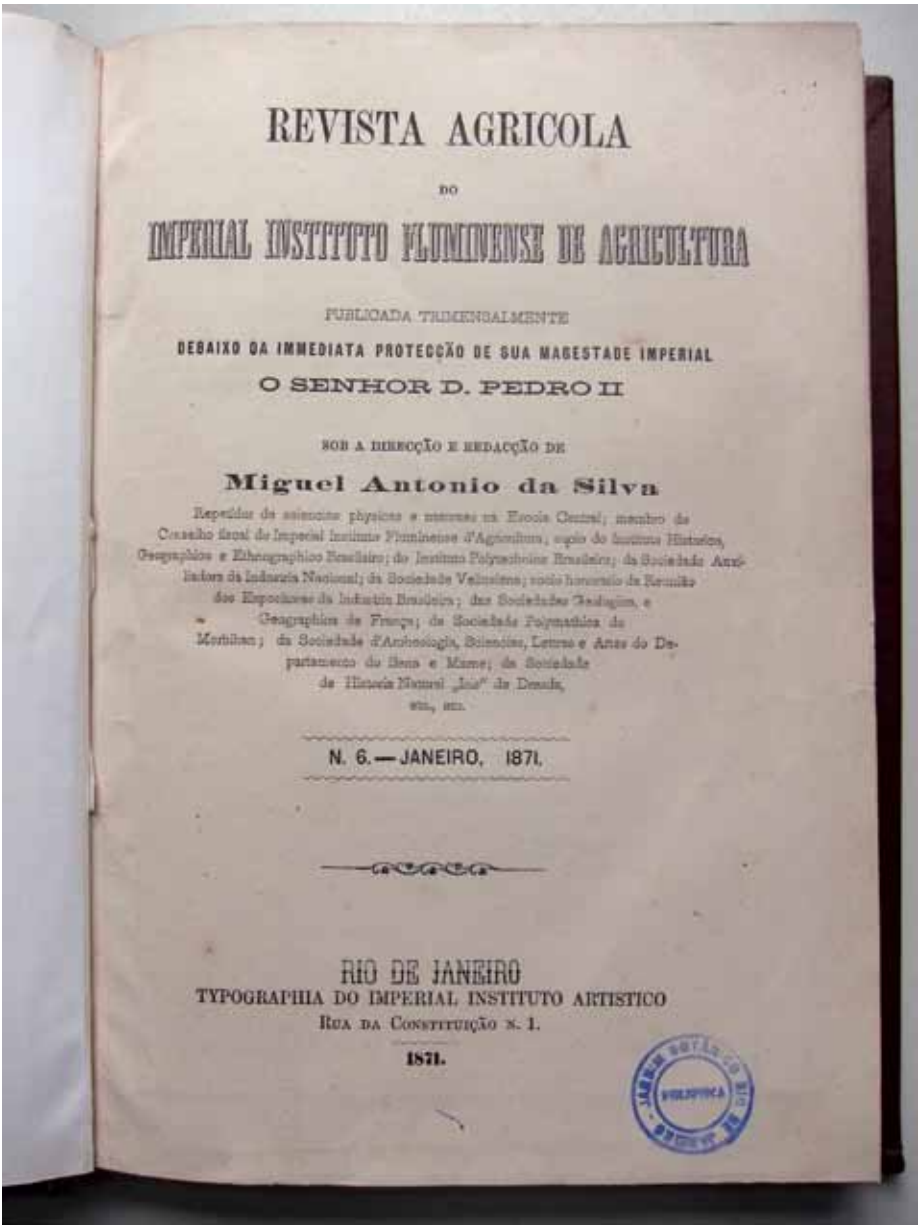








Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. 1871
BIBLIOTECA BARBOSA RODRIGUES | JBRJ



O INSTITUTO, O JARDIM E O ASILO

texto de Begonha Bediaga

Em 1860, o governo imperial fundou institutos agrícolas nas províncias da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Rio de Janeiro, no sentido de apresentar compensações aos proprietários rurais, insatisfeitos com a proibição do tráfico de escravos e a Lei de Terras. O objetivo principal dos institutos era apresentar alternativas aos fazendeiros com vistas a implantar projetos ‘modernizadores’ na lavoura, sobretudo mostrando vantagens de adubar o solo e utilizar máquinas agrícolas em substituição ao trabalho escravo, porém sem grandes reformas do modelo agroexportador que o país mantinha.

O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura – IIFA – se estabeleceu nas áreas do Jardim Botânico e adjacências, então, cedidos pelo governo a em troca da manutenção do bem público, entre 1860 a 1891. Embora fosse uma instituição de caráter privado, sobrevivia graças à dotação governamental. Sua direção, nomeada pelo imperador, era constituída por proprietários rurais, homens das ciências e membros do governo e da política.

O IIFA constituía-se em quatro estabelecimentos: Jardim Botânico, Fazenda Normal, Asilo Agrícola e Revista Agrícola. Entretanto, é difícil distinguir com clareza que atividades realizava cada um dos estabelecimentos porque os espaços eram contíguos e os serviços, muitas vezes, auxiliavam a mais de um órgão.

Em relação ao Jardim Botânico, durante o período em que estava subordinado ao IIFA, permanecia aberto ao público como área de lazer. O cultivo de espécies no arboreto pautava-se na beleza e no exotismo com propósito de atrair o público e conservava-se, dessa maneira, no ‘cartão-postal’ do império, no Brasil e no exterior.

O restante da área entorno do espaço de visitação pública servia à Fazenda Normal, conforme se observa na planta de 1863. Ali, se realizaram plantações experimentais com propósito de investigar o solo, a planta e o clima e suas interações, de forma a melhorar a qualidade dos vegetais, aumentar a produção agrícola e incrementar novas culturas de espécies e variedades de plantas, sobretudo com potencial econômico. Além disso, construíram-se máquinas e ins-

trumentos agrícolas e divulgaram-se as vantagens do uso do arado e as alternativas de substituição da mão-de-obra escrava. Na Fazenda Normal encontrava-se o Laboratório Químico dedicado sobretudo à análise de terras, plantas e raízes, de modo a subsidiar as experimentações e observações em base científica.

Das plantações na Fazenda Normal eram retiradas sementes e enviadas aos viveiros – localizados na área do Jardim Botânico – onde se faziam mudas em larga produção, parte distribuídas gratuitamente e outras comercializadas. Motivo de orgulho do IIFA, os viveiros eram considerados os maiores do mundo: em cem mil metros quadrados produzia-se, por ano, cerca de 350 mil plantas, que não só abasteciam as grandes lavouras como também usavam na ornamentação de praças e ruas públicas e em reflorestamentos, a exemplo da Floresta da Tijuca.

Quanto ao Asilo Agrícola, criado inicialmente em instalações provisórias – tardou 14 anos a sua transferência para a Fazenda do Macaco – buscava atingir três objetivos simultâneos: abrigar órfãos da Santa Casa; oferecer educação formal de língua portuguesa, matemáticas e ciências a meninos com idades distintas (de dez a 18 anos); e ensinar tarefas relativas à vida no campo com vistas a se tornarem administradores e regentes de propriedades rurais.

A Revista Agrícola, publicação trimensal, criada em 1869 e com atividade ininterrupta durante 22 anos, representou um papel significativo na divulgação de práticas científicas e técnicas voltadas às atividades rurais, além dos assuntos de cunho político, econômico e social, enfim, os inúmeros assuntos que se agregam ao tema da agricultura.

A análise do IIFA permite inferir que a instituição contribuiu para a divulgação das atividades de experimentações agrícolas com base na pesquisa científica. Constata-se que os campos científicos da agronomia, zootecnia, química agrícola, silvicultura, pedologia, meteorologia agrícola, entomologia agrícola, fitopatologia estiveram presentes na sua trajetória. Apesar de não ter sido criado com fins de associação científica, contribuiu no sentido de legitimar o saber agrônomo e sua institucionalização no Brasil.



AR QUI TETU RA

SOBRE ARQUITETURA

texto de Dalila Tiago N. F. de Mendonça



Solar do Conde da Estrela.
Rio Comprido, RJ.



Solar das Palmeiras. Botafogo, RJ.

O Solar da Imperatriz, prédio histórico pertencente ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, é hoje um dos mais belos exemplares arquitetônicos de uma época.

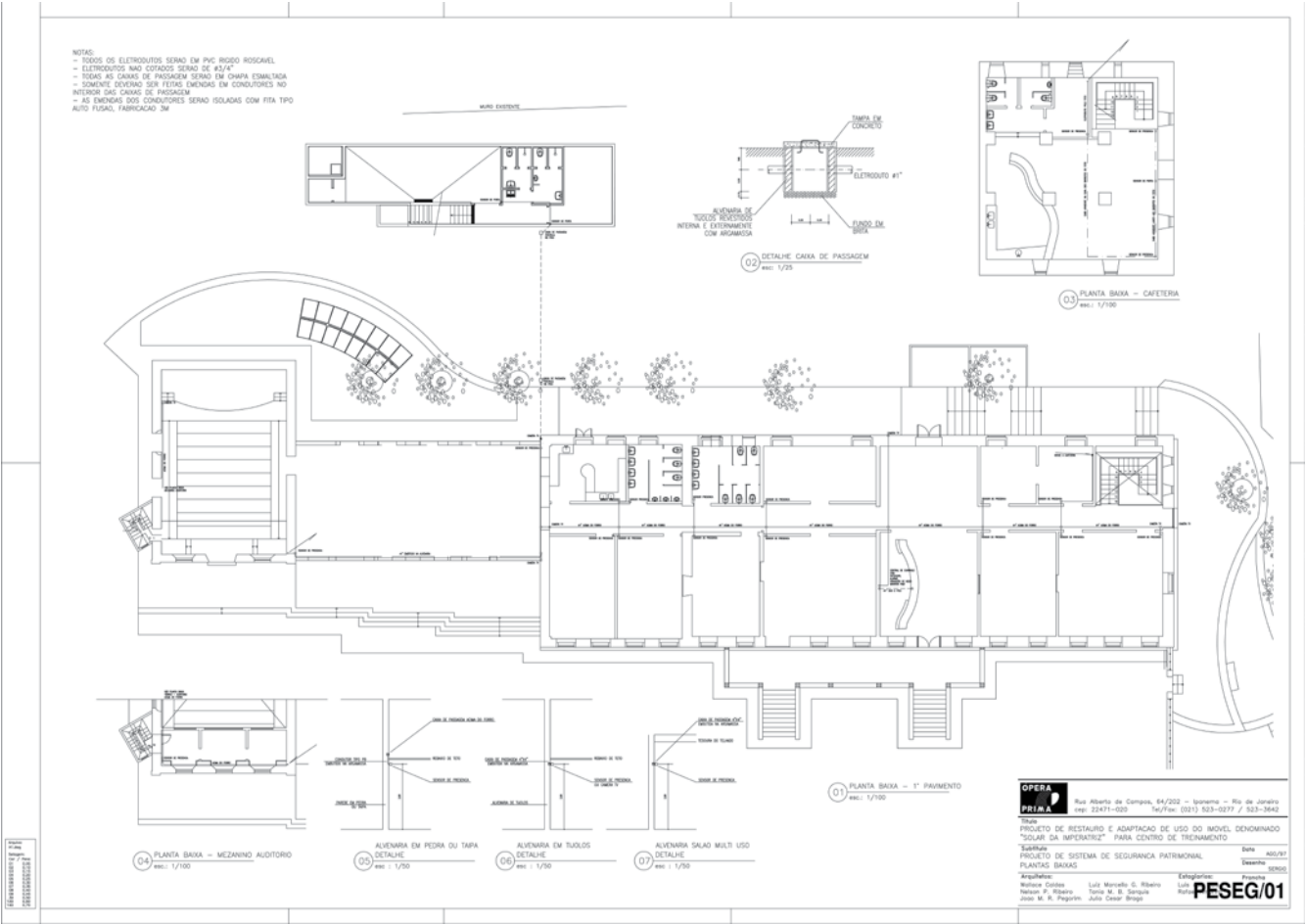
A partir do final do século XIX, quando restaurado, o prédio manteve uma linguagem arquitetônica característica das chácaras e solares situados nos arredores da cidade do Rio de Janeiro.

As chácaras e os solares dispunham de um programa arquitetônico mais amplo que as moradias urbanas por estarem situados em lotes maiores. Possuíam feições variadas, mas compunham-se geralmente de senzala, jardins, hortas, pomares, chiqueiros, estrebarias e coqueiras. Incorporavam em sua arquitetura elementos das casas urbanas, bem como das casas rurais.

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, além de novos hábitos, introduziu novidades na arquitetura. Os traçados de uma arquitetura colonial portuguesa, até então predominante, adquiriram influências do neoclássico europeu, que podem ser apreciados na arquitetura do Solar restaurado.

Sede da fazenda do Macaco, o Solar incorporava em seu núcleo os três elementos constituintes de uma moradia semirrural. A casa principal, sede da moradia; a capela dedicada a São José, situada na lateral esquerda; e na parte inferior da edificação, no porão, situava-se a senzala. Com a restauração do Solar, em 2001, a capela foi transformada em um pequeno auditório e a antiga senzala, que ainda guarda os remanescentes de sua época, transformou-se em porão de serviços e na atual cafeteria.





Essa tipologia de arquitetura semirural, comum nos centros urbanos, principalmente nas casas de chácara, caracterizada pelo casarão horizontalizado de pavimento único sobre porão, tem no Solar da Imperatriz um dos seus melhores exemplares.



Reconstituição do palacete do 2º Barão de Piracicaba, SP

Arquitetura em fragmentos

Num primeiro momento, ainda como casa da fazenda, o Solar apresentava uma composição arquitetônica que mesclava elementos do colonial brasileiro com a presença do neoclássico europeu.

O projeto de restauração privilegiou a casa da fazenda, mantendo e resgatando o máximo possível dos elementos e da linguagem plástica dos solares da época inicial desse conjunto. Há uma harmonia e uma busca de equilíbrio através da simetria marcada pela composição ordenada da fachada principal, na qual as janelas se agrupam com certa regularidade e destaca-se uma varanda, tipo alpendre, que abriga a portada central e acesso principal à área de administração da Escola de Botânica.

Essa tipologia de arquitetura semirural, comum nos centros urbanos, principalmente nas casas de chácara, caracterizada pelo casarão horizontalizado de pavimento único sobre porão, tem no Solar da Imperatriz um dos seus melhores exemplares.

No final do período colonial, ainda no século XVIII, as cores recobriam as fachadas externas das edificações, até então quase que exclusivamente brancas. Os salões eram decorados com pinturas murais e essas pinturas muitas vezes contrastavam com a casa em si, composta de portas e janelas mais simples.

Nos interiores, sob a influência do estilo neoclássico, por vezes havia uma profusão de ornamentação e de materiais importados. As paredes geralmente eram forradas de papel decorado, as janelas repletas de cortinas, grades de ferro nos balcões, e nas paredes as pinturas de cores contrastantes ao fundo.

Durante a restauração do Solar da Imperatriz, foram efetuadas prospecções nas alvenarias, visando à identificação da paleta de cores que recobria as paredes e as esquadrias da casa. Optou-se pelas cores que hoje revestem as fachadas externas; o interior ganhou um colorido mais sóbrio e janelas onde podem ser apreciadas as pinturas dos ornatos encontrados sob as diversas camadas de tinta.

Ao longo do século XIX, os solares incorporaram escadarias externas de ligação do acesso do pavimento mais nobre aos jardins da casa. A vida social foi definitivamente incorporada ao interior das residências, até então espaços fechados e intimistas, alterando assim o programa arquitetônico e fazendo com que as casas ganhassem novos ares e nova tipologia.

Os espaços internos iam sendo redefinidos com a aquisição de novos salões, salas de jantar, salas de estar e varandas abertas aos visitantes, enquanto as antigas alcovas transformavam-se em quartos arejados por janelas, fazendo com que o interior das moradias ganhasse uma nova distribuição dos espaços, redefinidos em áreas íntima, social e de serviço.

JANELA DE PROSPECÇÃO:
Em restauração de edificações históricas costuma-se selecionar um trecho de parede, em geral na forma retangular, denominada janela de prospecção, onde é criado um espaço de observação para o usuário expondo as camadas de pintura mais antigas na parede ou onde pode-se visualizar as configurações originais das paredes prospectadas naquele trecho.

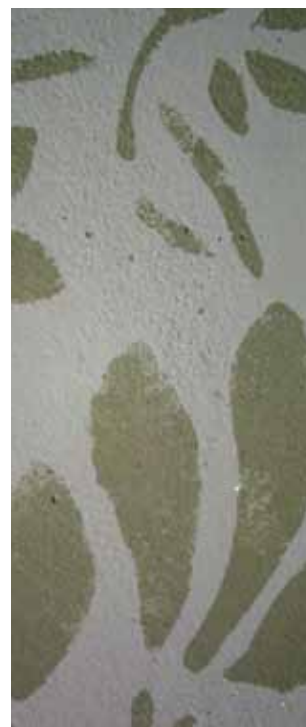


ALCOVA: Pequeno quarto de dormir situado no interior da casa, sem aberturas para o exterior. Quarto de dormir da mulher. Dormitório de casal. Quarto íntimo.



A construção do Solar da Imperatriz utilizou técnicas e materiais empregados desde o período colonial. Com as prospecções executadas durante a obra, foram encontradas paredes de pedra argamassada emboçadas, rebocadas e pintadas à cal, que podemos ver expostas em alguns trechos da casa. As paredes internas de pau a pique, provavelmente surgidas posteriormente à execução do piso e do forro, eram utilizadas como paredes de vedação entre os diversos cômodos das casas. A pintura à cal executada nas alvenarias reproduzia o tipo de pintura comum daquela época.

Durante a restauração, as paredes foram recobertas e pintadas em cores contrastantes e foi resgatada uma pintura mural descoberta sob as diversas camadas de tinta existentes. As fachadas externas também receberam pintura de cal na cor amarelo-ocre.



FORRO SAIA E CAMISA: era utilizado nas antigas moradas brasileiras, composto de duas fiadas de tábuas paralelas, a mais larga chamada de camisa e a mais estreita e trabalhada de saia.



O piso assoalhado de tábuas corridas irregulares, apoiado sobre barrotes de madeira, pode ser visto ao longo das salas da administração e *hall* de acesso.



O forro em réguas de madeira, tipo SAIA E CAMISA, com aba e cimalha, era original da época da casa da fazenda, e o piso assoalhado de tábuas corridas irregulares, apoiado sobre barrotes de madeira, pode ser visto ao longo das salas da administração e *hall* de acesso.

As marcações estruturais nas alvenarias da fachada, tanto na horizontal como na vertical, eram recursos plásticos habituais na nossa arquitetura, que visavam unicamente ao embelezamento dessas fachadas (Vasconcellos, S. 1979).

A antiga senzala manteve os pilares de pedra argamassada, onde ficavam fixados os instrumentos para castigar os escravos, assim como as paredes estruturais com pequenas aberturas – elementos remanescentes da época.



Em Arquitetura, ENTABLAMENTOS são os elementos horizontais assentados sobre as colunas ou pilares, comuns no estilo neoclássico e formados por um conjunto composto de arquitrave embaixo, friso ao centro e cornija na parte superior.

PINÁSIO: Talisca, ripa ou filete de madeira que nos caixilhos das portas e janelas serve para segurar e separar os vidros.



Muito comum era o emprego de cantaria nos cunhais, ENTABLAMENTOS e emolduramentos de vãos, complementados pela utilização de cores nas esquadrias, formando uma composição com todos os elementos da fachada que se destacavam assim na paisagem local. O surgimento de alguns materiais considerados caros, como, por exemplo, o vidro plano transparente, propiciou o aparecimento das galerias envidraçadas destinadas a aumentar a comodidade e higiene das habitações nas cidades. Nas janelas surgiram os caixilhos de vidro, as bandeiras de vidro com PINÁSIOS formando caprichosos desenhos de caixilharia e as janelas de guilhotina com caixilharia, elementos também presentes na edificação do Solar da Imperatriz.

As janelas e vãos eram guarnecidos com ombreiras e vergas retas de pedra, característica da influência mais retilínea do estilo neoclássico. Internamente, as janelas eram compostas em madeira almofadada, vestígios de um colonial ainda presente, recebendo na parte externa janelas de guilhotina com caixilharia de madeira e vidros quadrados, possuindo na parte superior um delicado desenho com ogivas de madeira pintada, que era comum nas residências mais aristocráticas.



No Brasil, as vidraças só entraram em uso corrente na última década do século XVIII. Em 1792 ainda não havia no Rio de Janeiro lojas especializadas na venda de vidros. Em 1799, no entanto, já havia nove. (Smith, 1981, p. 176)



As varandas foram um elemento constante na arquitetura da casa brasileira, principalmente nas de feições rurais. Ao mesmo tempo em que serviam como um elemento filtrante que permitia amenizar o calor excessivo do clima tropical dentro das edificações, funcionavam como um espaço de transição entre o interior e o exterior das moradias, limitando o acesso de visitantes.

No Solar, a fachada principal possui dois lances de uma escadaria que levam a um patamar maior avarandado, com uma cobertura independente, apoiada em colunas toscanas de pedra e cal. Os desenhos originais do guarda-corpo e da escada da casa são desconhecidos e o que se encontra hoje no Solar é uma varanda que representa uma cópia do tipo de varanda presente nas edificações daquela época, característica da arquitetura semirural.

Embora as diversas alterações no conjunto arquitetônico do Solar da Imperatriz tenham descaracterizado a casa principal ao longo de suas diversas ocupações, ainda hoje podemos observar as características e influências de uma época da arquitetura brasileira, quando o Rio de Janeiro foi o difusor de uma nova tipologia de moradia para o Brasil.





RESTAURAÇÃO

A RESTAURAÇÃO DO SOLAR

texto de Carlos Alberto B. Zenicola

Em 1997, o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro estabeleceu uma parceria com a Caixa Econômica Federal no intuito de viabilizar a restauração e adaptação do Solar da Imperatriz para abrigar a Escola Nacional de Botânica Tropical.



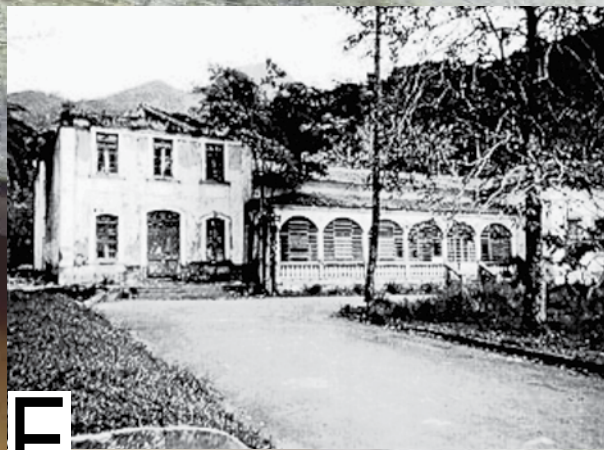
início das obras

O imóvel se encontrava bastante deteriorado, principalmente os telhados – na capela, por exemplo, já não existiam mais telhas – e, com isso, a maioria das paredes apresentava infiltrações comprometendo a argamassa de revestimento, tanto internamente quanto externamente.

A obra de restauração teve seu início em dezembro de 1998, com a previsão de execução de um ano.

A prospecção arqueológica, que teve seus trabalhos realizados concomitantemente com a obra, encontrou vários materiais, como moedas, utensílios e louças.

Foram encontrados vestígios de uma fonte em pedra que, provavelmente, servia de bebedouro para os cavaleiros e seus animais. Neste espaço estava prevista a construção das casas de máquinas do sistema de ar-condicionado central, que seriam semienterradas, assim como os vestiários e sanitários de serviço. Além disso, foi também detectada a presença de uma rocha à flor do terreno. Por conta disso, as casas de máquinas de ar-condicionado foram construídas ao nível do terreno e não mais semienterradas. Os vestiários e sanitários foram transferidos para o subsolo do corpo da edificação, em uma área contígua à da senzala.



Esta área, que fica na parte central da edificação, foi descoberta, pois, ao ser iniciada a retirada do revestimento da alvenaria de pedra da senzala, no subsolo, foi identificada uma parte desta alvenaria construída com tijolo maciço, sugerindo uma passagem para outro compartimento. Este cômodo se encontrava aterrado e, após ser escavado, foram descobertas aberturas em forma elíptica que serviriam de ventilação para o compartimento. Para que não houvesse interferência na alvenaria de pedra original, foi executada uma estrutura independente em alvenaria estruturada de blocos de concreto celular.



paredes construídas em bloco de concreto celular



processo de asperção

Havia grande infestação de cupins detectada em várias áreas da edificação, na estrutura do telhado, estruturas de piso e, até mesmo, no madeiramento das paredes de pau a pique. Para sanar a infestação nas paredes, foi aplicado um produto químico (inseticida) por meio de aspersão e gotejamento. Este processo consiste na colocação de recipientes com inseticida líquido no topo das paredes e, por gravidade, através de uma mangueira, o produto vai sendo infiltrado na parede. O resultado não foi o esperado, pois, com a infiltração do produto e o encharcamento das paredes, a argamassa começou a se deteriorar, ocorrendo o desmoronamento de alguns trechos. Com isso, o processo de desinfestação de cupins teve de ser substituído pelo método de iscas.

Com a retirada de alguns trechos da argamassa das paredes de pau a pique, pôde-se observar que o madeiramento estava comprometido devido à ação dos cupins. Por força disso, essas paredes tiveram que ser refeitas e, para não haver descaracterização da época em que foram construídas, contratou-se dois profissionais, do estado de Minas Gerais, para a realização de uma oficina específica, no próprio canteiro de obras, com o objetivo de ensinar as técnicas de execução daquelas paredes aos funcionários da empresa construtora.



técnica de execução das paredes de pau a pique

Assim, todas as paredes de pau a pique foram refeitas, com exceção da parede onde foram encontradas pinturas ornamentais. Esta teve de ser recuperada através de injeção de resina aplicada em camadas.



recuperação da parede de pau a pique



vista das fachadas com revestimento externo, após a aplicação da argamassa de cal, areia e dolomita



Todas as paredes externas da edificação foram construídas, na época, com alvenaria de pedra e revestidas com argamassa de cal e areia.



pintura ornamental original após prospecção

Uma das exigências do caderno de encargos era a retirada de toda argamassa existente para que esta fosse refeita, utilizando o mesmo material da época de construção – cal e areia –, porém, acrescentando-se a dolomita. Esse processo propiciaria a evaporação da água acumulada na alvenaria, devido à grande umidade do local. Para tanto foi realizada outra oficina, dessa vez de argamassa de cal, também ministrada por profissionais especializados e dirigida aos funcionários da construtora, arquitetos e engenheiros.

vista da alvenaria de pedra aparente



Algumas das alvenarias de pedra interna foram deixadas sem revestimentos, com o intuito de mostrar as técnicas de execução e a utilização de materiais da época. As paredes em alvenaria de pedra deixadas aparentes receberam tratamento a base de água e rodopas, dando proteção contra a ação do tempo.



preparo e aplicação da argamassa de cal



calha

Como já foi dito anteriormente, o local possui um alto índice de umidade, e para tentar evitar que isto afetasse as paredes externas da edificação, foi projetada uma calha em toda a periferia do prédio. Esta calha tanto serve para captar a água da chuva, como também faz com que a umidade infiltrada de baixo para cima na alvenaria de pedra – ou seja, pela parte da alvenaria que fica enterrada –, possa ser liberada por evaporação, pois a calha possui orifícios que permitem, como costumamos dizer, que a alvenaria respire.

Um dos itens de maior relevância da obra foi a recuperação do telhado.

Para isto, havia as seguintes exigências:

- as telhas existentes deveriam ser retiradas, lavadas e recolocadas;
- as telhas quebradas deveriam ser substituídas por telhas de iguais características;
- as telhas deveriam ser amarradas ao ripamento;
- todas as peças de madeira da estrutura do telhado comprometidas pela ação dos cupins deveriam ser substituídas;
- todo o telhado deveria ser forrado com folhas de alumínio instaladas entre as ripas;
- deveria ser construída uma passarela, na extensão de todo o corpo da casa principal, ao longo da cumeeira, fixada e pendurada à estrutura do telhado.

Houve algumas dificuldades durante a execução destes serviços, pois o telhado teve que ser descoberto por partes e provisoriamente coberto com material plástico. Como o índice pluviométrico na região é muito alto, em alguns momentos ficaram vulneráveis as instalações internas, como paredes de pau a pique, pisos em tábuas corridas e forros de madeira.

A função da passarela construída em toda a extensão do telhado principal é a de dar acesso à manutenção do telhado, às máquinas de ar-condicionado – instaladas em plataformas acima do forro –, ao barrilete e às caixas d’água.



chapas de alumínio fixadas nas ripas do telhado

vista da passarela de serviço

peças de madeira

do barrilete das caixas d’água

A pintura interna e externa foi outro item relevante da obra. Realizada prospecção na pintura das paredes internas, foram retiradas aproximadamente nove camadas de tinta até chegar à cor original. Como já foi citado anteriormente, em uma das paredes de pau a pique, foram encontradas pinturas ornamentais – mantidas em uma “janela” para exposição da pintura decorativa original. Para saber como este ornamento se desenvolvia na decoração da parede, foram feitas outras prospecções e, ao ser identificado o desenvolvimento, a parede recebeu uma nova pintura executada por profissionais especializados



pintura ornamental reproduzida



pintura ornamental original



pintura das esquadrias nas cores originais



pintura externa com cal pigmentada



vista da fachada dos fundos mostrando as esquadrias novas que substituíram os basculantes



pintura externa dos ornatos em cal puro

Quanto à pintura externa, também foi feita a prospecção para se chegar à cor original. Esta pintura teve que ser executada com cal pigmentada por exigência das especificações e, também, para não ir de encontro à argamassa de cal, areia e dolomita – não interferindo assim no processo de evaporação da umidade das paredes.

O mesmo processo foi realizado com a pintura das esquadrias, chegando-se às cores originais, com exceção da esquadria de uma porta interna que, ao serem retiradas as camadas de tinta, verificou-se que a madeira era de jacarandá, com isso, a esquadria foi raspada recebendo apenas cera de proteção. Um aspecto importante foi a reconstituição das esquadrias da fachada dos fundos que eram de basculantes e passaram a ter as mesmas características da fachada principal.



vista do deque da cafeteria

O espaço da senzala, localizado no porão da casa, foi reaproveitado com o projeto de uma cafeteria, sanitários e um deque de madeira à beira do rio dos Macacos.

No piso da capela foram encontradas cerâmicas da época em que foi construída, por volta de 1876. As cerâmicas foram retiradas pelo processo de alagamento do piso, para que soltassem com o

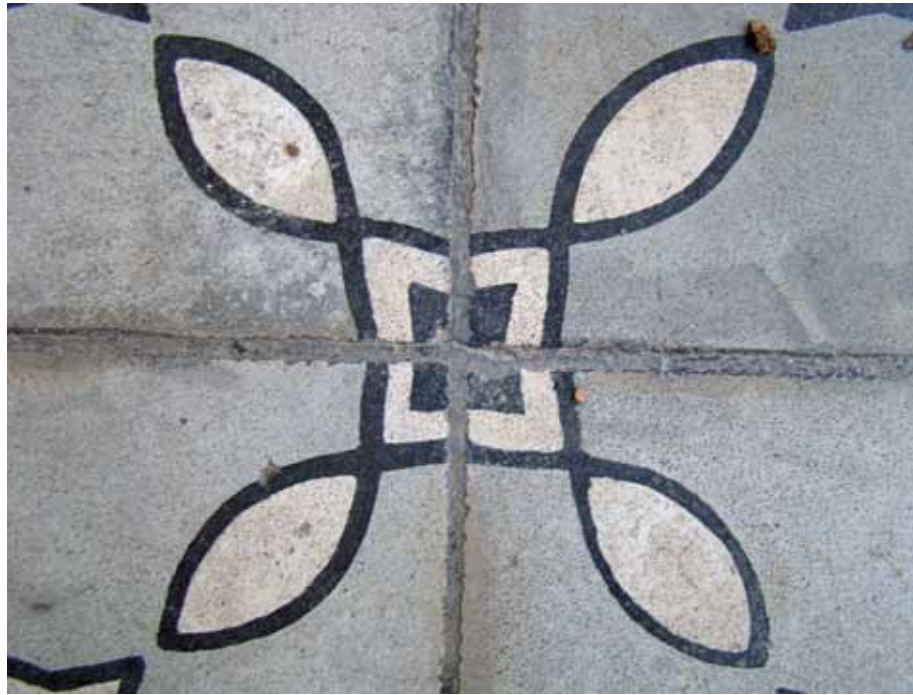


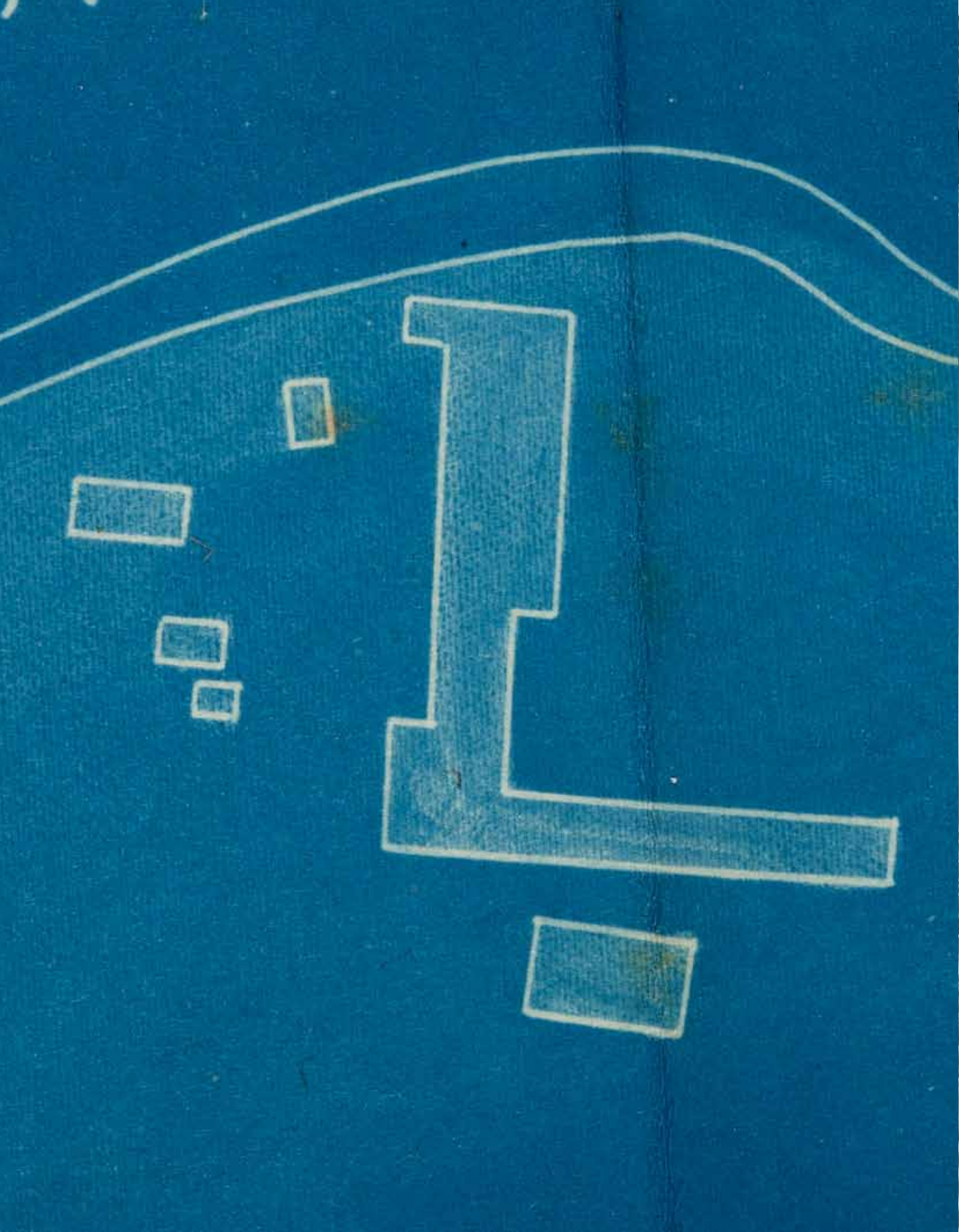
vista interna da cafeteria

mínimo de dano possível. Em seguida, foram restauradas e recolocadas na varanda, entabtuadas por peças de granito flameado.



cerâmicas encontradas no piso da capela foram recolocadas na varanda





A palavra horto significa jardim ou área onde se cultivam plantas.

texto de José Maria Assumpção

HORTO FLORESTAL

Os nomes *Jardim de Aclimação* e *Real Horto* foram as primeiras denominações do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Por sua vez, horto florestal é um espaço onde se estudam e/ou se multiplicam plantas florestais.

A história da área compreendida como Horto Florestal começou em 1863 com a desapropriação da fazenda do Macaco pelo Ministério de Agricultura, a pedido do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), que administrava o Jardim Botânico. Na sede da fazenda, conhecida como Solar da Imperatriz, foi instalado um Asilo Agrícola para meninos órfãos que recebiam formação em técnicas agrícolas e cultivavam amoreira para produção de bicho-da-seda. Em 1911, passou a fazer parte do Jardim Botânico, onde se mantinha um viveiro de mudas. Há relatórios governamentais de 1913 e 1919 sobre distribuição de mudas à população e lavouras em seu entorno.

Planta do Horto Florestal (1911)
MINISTÉRIO DA FAZENDA





O Horto foi cedido em 1926 ao Serviço Florestal do Brasil, órgão do Ministério de Agricultura, com sede no Solar da Imperatriz, que tinha entre suas finalidades a produção de mudas florestais em viveiros. Somente em 1971, retornou à administração do Jardim Botânico. Portanto, há quase cem anos vem produzindo mudas, disseminando espécies, contribuindo para a melhoria da área verde e promovendo a conservação da biodiversidade.

Foto: acervo do MUMA | JBRJ

Está localizado em área do Jardim Botânico, contígua à Floresta Nacional da Tijuca, na encosta da serra da Carioca e com vegetação de mata atlântica. O viveiro ocupa aproximadamente 0,9 hectare e está situado na rua Pacheco Leão, n. 2.040, bairro do Horto, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. É uma unidade da Coordenadoria de Coleções Vivas da Diretoria de Meio Ambiente e Tecnologia.

Suas atribuições são a conservação e manutenção da área; organização do estoque de mudas e o sistema de registro; produção de mudas para plantio, introdução e reintrodução nas coleções vivas do Jardim Botânico; atendimento a convênios institucionais, intercâmbio com instituições congêneres, doação a órgãos governamentais e venda ao público.

O objetivo principal é a propagação de espécies da flora do Estado do Rio de Janeiro, da mata atlântica e de restinga, raras e/ou ameaçadas, de outros biomas nacionais e de espécies exóticas notáveis, sem ater-se à propagação de espécies normalmente encontradas no comércio, como plantas ornamentais de jardins e de interiores. Este procedimento é também uma exigência da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente n. 339/2003, que dispõe sobre a criação, normatização e o funcionamento dos jardins botânicos, os quais devem “manter área de produção de mudas, preferencialmente da flora local”.



Fotos: acervo do MUMA | JBRJ



A produção atual depende da colheita de sementes no Jardim Botânico, sendo as mudas empregadas geralmente em arborização.

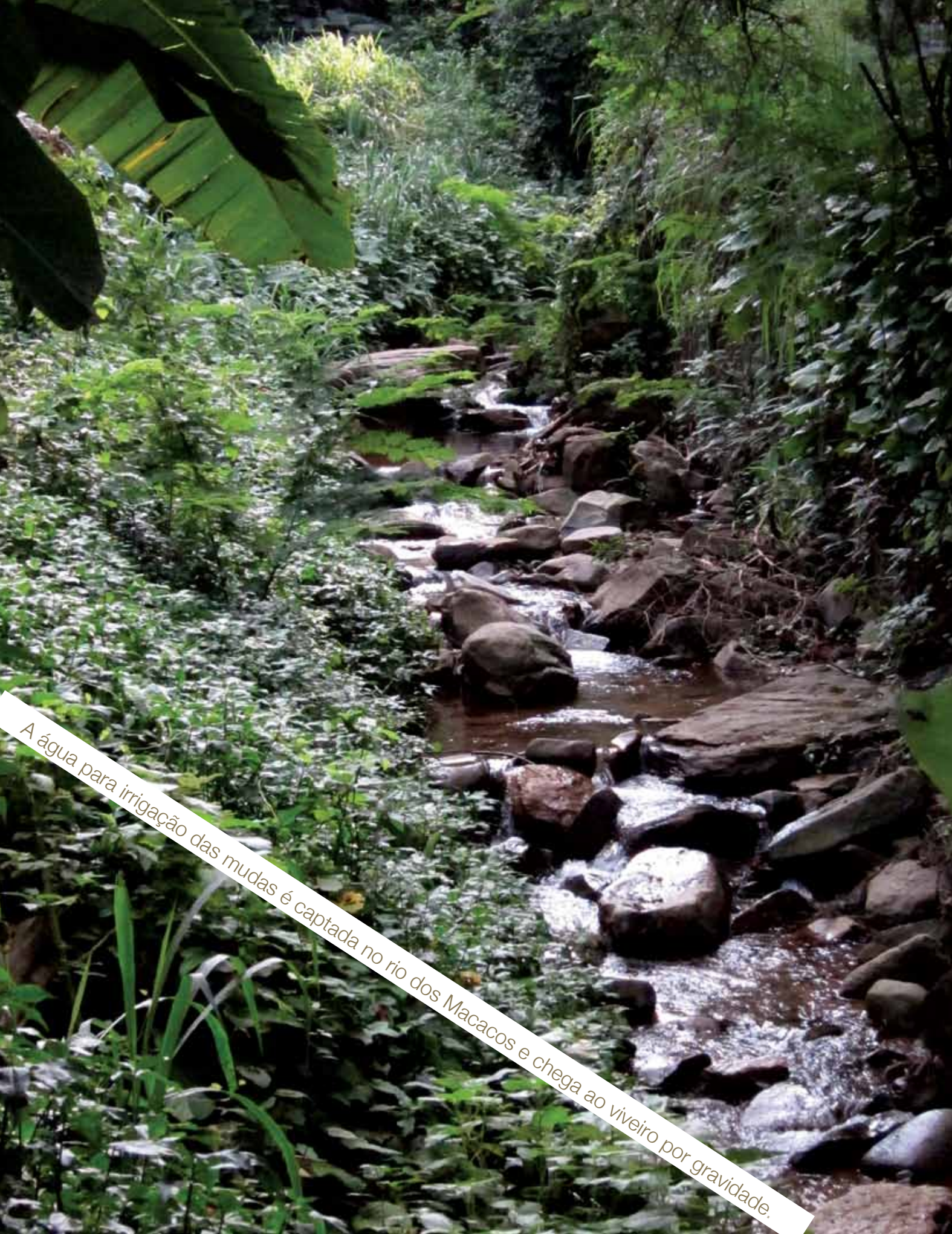
Mudas provenientes de sementes coletadas na natureza são introduzidas no Jardim Botânico e utilizadas em projetos de conservação ou pesquisa. Há uma preocupação com a qualidade genética das mudas produzidas que deve ser resolvida por meio de coleta de sementes representativas das populações naturais. A qualidade fisiológica das mudas é atendida com investimentos para modernizar a infraestrutura do viveiro, emprego de insumos e operações de cultivo adequadas.



O sistema de produção adota uma tecnologia simples que utiliza sacos plásticos como recipiente, e terra como componente principal do substrato, com baixo investimento de produção e bom desenvolvimento das plantas. Coberturas temporárias e permanentes de tela plástica (sombrite 50%) são empregadas durante a germinação, enraizamento de estacas e transplante de plântulas até a fase inicial de crescimento.

Para facilidade dos serviços operacionais, o viveiro é dividido em setor de produção de mudas e setor de mudas prontas para plantio (estoque). A água para irrigação das mudas é captada no rio dos Macacos e chega ao viveiro por gravidade. A produção média anual tem sido de 32.000 mudas. A relação de mudas disponíveis pode ser encontrada no site do Jardim Botânico (www.jbrj.gov.br).





A água para irrigação das mudas é captada no rio dos Macacos e chega ao viveiro por gravidade.





BOTÂNICA



NOTÍCIA BOTÂNICA

texto de Marcus Nadruz Coelho & Claudio Nicoletti de Fraga

A Floresta Atlântica na cidade do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro está inserido no contexto da Floresta Atlântica, que abriga as seguintes formações vegetacionais: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Semidecidual, Formações Pioneiras, Savana Estépica e Savana.

Apresenta uma grande diversidade de relevo e está esquematizado em quatro grandes unidades: Baixada, Serra do Mar, Vale do Paraíba e Escarpa da Mantiqueira. Emergindo da baixada surgem elevações cristalinas que constituem os maciços litorâneos, alguns muito elevados como as serras do Mendanha, Tijuca e de Mato Grosso (entre Maricá e Saquarema). Desde 1596, a área verde compreendida entre a Urca, o Corcovado e o Morro Dois Irmãos, era co-

nhecida como “lagoa das raízes chatas” ou “capôpenypau”, atualmente Lagoa Rodrigo de Freitas (JBRJ, 1994).

O Maciço da Tijuca é dividido por três setores principais: Serra da Carioca, Serra dos Três Rios e Serra dos Pretos-Forros. No maciço se destacam relevos como o Morro Dois Irmãos, Pedra da Gávea, Pedra Bonita, Morro do Elefante, Pedra do Andaraí, Morro do Sumaré, Morro do Corcovado e Pico da Tijuca. Este último é o ponto culminante do maciço, com 1.021 metros.

Mesmo sendo conhecido por abrigar a maior área de floresta urbana no mundo, vem perdendo ao longo dos anos boa parte de sua área verde, por conta do desmatamento e da ocupação humana sobre VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA. Se o atual ritmo continuar, a previsão é de que, no ano de 2092, a proporção de floresta em relação à área total do maciço será de 22,72% num cenário otimista, e de 6,85% no pior dos casos (em 1996, esse índice era de 35,81%) (Kuck, 2003).

O maciço estende-se, de sul a norte, do Costão do Vidigal até o bairro do Campinho e configura-se num divisor natural entre a zona sul, zona norte e baixada de Jacarepaguá. A densa cobertura vegetal do maciço é típica da FLORESTA OMBRÓFILA. Densa com afloramentos rochosos, foi replantada por determinação do Imperador dom Pedro II, no século XIX. Boa parte da área foi desmatada para a utilização da madeira na construção de habitações, no aproveitamento de lenha e carvão para uso nos engenhos de açúcar e olarias, até ser ocupada

VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA:
que está em processo
de regeneração.

FLORESTA OMBRÓFILA:
floresta úmida, chuvosa.



MANUEL GOMES ARCHER:
engenheiro e major da Guarda
Nacional, encarregado,
pelo Imperador dom
Pedro II, de administrar
a Floresta da Tijuca.

GEORGE GARDNER: médico
e botânico britânico, que
esteve no Brasil entre 1836
e 1841, no estado do Rio
de Janeiro e no Nordeste,
coletando material botânico.

por plantações de cana e café, em 1760 (período provável do início da destruição de grande parte da mata primária que existia na época).

Com a determinação do Imperador, em 1861, houve o replantio de várias espécies originárias do Maciço da Pedra Branca e de Guaratiba, sob a responsabilidade do major MANUEL GOMES ARCHER, com o intuito de preservar os mananciais que abasteciam o Rio de Janeiro nos tempos do Império. Por esse trabalho, o major Archer é considerado o pioneiro da silvicultura, e este fato se reveste de importância por ser ímpar no Brasil e, talvez, o primeiro na América do Sul (1862). Configura-se um bom exemplo de uma área recuperada pelo reflorestamento artificial em sua heterogeneidade, apesar das dificuldades envolvidas, desde a falta de mão de obra a recursos outros, inclusive financeiros (Conti et al., 2008).

Antes da recuperação da área da Tijuca, alguns naturalistas passaram pelo Rio de Janeiro e narraram suas impressões. Em 1816, Auguste de Saint-Hilaire, ao passar pelo Rio, ainda via grandes florestas virgens nas encostas das montanhas da Tijuca, quase às portas da cidade: “coisa alguma no mundo se compara em beleza aos arredores do Rio” (Saint-Hilaire, 1830). De acordo com Saint-Hilaire, quanto mais próximo se chegava da cidade, mais casas de campo e terreno cultivado nas encostas da Tijuca podiam ser observados, o que se tornou uma preocupação com a perda da beleza natural nos arredores da cidade.

Na década de 1830, GEORGE GARDNER passou dez dias de sua visita ao Rio de Janeiro andando pelos caminhos da Tijuca, preferindo sempre as distâncias mais longas e cheias de voltas, subindo pelo caminho da Pedra da Gávea. Sua hospedagem se deu na residência de um francês que possuía uma pequena fazenda de café, onde a plantação cobria toda a encosta, desde o declive rochoso até a base da montanha com o mar. Percorrendo o caminho de subida para a Gávea e Pedra Bonita, Gardner relata passar por diversos cafezais e laranjais, indicando que o cultivo de culturas agrícolas ia se fazendo tão rapidamente por umas 20 milhas ao redor da cidade, que muitas das espécies ainda existentes estariam no decurso de poucos anos completamente extintas, e os botânicos que no futuro visitassem essas localidades não mais encontrariam as plantas colhidas por seus predecessores (Gardner, 1942).

A proliferação de espécies invasoras como capim-colonião (*Panicum maximum*), jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), dentre outras, é um dos fatores de deterioração do Maciço da Tijuca, contribuindo para o aumento de queimadas, principalmente nos meses de inverno – quando a quantidade de chuvas diminui – e para a colonização de espaços já restaurados onde espécies nativas poderiam ocupar. No caso da área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, as moradias irregulares e os impactos antrópicos, referentes a essa ocupação, representam os principais fatores de ameaça à vegetação natural dessa floresta (Conti et al., 2008).



A área ocupada pela Escola Nacional de Botânica Tropical

A vegetação na encosta do antigo Horto Florestal, onde está inserida a Escola Nacional de Botânica Tropical, é limítrofe ao Parque Nacional da Tijuca e foi estudada por JOÃO GERALDO KUHLMANN, em 1929. A importância desse estudo está na identificação das espécies arbóreas da região. Foram inventariadas 180 espécies de árvores em 129 gêneros distintos, com informações sobre família, nome científico e nome vulgar (Barroso, 1985). Dentre as espécies registradas, destacam-se aroeira (*Schinus terebintifolia*), bicuíba (*Virola bicuhyba*), cedro-rosa (*Cedrela glaziovii*), jacarandá-rosa (*Machaerium incorruptibile*), jequitibá (*Cariniana brasiliensis*), mirindiba (*Lafoensia glyptocarpa*), pau-ferro (*Caesalpinia ferrea*) e peroba (*Aspidosperma parvifolium*), mostrando ser a área relevante em espécies de valor econômico.

Os indivíduos identificados por Kuhlmann foram posteriormente reproduzidos em um MAPEAMENTO DA ÁREA DO HORTO FLORESTAL, onde também era incluída a área da Escola Nacional de Botânica Tropical e as áreas dos talhões de essências florestais, exóticas e/ou nacionais, com os experimentos silviculturais e de dendrometria, objeto do estudo do antigo Serviço Florestal do Brasil do Ministério da Agricultura. Nessas áreas encontravam-se presentes 37 talhões numerados, com 6.932 espécimes plantados e distribuídos uniformemente nesses

JOÃO GERALDO KUHLMANN:
botânico brasileiro,
especialista em taxonomia
vegetal. Foi diretor do
Jardim Botânico do Rio de
Janeiro entre 1844 e 1851.

PLANTA DO HORTO FLORESTAL: a
planta citada, comentada por
Kuhlmann, encontra-se no verso
da quarta capa desta edição.



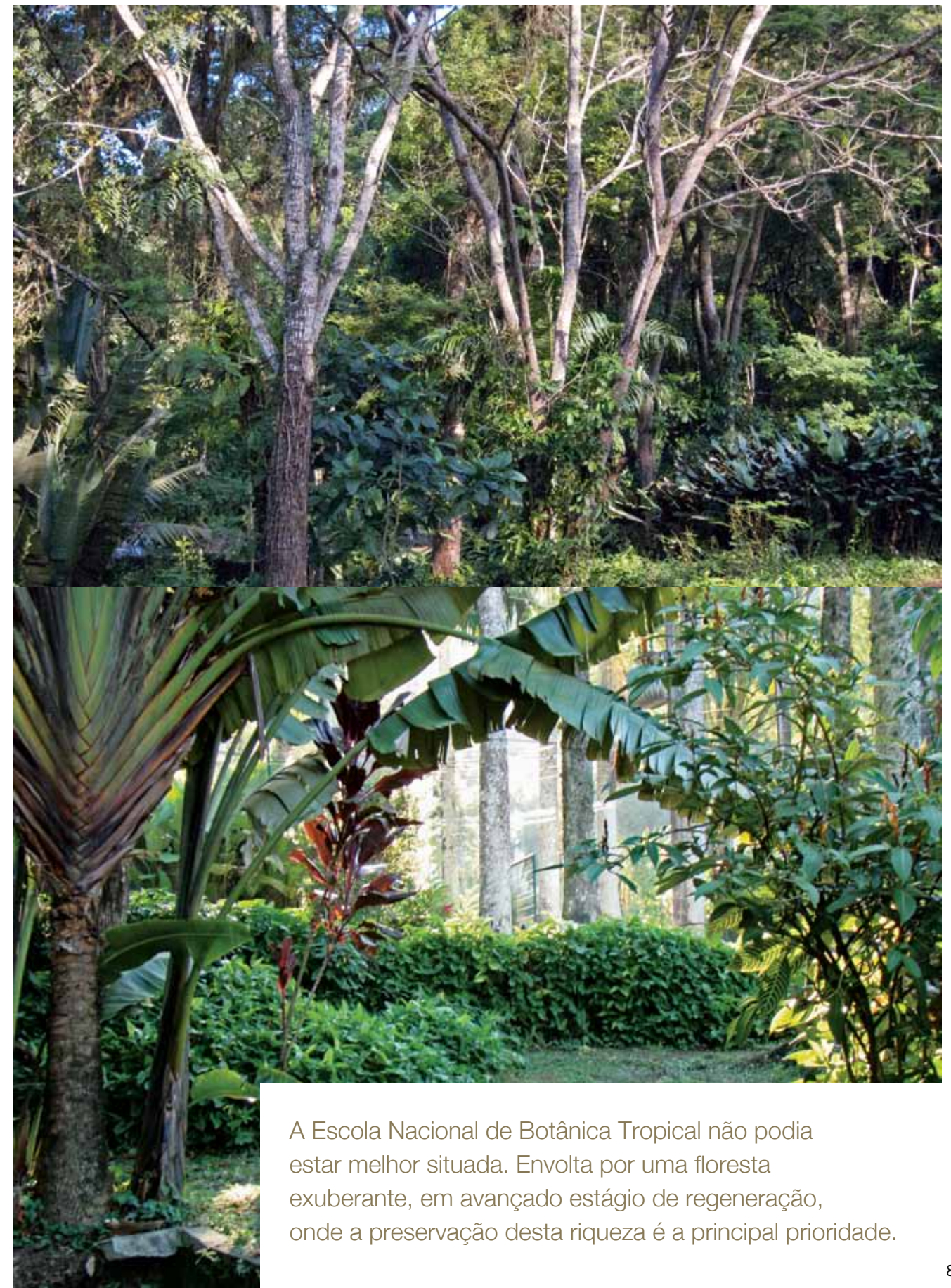
talhões, onde cada exemplar tinha seu crescimento em diâmetro e altura acompanhado; e oito áreas utilizadas temporariamente para o cultivo. Uma área de 79.524,90 m² do Horto Florestal (ca. 8 ha) foi utilizada para esses experimentos, excluindo-se todo o conjunto de arruamentos e infraestrutura para manutenção da área (Almeida, 1943).

Atualmente, esses talhões encontram-se bastante descaracterizados e possuem poucos indivíduos antigos, como os descritos por Almeida (1943), mas a presença desses talhões demonstra que a área do antigo Horto Florestal era utilizada para o desenvolvimento científico sobre silvicultura, uma atividade condizente para a área em questão e que as residências lá localizadas possuem um tempo muito menor do que se acreditava, pois não são vistas no mapa apresentado.

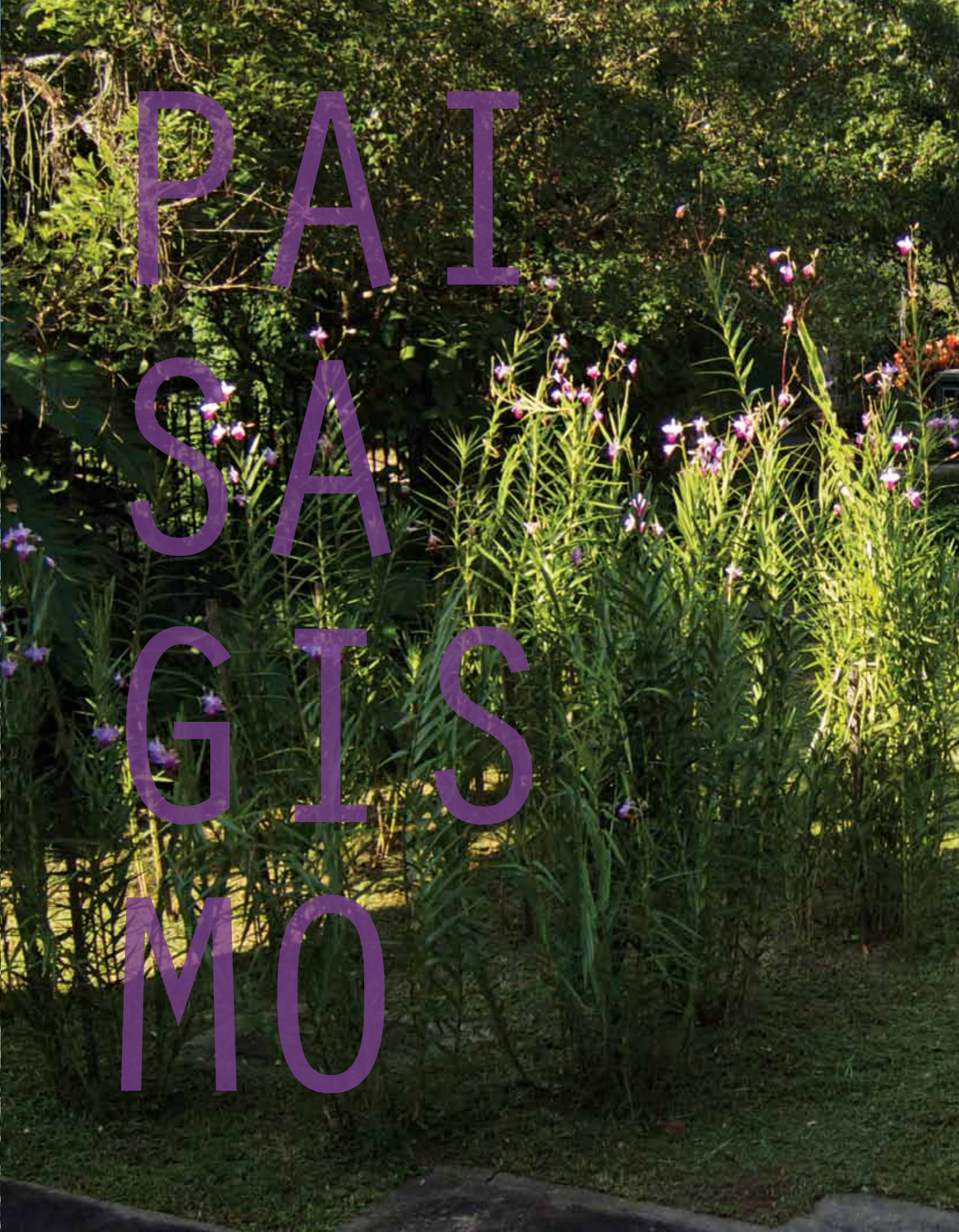
Baseado no levantamento de Kuhlmann e no histórico da área, uma equipe do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com o objetivo de contribuir para a divulgação da vegetação das áreas do entorno do Jardim Botânico, realizou um levantamento das espécies ocorrentes nessas localidades (área contígua ao Jardim Botânico, Horto Florestal e Parque Lage), totalizando 74 famílias, 168 gêneros e 277 espécies (JBRJ, 1994). Esse número ainda não corresponde à realidade, em vista de algumas espécies encontrarem-se estéreis na época da coleta e estão discrepantes em relação ao antigo levantamento de Kuhlmann, em virtude de terem sido inventariados não apenas árvores.

As famílias mais numerosas são: Rubiaceae, Piperaceae, Moraceae e Euphorbiaceae. Notou-se a escassez de epífitas, comprovando ser esta uma floresta secundária, e a presença de um número pequeno de espécies fornecedoras de madeira. Dentre as espécies que se encontram na atual lista de espécies ameaçadas de extinção, chama-se a atenção para o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), jacarandá-cabiúna (*Dalbergia nigra*), bico-de-guará (*Heliconia angusta*) e congonha (*Rudgea macrophylla*) – reforçando a necessidade de continuidade na preservação dessas áreas –, além de algumas espécies descritas como novas para a região.

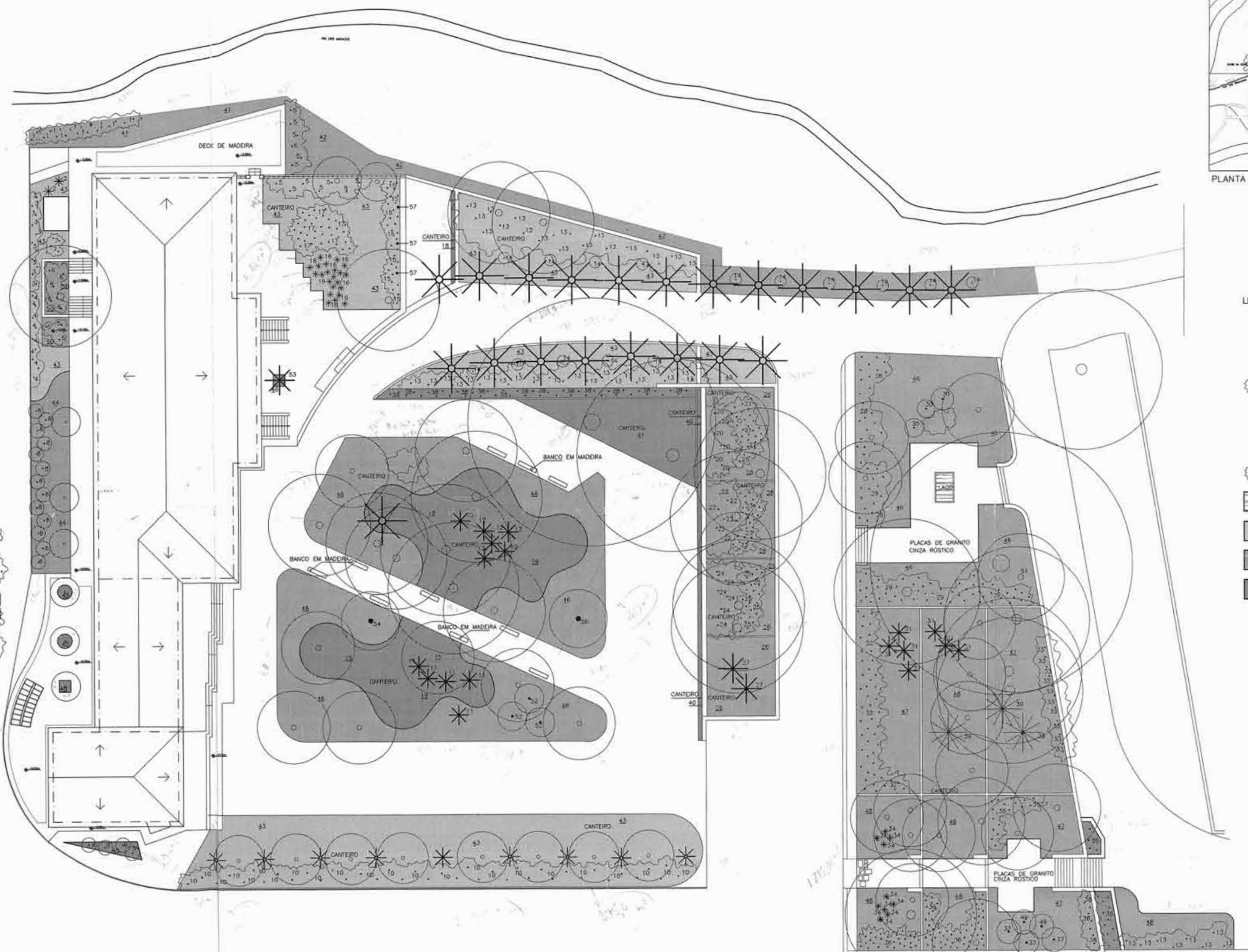
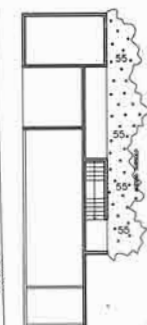
Dando continuidade aos estudos nas áreas em questão, Valente e Silva (1999) organizaram um projeto objetivando o levantamento das plantas úteis com potencial medicinal, madeireiro e ornamental, ocorrentes nessas localidades. Como resultado foram catalogados 70 taxons, sendo 30 com princípios medicinais, 29 madeiras e 32 ornamentais. Segundo o estudo, as espécies com maior potencialidade são: pata-de-vaca (*Bauhinia forficata* subsp. *forficata*), carrapeta (*Guarea guidonia*), ipê-amarelo (*Handroanthus chrysotrichus*) e canjerana (*Cabralea canjerana* subsp. *canjerana*). São assinaladas também: angelim (*Andira fraxinifolia*), sapucaia (*Lecythis pisonis*), braúna (*Melanoxylon brauna*), canela-preta (*Nectandra leucantha*) e pau-de-tamanco (*Tabebuia cassinoides*) como madeiras; pitangueira (*Eugenia sulcata*), fava-de-santo-inácio (*Fevillea trilobata*), salsaparrilha-selvagem (*Herreria salsaparrilha*), jaborandi (*Ottonia anisum*) e maracujá-mirim (*Passiflora racemosa*) como medicinais; e trapoeraba-azul (*Dichorisandra thyrsiflora*), uricanga (*Geonoma pohliana*), bananeira-de-jardim (*Heliconia angusta*), café-do-mato (*Metternichia princeps* var. *princeps*) e flor-de-quaresma (*Tibouchina granulosa*) como potencialmente ornamentais.



A Escola Nacional de Botânica Tropical não podia estar melhor situada. Envoltas por uma floresta exuberante, em avançado estágio de regeneração, onde a preservação desta riqueza é a principal prioridade.



PAI
SA
GIS
MO



PLANTA DE SITUAÇÃO

LEGENDA

- ÁRVORE EXISTENTE
- PALMEIRA EXISTENTE
- ARBUSTO EXISTENTE
- ÁRVORE PROPOSTA
- PALMEIRA PROPOSTA
- ARBUSTO PROPOSTO
- LAGO
- GRAMADO
- CANTEIRO-FORRAÇÃO
- CANTEIRO

LISTA DE PLANTAS:

NOME CIENTÍFICO	ALTURA MÍNIMA	MUDA m2/ESPAÇO	QUANTIDADE
1. Heliconia bival	0,80	1,00x1,00m	17
2. Areca triandra	1,80	-	2
3. Alpinia purpurata	0,80	1,00x1,00m	13
4. Dimorocostus strobilaceus	1,00	1,50x1,50m	9
5. Philodendron wilsonii	0,60	1,50x1,50m	16
6. Monstera deliciosa	0,60	1,50x1,50m	4
7. Brunfelsia uniflora	1,00	1,00x1,00m	4
8. Clerodendron quadriloculare(Cerrado)	1,00	1,50x1,50m	13
9. Pleomele reflexa	1,20	1,50x1,50m	4
10. Conocarpus tomentosa	0,60	1,50x1,50m	39
11. Ptychosperma elegans	2,00	-	5
12. Pinanga kuhlii	2,00	-	6
13. Megaskepasma erythrochlamys	0,80	1,50x1,50m	42
14. Justicia aurea	0,80	-	18
15. Odontonema strictum	0,40	0,50x0,50m	30
16. Dietes bicolor	0,40	0,80x0,80m	22
17. Arundina bambusifolia	0,80	0,40x0,40m	36
18. Russelia equisetiformis (amarela)	-	-	16
19. Neomarica coerulescens	-	-	20
20. Calathea sp. (proteada)	1,00	1,50x1,50m	7
21. Crinum asiaticum	0,40	0,50x0,50m	30
22. Aphelandra sinclairiana	0,60	1,50x1,50m	9
23. Crinum powellii	0,40	0,50x0,50m	30
24. Calathea crotalifera	1,00	1,50x1,50m	7
25. Crinum "nairobi"	0,40	0,50x0,50m	30
26. Wedelia paludosa	-	-	25
27. Acoelorrhaphe wrightii	1,50	-	3
28. Pachystachys lutea	-	-	16
29. Eranthemum nervosum	-	-	16
30. Sanchezia nobilis	1,00	-	3
31. Licuala grandis	1,00	-	7
32. Heliconia psittacorum	-	-	16
33. Podranea ricasoliana	-	0,80x0,80m	12
34. Chamaedorea tepejilote	1,50	-	11
35. Curculigo capitulata	-	-	16
36. Stromanthe sanguinea	-	-	16
37. Schefflera actinophylla	1,80	-	3
38. Jasminum mesnyi	-	0,80x0,80m	406
39. Angiopteris evecta	1,20	-	3
40. Russelia equisetiformis (vermelha)	-	-	16
41. Solanum violaeifolium	-	-	25
42. Scindapsus aureus	-	-	25
43. Axonopus compressus(Grama São-Carlos)	-	-	1070m2
44. Pilea nummularifolia	-	-	25
45. Pilea microphylla	-	-	16
46. Ophiopogon japonicus	-	-	40
47. Syngonium podophyllum	-	-	25
48. Pilea cadieri	-	-	25
49. Schefflera arboricola	1,50	-	3
50. Asparagus sprengeri	-	-	16
51. Phoenix roebelinii	1,80	-	1
52. Strelitzia augusta	1,80	-	3
53. Euterpe oleracea	2,00	-	1
54. Tabebuia chrysotricha	2,00	-	1
55. Hibiscus rosa-sinensis	0,80	-	38
57. Tabebuia heptaphylla	2,00	-	1
58. Podranea ricasoliana	0,80	1,00x3,00m	3

- NOTAS
- 1- TODAS AS ÁRVORES E PALMEIRAS DEVERÃO TER COVAS DE 1,00x1,00x1,00m E OS ARBUSTOS DE 0,40x0,40x0,40m PREENCHIDAS COM TERRA ADUBADA.
 - 2- AS ALTURAS DE PALMEIRAS, ÁRVORES E ARBUSTOS, QUANDO PLANTADAS EM AGROPAMENTOS DE MESMA ESPÉCIE, DEVERÃO SER VARIADAS EM SEU FORNECIMENTO, TENDO COMO PARÂMETRO MÍNIMO A ALTURA ESPECIFICADA NA RELAÇÃO DE PLANTAS.
 - 3- OS CANTEIROS SOBRE LAJE DEVERÃO TER SOMENTE TERRA ADUBADA.

ESCALA ORIGINAL 1:200

DI	08/11/200	REVISÃO GERAL	H.D.
REV	DATA	ASSINATURA	NOTA
SOLAR DA IMPERATRIZ JARDIM BOTÂNICO - RIO DE JANEIRO			
BURLLE MARX & CIA LTDA.		PROJETO EXECUTIVO	
Haruyoshi Ono		2734-P2.dwg	
ARQUITETO RESPONSÁVEL		PLANO GERAL - LISTA DE PLANTAS	
H.D./Bo		1:200	
Juscelino V. V.		20 de Setembro de 2000	

texto de Ana Rosa de Oliveira

Burle Marx e o horto

O HORTO FLORESTAL DA GÁVEA é a extensão de terras (83 ha) que voltou a ser administrada pelo Jardim Botânico em 1971, estando o viveiro (Horto do Jardim Botânico) situado nessa área.

Na ocasião, a área do arboreto do JARDIM BOTÂNICO já estava incluída na lista do patrimônio artístico e histórico nacional.

As paisagens do HORTO FLORESTAL DA GÁVEA podem ser abordadas segundo diferentes perspectivas. Este texto é um convite a olhar essas paisagens a partir de um escrito de ROBERTO BURLE MARX.

Em 4 de julho de 1969, Roberto Burle Marx apresentou um documento ao Conselho Federal de Cultura no qual informava que considerava a área do Horto “parte indispensável, manancial e área de integração do JARDIM BOTÂNICO”. Diante das ameaças de redução, ocupação e desmembramento da área citada, o paisagista anunciava que apresentaria um requerimento à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional solicitando seu tombamento.

Entre inúmeros pareceres, palestras e declarações públicas nas quais o paisagista “oferecia sua colaboração de brasileiro, que deseja defender a integridade do patrimônio cultural de seu povo, sem ônus para o estado”, (TABACOW, 2004) uma carta dirigida a Wolfgang Sauer (presidente da Volkswagen do Brasil) sobre o incêndio de 9.810 hectares de floresta amazônica é exemplar dessa faceta pouco divulgada, ainda hoje, da produção de Burle Marx – a do “defensor incansável” da preservação do patrimônio natural e cultural do país.



figura 01 (ver páginas 92 e 93)
Projeto dos jardins do Solar da Imperatriz.
20/09/2000
HARUYOSHI ONO | IPJBRJ

O Sr. diz que o fogo usado na ocasião alcançou somente arbustos, ervas daninhas e outros tipos de mato, jamais árvores. Não creio em fogo amestrado. Além de ervas daninhas devem ter sido queimadas araras “ruidosas”, tatus “imundos”, onças “ferozes”, serpentes “peçonhentas”, sem dúvida, árvores de grande porte e talvez inclusive algum índio “traícoeiro”. Saiba que os “arbustos e outros tipos de matos” mencionados pelo Sr. foram objeto dos alemães ilustres, Martius e Humboldt, que estiveram na Amazônia no século XIX e que já em 1810, Martius rebelando-se, denunciava o massacre de tão preciosa flora.

Para conhecimento da carta completa, ver: QUEIROZ, P. P. de (org.). Burle Marx, homenagem à natureza. Petrópolis: Vozes, 1979.

No documento em questão, enviado ao Conselho Federal de Cultura, Burle Marx protestava contra a cessão de áreas do Horto ao BNH e a Furnas, bem como ressaltava a ameaça que isso representava para o desempenho de suas funções de conservação de recursos biofísicos, de proteção de mananciais etc. Lamentava, também, o abandono das atividades de silvicultura, produção e DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS, que havia norteado suas atividades no passado.

Em relatórios do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio de 1920 e 1922, respectivamente, consta que “o Horto Florestal havia expedido 872.941 MUDAS para os diversos estados da província”, e que “dos bosques existentes no Horto tinham sido colhidas 10.525 gramas de sementes de *Eucalyptus longifolia*, saligna e robusta”.

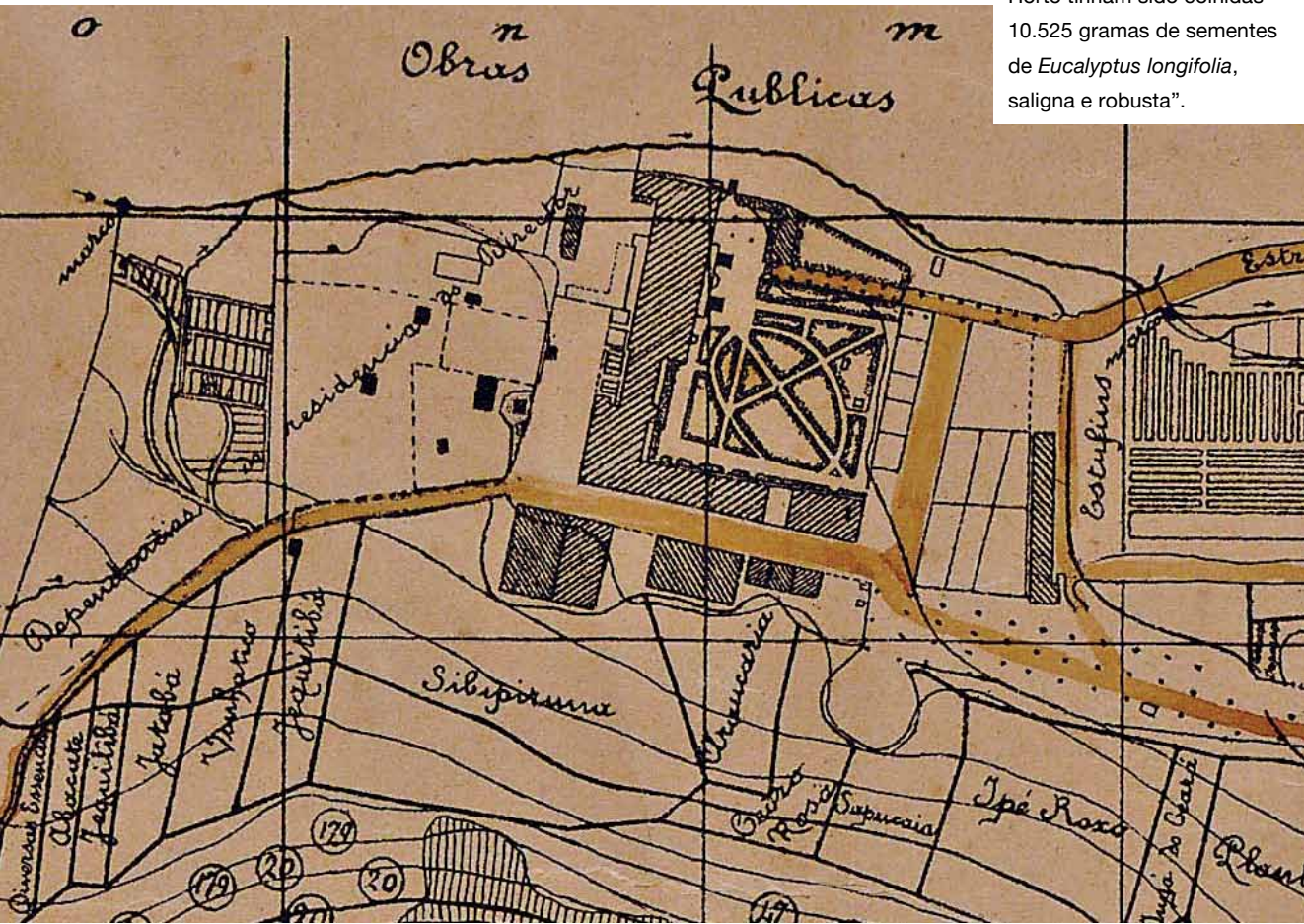


figura 02
Jardins e entorno do Solar da Imperatriz em levantamento de 1929.
ARQUIVO NACIONAL

As figuras 3, 4, 5 e 6 ilustram bem as questões levantadas no texto de Burle Marx. A figura 3 mostra a Planta da área do Horto Florestal, onde, além da representação gráfica das várias instalações e atividades ali desenvolvidas, é exposto o levantamento fitogeográfico da área feito por João Geraldo Kuhlmann, bem como as áreas de cultivos florestais. Nela consta que 69,5% da área era coberta por “matta” e os respectivos 30,5% eram de áreas cultivadas, que a vazão do riacho Iglesias “logo após ter recebido as águas do córrego Otávio fornece, em tempo de secca: 160 m³, ou sejam litros 160.000 de água crystallina, puríssima em 24 horas”.

figura 03 (ver verso da quarta capa)
Planta do Horto Florestal, levantada por Ugo Moschini em 1929, a pedido do Ministro da Agricultura Dr. Geminiano Lyra Castro.
ARQUIVO NACIONAL



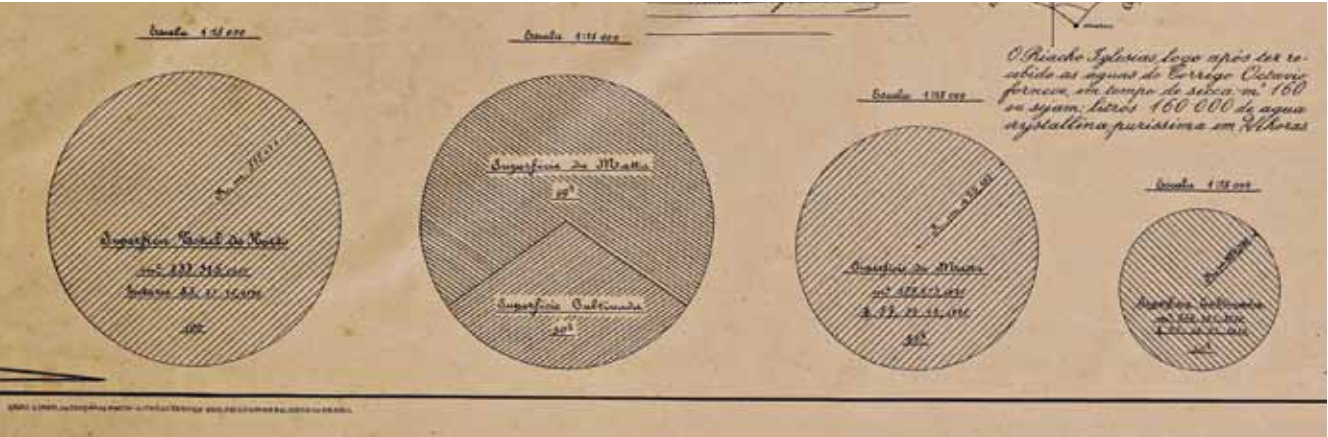
Nos termos adotados por Guilherme de Almeida, “DENDROMETRIA equivale ao estudo dimensional da árvore”. A rigor, segundo ele, não há processo rápido e exato para se medirem árvores em pé. “Clássico tem sido avaliar a altura total e tomar o seu diâmetro à altura do peito do operador (DAP), entre 1,30 e 1,50 m da base, por ser de fácil determinação e por não sofrer o tronco, na maioria dos casos a essa altura, a influência deformadora da isenção das raízes”.

CONTI, V. M. et all. *REVISÃO DOS LIMITES DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL*. Nota Técnica. Rodriguésia 59 (3): 603-607, 2008. Este estudo encontrou diferenças entre as dimensões historicamente conhecidas e as de fato existentes na área do JBRJ. Assim, a área total, anteriormente considerada como sendo de 137 ha, é na realidade de 143,98 ha.

A planta que representa graficamente as áreas cultivadas com essências florestais do Horto (figura 4), mostra o importante trabalho de silvicultura desenvolvido ali nas primeiras décadas do século XX. Essa planta é um complemento do estudo DENDROMÉTRICO feito pelo engenheiro agrônomo silvicultor Guilherme de Almeida (Chefe da Seção de Reflorestamento do Serviço Florestal da Gávea), entre 1933 e 1937, que fez um levantamento dos talhões e das “carreiras de essências florestais” plantadas no Horto. Entre os 37 talhões levantados foram encontrados 5.789 exemplares de essências florestais. A figura 5 mostra a lista das espécies levantadas nos talhões, publicada no livro que o Serviço Florestal editou sobre o trabalho. A figura 6 mostra a área atual do Jardim Botânico e do Horto com as áreas cedidas, conforme levantamento apresentado no estudo *REVISÃO DOS LIMITES DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL*.

Finalmente, devemos acrescentar que o documento de Burle Marx, que é a seguir transcrito, pode ter tido um papel decisivo para que, em 1973, os 83 hectares do Horto Florestal da Gávea fossem tombados, aumentando para 143,98 hectares a área física do Jardim Botânico, protegida como patrimônio histórico e artístico nacional (MA-IBDF, 1980).

Detalhe da planta da área do Horto Florestal, levantada por Ugo Moschini em 1929, a pedido do Ministro da Agricultura Dr. Geminiano Lyra Castro. ARQUIVO NACIONAL



Talhão, nos termos adotados por Guilherme de Almeida, equivale a “cada povoamento florestal puro, homogêneo, ocupando área contínua”.

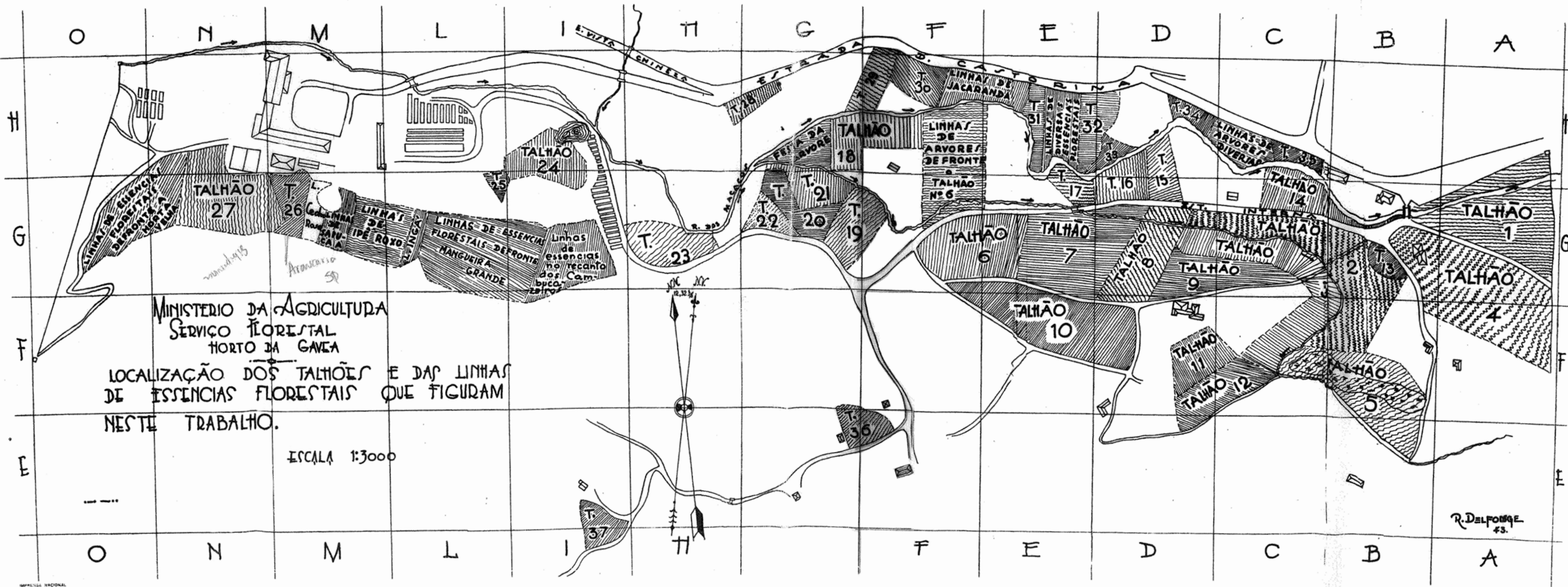
III — DENDROMETRIA DOS TALHÕES		
TALHÕES	ESSÊNCIAS FLORESTAIS	EXEMPLARES
1	<i>Eucalyptus robusta</i> Smith.....	427
2	<i>Eucalyptus saligna</i> Smith.....	479
3	<i>Eucalyptus longifolia</i> Link.....	193
4	<i>Eucalyptus citriodora</i> Hook.....	202
5	<i>Eucalyptus tereticornis</i> Smith.....	227
6	<i>Cupressus glauca</i> Lam. (*).....	363
7	<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart.....	490
8	<i>Cupressus glauca</i> Lam. (*).....	132
8-A	<i>Agathis australis</i> Rich.....	275
9	<i>Mimosa bracaatinga</i> Hohene (*).....	91
10	<i>Lafoencia glyptocarpa</i> Koehne.....	728
11	<i>Caloncoba echinata</i> (Olivier) Gilg.....	28
12	<i>Carpotroche brasiliensis</i> Endl.....	64
13	<i>Calophyllum lucidum</i> Benth.....	39
14	<i>Grevillea robusta</i> A. Cunn.....	127
15	<i>Mimosa bracaatinga</i> Hoehne (*).....	42
16	<i>Peltogyne confertiflora</i> Benth.....	107
17	<i>Hymenaea courbaril</i> L.....	83
18	<i>Tectona grandis</i> L. F.....	69
19	<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.....	73
20	<i>Thuya occidentalis</i> L. (*).....	170
21	<i>Tecoma</i> sp.....	80
22	<i>Erythrazylon pulchrum</i> St. Hill.....	68
23	<i>Colubrina rufa</i> Reiss.....	146
24	<i>Myrocyton peruvianum</i> L. F.....	284
25	<i>Aspidosperma polyneuron</i> Muell. Arg.....	24
26	<i>Araucaria</i> sp. (*).....	27
27	<i>Caesalpinia pellophoroides</i> Benth.....	182
28	<i>Centrolobium tomentosum</i> Benth.....	42
29	<i>Zizyphus joazeiro</i> Mart.....	38
30	<i>Plathymenia reticulata</i> Benth.....	59
31	<i>Zizyphus joazeiro</i> Mart.....	41
32	<i>Casuarina stricta</i>	81
33	<i>Carpotroche brasiliensis</i> En ^o l.....	52
34	<i>Araucaria</i> sp. (*).....	81
35	<i>Grevillea robusta</i> A. Cunn.....	59
36	<i>Bombacaceae</i>	29
37	<i>Phyllanthus nobilis</i> Muell. Arg.....	87
TOTAL.....		5.789

(*) Os talhões 8, 9 e 15 foram derrubados. Os talhões 6, 20, 26 e 34 são de árvores mais usadas para fins ornamentais, no Brasil. Por isso, apesar de constarem dos originais, como os demais talhões, não figuram eles nesta publicação.

figura 05
Tabela com indicação de essências florestais plantadas nos talhões e o número de exemplares.
Fonte: Almeida, 1943
BIBLIOTECA BARBOSA RODRIGUES | JBRJ

Esses mapas e o escrito de Burle Marx sobre o Horto fornecem pistas sobre as importantes atividades florestais realizadas na área e sua importância histórico-científica e cultural.

figura 04
Planta do Horto Florestal com a
indicação dos talhões e carreiras de
essências florestais levantadas no
estudo dendrométrico de Guilherme
de Almeida entre 1933 e 1937.
ARQUIVO NACIONAL



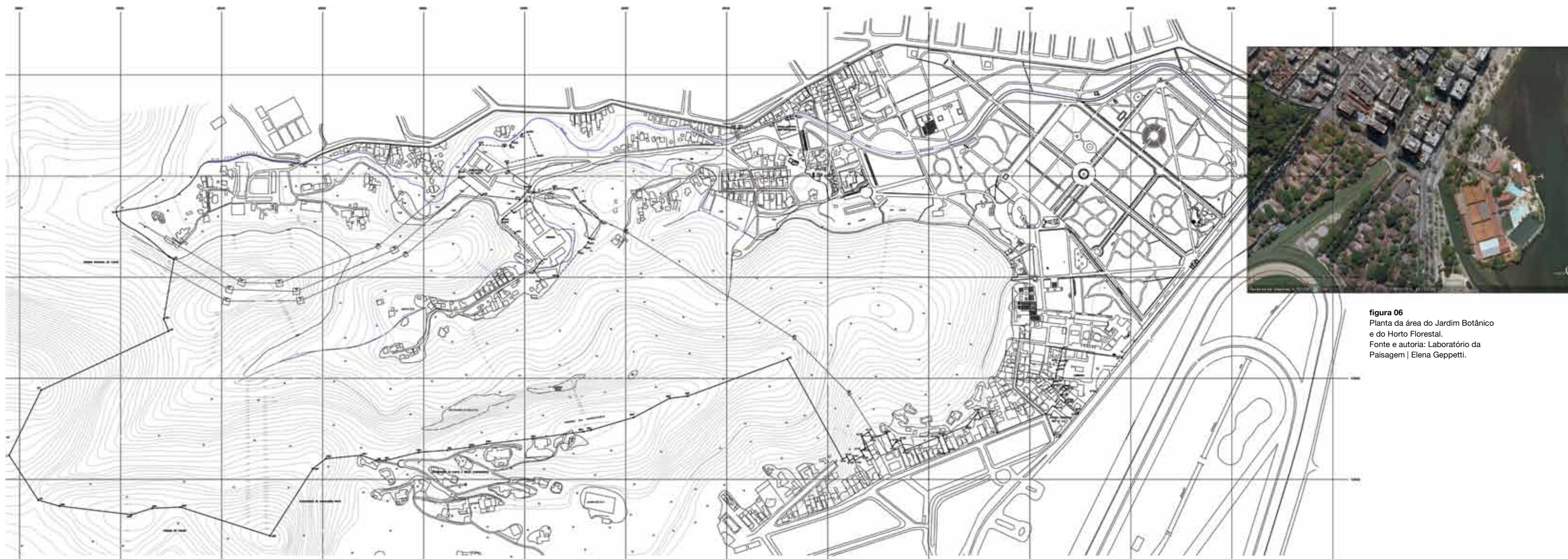


figura 06
Planta da área do Jardim Botânico
e do Horto Florestal.
Fonte e autoria: Laboratório da
Paisagem | Elena Geppetti.

Sr. Presidente:
Srs. Conselheiros:

Mais uma vez sou obrigado a fazer uso da palavra para chamar a atenção de um assunto que, sendo de importância capital para caracterizar o estado de adiantamento cultural e científico de um povo, não vem recebendo o destaque que merece.

Refiro-me às tentativas de mutilação que sistematicamente vêm recebendo o Jardim Botânico e o Horto Florestal, tanto pela orientação da política florestal, como pela falta de defesa de tradições históricas de um todo indivisível.

Quanto aos Recursos Naturais, é necessário uma perfeita compreensão da escolha dos processos e na forma de investigação para se conseguir uma clara situação de como eles se apresentam e dos devidos cuidados para a sua preservação, pesquisa e utilização.

Não é bastante que os técnicos estudem a ocorrência ou distribuição dos recursos. É indispensável o conhecimento de suas implicações. Dentro destes princípios, defendemos a fórmula de efetiva proteção aos recursos naturais, admitindo todas as medidas de preservação permanente. E esta ação de grande envergadura, de acordo com as iniciativas tomadas refletir-se-á na educação e conseqüentemente na formação cultural do povo BRASILEIRO. Por isso, os biólogos, agrônomos, silvicultores, pesquisadores, botânicos e demais técnicos ligados ao assunto consideram estas áreas subordinadas ao conservacionismo, como reservas naturais ou remanescentes e como documentário vivo ou motivação didática e até (...)

As normas da organização administrativa estabelecem construções, acessos, acomodações e residências que guardam distância para que haja harmonia de conjunto para que não se deforme o ambiente natural. Por isso, essas áreas públicas não devem ser alteradas, inclusive sob o ponto de vista paisagístico ou de revestimento florístico remanescente ou secundário. Nesse caso, o ideal é que, sempre que houvesse construções, fossem essas devidamente estudadas e integradas na paisagem, de modo a não deturparem a mesma.

Além disso, cabe à administração pública promover os meios de restaurar ou reservar, através de vigilantes que saibam o valor daquilo que estão protegendo.

Em muitos casos, essas áreas reclamam uma ação imediata, pois, apesar de serem de parques de caráter didático, parques nacionais ou florestas protetoras, estão sendo dizimadas.

No caso do Jardim Botânico, este tem sido retalhado e diminuído de sua área, através do constante uso de manobra sorrateira e hábil. Não é de hoje que o Jardim sofre tal amputação. É exemplo típico toda a área cedida ao Jockey Club, que pertencia ao Jardim Botânico e onde figuravam coleções valiosíssimas das regiões do Baixo Amazonas e de outras regiões coletadas pelos eminentes Botânicos Ducke, Kuhlmann, Barbosa Rodrigues e outros, cedido àquela associação apesar dos protestos veementes do eminente botânico Pacheco Leão que tudo fez, porém foi obrigado a ceder diante de pressões.

Os recursos naturais precisam ser conservados para as gerações vindouras, com a finalidade de perpetuarmos um patrimônio que pertence a uma nação e não somente a um grupo.

O Horto Florestal da Gávea é uma gleba de 83 hectares, o prolongamento natural do Jardim Botânico, e, desde muito anexada ao mesmo, conforme consta da história sumária do Jardim Botânico e Horto Florestal, vinha sendo utilizado na produção de sementes e mudas florestais para fins de distribuição e venda. Devidamente plantado, o Horto funciona desde 1910. Dos seus talhões são retiradas as sementes para multiplicação. Todas as atividades técnicas a que se propunha foram interrompidas, até a presente data e, de 1933 a 1942, suas atividades permaneceram sob a jurisdição da Seção de Silvicultura do extinto Serviço Florestal. O decreto nº 9.015/42 determina que “a área do Jardim Botânico será acrescida do Horto Florestal da Gávea com suas respectivas instalações”. Desse modo, ficava assegurada a expansão do Jardim Botânico, cuja área se acha super povoada por mais de 30.000 espécies. Área esta que faz parte integrante do Jardim Botânico.

Não é admissível que uma parte seja desmembrada e cedida ao Banco Nacional de Habitação que apenas vê o problema habitacional e que nega completamente a validade cultural dessa instituição, onde um grande número de botânicos, de valor nacional e internacional trabalhou e produziu para a ciência. Se se consumir a cessão da área, veremos o Jardim Botânico transformado em quintal dessas habitações, como muito bem disse Pedro Calmon.

Em 1961, a dita área foi ambicionada pelo Governo da Guanabara, para nela se instalar um “cemitério parque”, cuja efetivação não logrou o fim almejado face à luta dos moradores do bairro contra tal iniciativa. A área pretendida na época era equivalente a 160.000 m² (na realidade não dava mais de 95.000 m²). Assim a arbitrária pretensão atual viola os mesmos princípios e finalidades da gleba Jardim Botânico, como patrimônio científico e histórico. E porque a proposição naquele tempo não representava o melhor uso em relação à área do próprio Horto Florestal, pelo aproveitamento de uma finalidade diferente e incompatível com a que a natureza sugere, também não seria aceitável instalar torres de alta tensão e outras dependências correlatas do Ministério de Minas e Energia (Correio da Manhã – declaração de nota oficial do Ministério do Interior) ou de resolver o problema habitacional com construções de 38 blocos de edifícios de 5 andares. O Código Florestal preconiza sabiamente: “As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade para as terras que revestem são bens de interesse comum a todos os habitantes do País”. Como o Jardim Botânico é um patrimônio cultural do país, é preciso, de uma vez por todas, que essas áreas fiquem definidas e tombadas para que, entidades governamentais não as ambicionem e não tenham direito de dilapidar uma área com destinação definida e com finalidade clara.

Por outro lado, a finalidade do Horto Florestal é a de fomentar a semeadura e a multiplicação de árvores bem como a propagação de muitas espécies fadadas à extinção ou, muitas vezes, de difícil técnica de propagação, e não apenas a de plantar eucaliptos ou pinheiros de natal.

O reflorestamento, os trabalhos de conservação, limpeza e melhoramento na área do Horto Florestal, acrescido ao Jardim Botânico (Decreto 9.015/42) tem por finalidade atingir os objetivos ecológicos, portanto científicos, paisagísticos nos termos da legislação especializada - de desenvolvimento florestal (Art. 3º item IV – Lei nº 289 de 28/2/67).

Nesta área, encontramos nos bosques existentes, inúmeras árvores como o Roxinho, Cássia, Angico Vermelho e outras mais, portadoras de sementes, que semeadas, seriam necessárias à coletividade e indispensáveis à multiplicação da comunidade dos bosques protetores do solo, da água, dos efeitos tóxicos, do monóxido de carbono e das fortes ventanias da região de características ecológicas especiais, como é o conjunto florestal Jardim Botânico – Horto Florestal – Parque Nacional da Tijuca.

Por estas circunstâncias é que se contra-indica a construção de blocos residenciais, com finalidade imobiliária, nesta zona. Compromete a todos que se omitirem face às leis em geral, vigorantes, além das que defendem a que se conhece como “bens de interesse comum a todos os habitantes do país” (Art. 1º – Código Florestal).

Em toda sociedade civilizada, cedo ou tarde, nasce o desejo de se conservar os bosques existentes, melhorar-se suas condições e rendimento e de criarem novos bosques em substituição aos que se acham em degradação ou se venham a degradar pela ação de agentes daninhos. O necessário é dar um tratamento adequado, não deixar que a mata seja destruída. No Jardim Botânico deveria haver uma área de plantio de espécies que não figuram na coleção, e posso garantir que é enorme o número de espécies brasileiras que não estão presentes no Jardim.

Com a reorganização do Ministério da Agricultura, fundamentada nos conceitos a Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962, criou-se o Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR-art. 5º). Extinguiu-se assim o Serviço Florestal, criado pela Lei nº 9.821 de 23 de dezembro de 1938.

Como decorrência das novas providências do Governo foram procedidos os estudos e anteprojetos do Regulamento do DRNR, pela administração autorizada do Ministério da Agricultura, nos primeiros dias do mês de março daquele ano. Estes estudos se prolongaram por nove meses seguidos e, finalmente, culminaram com a assinatura do decreto nº 52.442 de 3 de setembro de 1963.

O desmembramento da área do Horto Florestal – evidencia-se ainda mais: O órgão responsável, DRNR, desde 1965 se incumbiu da missão. E o seu desprezo pelas coberturas florestais da área não proporcionou o brilhantismo que seria marcante pela proteção florestal. A afirmativa pueril da área que vai se degradar, quando da mudança da diretoria do DRNR para Brasília, não condiz com o respeito e as responsabilidades do trabalho construtivo e de desenvolvimento tecnológico, o melhoramento dos bosques. Negou os trabalhos de limpeza, da proteção e, mesmo, das podas e conservação da massa completa. Deixou de ajudar os bosques e protegê-los contra a ação dos que desejam destruir, danificar, cortar as árvores, permitir a penetração com instrumentos não condizentes com a vida florestal, impedir ou dificultar a regeneração natural do revestimento florístico e das demais formas de vegetação e até mesmo maltratar as plantas e as “árvores superiores” portadoras de sementes.

Assim, era menos trabalho para o DRNR passar às mãos de leigos e estranhos a atividade que lhe era própria, ou ainda patrocinar um desmembramento de uma área florestal de conservação permanente. (Código Florestal) – como se permitiu a instalação de torres de alta tensão e mais ainda, ceder área de povoamento florestal para a instalação de Usina Hidrelétrica de Furnas – (Ministério de Minas e Energia) sem merecer o exame, assim como a transferência de uma gleba e do patrimônio florístico sem a correspondente aprovação e consentimento do Ministério da Agricultura, com a alegativa de finalidade estranha à área florestal. E nessa área se pode constatar a presença de

espécies florestais com concorrências verdadeiramente impressionantes. Desde as quedas d’água, que alimentam o Jardim Botânico até os bosques e agrupamentos das espécies, o que constitui um ambiente paisagístico e de composição heterogênea pela existência de diversas espécies. Estes bosques se acham violados por cerca de arame farpado e postes de concreto armado, contradizendo com o seu aspecto e o encantamento do recurso natural. No seu prolongamento, atinge o riacho Iglesias e o rio dos Macacos e se alcança a rua Pacheco Leão, onde as Furnas vêm devastando à margem do rio, construindo residências em flagrante desrespeito ao Código Florestal.

Quanto ao Morro da Margarida, muitas espécies estão ali representadas, podendo se observar com nitidez a regeneração natural vigorosa satisfatória.

Quanto ao conjunto residencial da rua Pacheco Leão, a existência desses blocos, próximos à área do Horto Florestal, serve de “pano de boca” do que será a introdução e construção de idênticos edifícios para os fins a que se têm referido: alojar-se e transferir-se as famílias das favelas que se acham nas vizinhanças da Lagoa Rodrigo de Freitas. Com isso fica ressaltada a situação de insegurança e as dificuldades dominantes que se oferecem no momento presente, para todas as áreas de revestimento florístico nas vizinhanças do Horto.

E o próprio Jardim Botânico e as florestas remanescentes laterais e próximas, além das áreas contíguas do Parque Nacional da Tijuca e fora dele, terão suas formações florestais prejudicadas.

O interesse público, portanto, nesse caso, nesta zona e nestas áreas verdes, devem ser como as do Horto e as demais formas de vegetação natural, protegidas superiormente, pelas autoridades responsáveis do governo, como de “preservação permanente”, segundo os conceitos e princípios defendidos pelo Código Florestal (Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965).

Em face do exposto, a oferta de qualquer área do Horto Florestal, em parcelas mínimas ou no todo (83 hectares), constitui uma violação das instituições culturais e da História, o mesmo se afirmando em relação ao Jardim Botânico que, com o Horto se constitui num todo indivisível, na totalidade da área de 1.370.000 m², como uma das parcelas do sofrido patrimônio florestal brasileiro, que precisa ser protegido e não renegado ao esgotamento pela devastação e pela utilização indevida. Devem ser preservadas a história, as belezas naturais e as áreas verdes adjacentes que ali se acham representadas (Art. 1º – Código Florestal), é o que se une ao paisagismo, defendidas até mesmo fora dos parques, pela Convenção Internacional dos Povos Americanos, referendada pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 3 de 13 de fevereiro de 1938 – Artigo V, nº 1 e 2).

Deve e pode ser feita a restauração das áreas mínimas desarborizadas, face aos trabalhos de recomposição florestal, inclusive regulamentando-se e disciplinando-se os planejamentos dos espaços, a organização e instalação do Centro de Sementes, em benefício da coletividade, sem prejuízo da finalidade científica e histórica.

O Jardim Botânico abriga uma série de plantas coletadas em Minas Gerais, Amazonas, Goiás etc. e que servem como matrizes pela utilização de suas sementes e que servirão para perpetuação de espécies fadadas ao desaparecimento, além das finalidades científicas a que se propõe. As nascentes destes terrenos contíguos ao Jardim Botânico e que a ele pertencem, são de importância extraordinária para a manutenção do parque. Elas têm que ser protegidas e a única maneira é mantendo uma vegetação densa para proteção dos mananciais. Se temos a sorte de ainda ter uma área com essas dimensões, onde as devastações na Guanabara têm modificado tanto a paisagem, destruindo as florestas, a flora – das pedreiras e das restingas – provocando fortes erosões, temos que proteger a todo custo esse remanescente de nosso patrimônio.

Em face do exposto, comunico a esse Conselho que, de acordo com a lei, farei em tempo oportuno requerimento à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o tombamento do Horto Florestal, considerado por mim parte indispensável, manancial e área de integração do Jardim Botânico que é patrimônio já tombado.

Tal iniciativa coincide com o sentido da lei de proteção a natureza e mananciais, recentemente sugerida pela Comissão de Legislação e Normas deste órgão ao legislativo na incumbência de reforma da constituição.



Foto: acervo do MUMA | JBRJ



• Detalhe da planta do Jardim Botânico | Horto Florestal (1961).
MINISTÉRIO DA FAZENDA

CRO NO LO GIA

1809	Chácara nº44 da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas – Arrendada a Antonio da Rocha Vieira. Na segunda metade do século XIX esta chácara passa a ser a nº17.	1860	Criado pelo decreto nº 2607, de 7 de junho, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, ficando a ele subordinado o Jardim Botânico.
1834	Aviso do Ministério do Império de 18 de abril de 1834 pedindo ao Ministério da Fazenda que dê as necessárias providências a fim de demarcar na Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas o terreno necessário para o estabelecimento de uma Fazenda Normal de Agricultura.	1863	Mapa da Fazenda Normal de Agricultura é confeccionado demarcando sua área e as chácaras incorporadas à Escola. Dentre as chácaras constam: nº8,11,12, 14,15,15ª,16,21,22,23,24,27,28,29 e 30. Ver página 16.
1840	Chácara nº44 passa aos herdeiros de Antonio da Rocha Vieira.	1863	Elaborada a planta da Fazenda Normal de Agricultura com as chácaras que deveriam ser disponibilizadas, quando do término de seu arrendamento, para a implantação da Fazenda. Nela está presente a área do Jardim Botânico e as chácaras que deveriam integrar a área da Fazenda Normal de Agricultura, abaixo e numeradas: - Chácara nº8 – [ilegível] - Chácara nº12 (do Algodão) – Foi remida e adquirida pela Cia Fiação e Tecelagem ao final do século. - Chácara nº14 – Terreno que foi disponibilizado a baronesa de Sorocaba e depois anexado ao Jardim. -Chácara nº15 – Necessária ao Jardim e à Escola por estarem em área próxima às nascentes. - Chácara nº16 – Terreno devoluto e anexado ao Jardim e com importância para a preservação dos mananciais. - Chácara nº21 – Anexada ao Jardim em 26 de abril de 1872. - Chácara nº22 – Por aviso do Ministério da Agricultura de 5 de fevereiro de 1873 esta chácara foi disponibilizada ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. - Chácara nº23 – [ilegível] - Chácara nº24 – Por aviso do Ministério da Agricultura de 5 de fevereiro de 1873 esta chácara foi disponibilizada ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. - Chácara nº27 – Comprada pelo Ministério da Agricultura esta chácara e benfeitorias por 7:000:000 em 23 de maio de 1878 para ser incorporada às terras do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. - Chácara nº28 – [ilegível] - Chácara nº29 – Chácara do Salitre que sediou por algum tempo o Asilo Agrícola da Fazenda Normal de Agricultura. - Chácara nº30 – Em aviso de 5 de fevereiro de 1873 passou esta chácara ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.
1843	Chácara nº44 é passada a Lorenzo Pinto Moreira.		
1844	Portaria do exmo. Ministro da Fazenda de 18 de setembro exigindo o pagamento dos valores referentes ao arrendamento dos terrenos compreendidos na demarcação para o estabelecimento da Escola Normal, anexa ao Jardim Botânico, já vencidos e a ainda por vencer.		
1844	Levantamento cadastral da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas feito pelo eng. Paulo Gaignaux. Nesta carta são assinalados os terrenos cujas matas são necessárias para a manutenção dos mananciais. São eles: nº2,4,6,7,9,16,17,18,36,41 e 42.		
1844	Chácara nº17 – Antiga chácara nº44, agora nº17, é arrendada por Domingos Alves da Silva Porto.		
1846	Autorizada a transferência dos lotes 141,142,143 e 145 da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas para Domingos Alves da Silva Porto, que amplia suas terras no alto do Horto. Grande parte dessas terras era arrendada por Antonio Mendes de Oliveira Castro, razão pela qual, anos mais tarde, sua viúva batizou com seu nome logradouro da região: estrada d. Castorina.	1864	(29 de março) – Fica estabelecido pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura que a Fazenda Normal e o Asilo Agrícola serão estabelecidos nas terras do Jardim Botânico, esta última, na Casa do Salitre, sugerindo ainda a anexação a este órgão, do maior número possível de terras para que no futuro não faltasse espaço para a Fazenda.
1846	Chácara nº16 – Antonio Mendes de Oliveira Castro obteve a posse desta chácara após adquiri-la dos herdeiros de Antonio Alves de Araujo, seu antigoarrendatário. Uma parte deste terreno estava inserida na área demarcada pelo Ministério do Império de 18 de abril de 1834 para o estabelecimento de uma Fazenda Normal de Agricultura. A posse da chácara foi passada para a viúva do arrendatário, Castorina Angélica de Oliveira Castro, em outubro de 1861. Posteriormente a chácara foi desmembrada e passou para as mãos do padre comendador Domingos Alves da Silva Porto, que aos poucos adquiriu quase totalmente as terras no alto do Horto.		
		1869	Solicitada, pelo Ministério da Agricultura, a área da Fazenda dos Macacos (Chácara nº17) para abrigar o Asilo Agrícola e para a edificação de um reservatório de água.

 Reservatório dos Macacos R2522-04 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO AGCRJ	1869	Criado o Asilo Agrícola, que funcionou até o fim da monarquia.
	1872/1874	Ao longo desses anos, através de demorado processo judicial, as terras da chácara do Macaco, lote nº17 da Fazenda Nacional, foram requisitadas para a implantação de um reservatório de água e para o estabelecimento do Asilo Agrícola. Presentes no Arquivo Nacional: - Autos da ação de despejo da chácara documento 35 do Tesouro Nacional, Diretoria do Contencioso, folha nº5 seção do poder judiciário, datado de 8 de fevereiro de 1872. - Caixa 1799 número 2.501 da galeria A do ano de 1872 – O arrendatário da Fazenda Nacional discordando da avaliação feita pela diretoria Geral do Contencioso das benfeitorias da chácara nº17, pede que nova avaliação seja feita. Em 25 de novembro de 1872, a ação de despejo por sentença foi considerada procedente, conforme despacho do dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, Conselheiro dos Feitos da Fazenda Nacional que mandava ser entregue o imóvel no prazo de cinco dias, sob pena de despejo judicial e determinava a indenização das benfeitorias. Antonio de Souza Marques e José Rodrigues dos Santos recorreram da sentença, mas perderam em 9 de maio de 1873. Não satisfeitos, apelaram para o Superior Tribunal, e novamente perderam. O processo foi encerrado em 20 de fevereiro de 1874.
	1873/74	Estudos são feitos no vale dos Macacos pelo engenheiro Francisco Braga Mello, ajudante das Obras Públicas para a escolha do melhor local para o estabelecimento de um reservatório para as águas do rio Macacos e seus afluentes.
	1874	Presente no relatório do Ministério da Agricultura a necessidade de desapropriação da casa e terrenos da chácara dos Macacos (nº 17, 141, 143, 145 e 146) para abrigar o Asilo Agrícola que até então funcionava na casa do Salitre.
	1876	Por escritura pública, d. Castorina Angélica de Oliveira Castro desiste dos arrendamentos dos lotes 147, 148 e da chácara nº16 da rua da Floresta. Estes lotes, juntamente com a chácara nº17, serão incorporados ao Ministério da Agricultura para sediar o Asilo Agrícola e um reservatório de água ali previsto.
	1884	Inaugurado em 28 de novembro o Asilo Agrícola tendo, como sede a Fazenda dos Macacos. Presente no relatório do Ministério da Agricultura: <i>Foi inaugurado o novo edifício do Asylo Agrícola, situado na Fazenda do Macaco, acima da Caixa d'água, à distância de 2 Km do Jardim Botânico. Comunica-se dalli para o jardim por uma linha férrea de bitola estreita. O corpo principal do edifício, que se compõe de dois lances mede 44m, 60; é assobradado e conta na frente 15 janelas, 2 portas largas. Continua esta parte 1 varanda com 19.50m de extensão e logo uma capela medindo 10m, 50 de frente. A outra parte do edifício tem 54 e 60m. Destina-se o Asylo Agrícola a dar ensino prático agrícola a meninos de 12 a 14 anos, órfãos de pai e mãe, ou, pelo menos, de pai.</i> Incorporou-se a fábrica de chapéus do Chile.

1885	Concluído o assentamento da linha férrea de bitola estreita ligando o Jardim Botânico ao Asilo Agrícola, que percorre pela Fazenda Normal. Conserto do pequeno bonde.		
1886	Morre o Visconde do Bom Retiro que durante muitos anos foi Presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e idealizador do Asilo Agrícola, que o considerava <i>seu filho predileto, óleo da candeia de sua existência, ponto objetivo de suas afeições</i> .	1911	Espécies plantadas no Horto e que foram mais distribuídas pelo Brasil: - <i>Eucalipto robusta</i> – 51.929 - <i>Eucalipto globulus</i> – 35.710 - <i>Eucalipto longifolia</i> – 22.313 - <i>Eucalipto rostrata</i> – 18.054 - <i>Eucalipto tereticonis</i> – 9.485 - <i>Cassia imperialis</i> – 12.840 - <i>Magnólia amarela</i> – 1.971 - <i>Caesalpilna pulcherrima</i> – 1.612 - Ingá do Ceará – 12.912 - <i>Lucena glauca</i> – 3.808
1890	O Jardim Botânico, por meio da portaria de 26 de março, desliga-se do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.		
1898	Por ordem do Ministério da Agricultura foi entregue à Inspeção Geral das Obras Públicas a casa do antigo Asilo Agrícola a fim de servir de residência ao engenheiro do 5º distrito daquela repartição.	1911	Levantada Planta do Horto Florestal contendo seus limites pelo ajudante Eng. Civil Crizanto Sá de Miranda Pinto
1900	No local onde funcionou o Asilo Agrícola passa a existir um Horto Escola cuja função é a criação de mudas.		
1909	Instalada na antiga Fazenda do Macaco a seção agronômica, entregue aos cuidados do Jardim Botânico pelo Ministério de Viação e Obras Públicas.		
1910	Os 83 ½ hectares da área da Fazenda do Macaco destinados à seção agronômica, dos quais 15 hectares representam terras planas, vêm sendo utilizado para o plantio de plantas têxteis, bem como frutíferas exóticas e nacionais, já contando com 64.267 mudas de árvores distribuídas por várias espécies e das quais 27 são de essências florestais, número que vai se multiplicando com a formação de novos viveiros cuja finalidade é o fornecimento de plantas e sementes para distribuição gratuita aos lavradores, por intermédio de repartição competente.	1912	O Horto apresenta pequenos bosques das seguintes espécies vegetais: - Joazeiro - Pau ferro - Vinhático - Jacarandá Preto - Casoarinas - <i>Araucaria cooki</i> - <i>Eucalipto robusta</i> - <i>Araucaria brasiliensis</i> - <i>Robinia pseudacacia</i> - <i>Tetranthera laurifolia</i> - Ipê Caboclo - <i>Cannafistula</i> Pequenos grupos espalhados pelo Horto apresentam Araribá Rosa, Sobreiro, Angico, Massaranduba, lipê Tabaco, Mirindiba, Sapucaia, Canela, Faveiro e outras. Ao longo do ano, o recém inaugurado Horto já distribuía uma média mensal de 115.258 mudas. Quantidade elevada considerando-se que este é o 3º ano de sua existência. Inicialmente como Seção Agronômica do Jardim e, a partir de 1911, como Horto.
1911	Pelo decreto nº9.215, de 15 de dezembro, é criado o Horto Florestal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cuja finalidade é o cultivo de essências florestais destinadas ao serviço de plantas e de reconstituição das matas, o estudo do valor industrial e comercial das madeiras nacionais, a divulgação de instruções práticas sobre o plantio de árvores e suas relações com o clima e com o regime de águas, além do cultivo de plantas frutíferas, entre outras tarefas.	1912/13	Funciona com regularidade o Horto Florestal, estabelecimento do Ministério da Agricultura, em área de 83 hectares, aproveitados para o plantio de sementes que se destinam à produção de árvores frutíferas, de sombra e embelezamento. Os pedidos são crescentes e no trabalho são empregados 20 aprendizes. Estes, além de um pequeno salário que recebem, são alunos de cursos de botânica, rudimentos de jardinagem e silvicultura.



Foto: acervo do MUMA/ JBRJ

1914	No relatório do Ministério da Agricultura consta que foram distribuídas pelo Horto 585.841 mudas de plantas florestais, ocupando o eucalipto o 1º lugar, constituindo quase a totalidade da distribuição feita; 80.271 de plantas ornamentais; 54.332 de plantas frutíferas; 437 de plantas industriais.
1916	Pelo decreto nº11.904 de 14 de janeiro, o Horto Florestal é anexado ao Jardim Botânico.
1917	O arboreto do Horto Florestal continua seu trabalho de criação de mudas, tendo atendido com presteza todas as solicitações referentes às mudas e, do mesmo modo, respondido grande número de consultas acerca do problema florestal e da arborização pública.
1920	Expedidas pelo Horto Florestal 872.941 plantas florestais, para os diversos estados da república. Para maior eficiência, torna-se necessário criar uma seção para estudo e ensaios de sementes das essências indígenas, bem como a organização de um museu florestal.
1921	Criado o Serviço Florestal do Brasil pelo decreto nº4421 de 28 de dezembro.
1923	O Serviço do Horto Florestal continua a ser executado com regularidade. Foram expedidas durante o ano 732.210 plantas florestais e ornamentais para diversos estados da União e distribuídos 16.725 gramas de sementes de essências florestais.
1925	Apesar de sancionada em 28 de dezembro de 1921 somente em 16 de setembro pode ser regulamentada a lei nº4.421 que criou o Serviço Florestal do Brasil. O diretor do Serviço Florestal também será o diretor do Horto Florestal, situado no Distrito Federal. Presente no capítulo IV do regulamento – DOS HORTOS FLORESTAIS: - Art. 28 – Os Hortos Florestais serão destinados a: a) Formação em separado de parques florestais (<i>arboretum</i>) com essências florestais predominantes na flora indígena local e essências florestais indígenas de zonas diferentes.

1925	b) Aclimação de espécies florestais exóticas. c) Fundação de bosques de essências indígenas locais e de outras zonas do país. d) Cultura de espécies indígenas destinadas à arborização pública. e) Distribuição de mudas e sementes de espécies florestais. O Serviço Florestal do Brasil ficará anexado ao Horto Florestal do Jardim Botânico, com as suas dependências, o qual será oportunamente transferido para outro ponto mais conveniente do Distrito Federal.
1927	Até o presente ano funcionava na capela da sede do Serviço Florestal o laboratório de botânica. Obra realizada no prédio contíguo à capela, transformou uma de suas salas em laboratório de botânica.
1928	50 mil mudas são fornecidas pelo Serviço Florestal para reflorestamento do Brasil. A implantação de viveiros nos locais de distribuição de mudas tem tornado, nos últimos tempos, o sistema mais prático e econômico. Durante o ano de 1928 foram criados 28 viveiros de mudas para a formação de florestas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Distrito Federal. Estes estabelecimentos, além de contribuírem no florestamento de várias áreas do Brasil, passam a constituir ponto de útil aprendizagem de silvicultura aplicada.
1932	Criado o Instituto de Biologia Vegetal (IBV), passando o Jardim Botânico a sua superintendência.
1938	Na reforma do Ministério da Agricultura é extinto o Instituto de Biologia Vegetal e criado, pelo decreto-lei 9821 de 23 de dezembro, o Serviço Florestal, com sede no Jardim Botânico. De seu programa constavam os trabalhos de proteção das florestas, a criação e conservação das estações biológicas, de parques nacionais e reservas florestais e o incentivo ao reflorestamento e estudo de nossa flora. Compunham-no a antiga Seção de Botânica, a estação biológica, depois Parque Nacional de Itatiaia e os Hortos Florestais da Gávea, de Santa Cruz, e os de Lorena, Ibura, Ubajára e ainda o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
1939	Planejamento da incorporação do Horto Florestal da Gávea ao jardim Botânico e a transferência do Horto do Distrito Federal para as terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz.
1942	O decreto nº9015 de 16 de março aprova o regimento do Serviço Florestal. Obs: O Serviço Florestal compõe-se, dentre diversos órgãos, da Seção de Botânica que manterá o Jardim Botânico e dependências, acrescidas da área do antigo Horto Florestal da Gávea, com as respectivas instalações.

1942	O Horto Florestal da Gávea realizou: - 158 ensaios germinativos. - Colheita de 1.831.440 quilos de frutos, total que, forneceu 422.785 gramas de sementes. - Foram distribuídas para plantio 566.970 gramas de sementes doadas a 364 fazendeiros cadastrados no registro de lavradores e criadores. - Fizeram 325 sementeiras utilizando-se 396.465 gramas de sementes. - Foram plantadas nas terras do Horto da Gávea 10.503 mudas de treze espécies, cobrindo área total de 17.217.90 m².	1973	O Conjunto Paisagístico do Horto Florestal é tombado pelo IPHAN no dia 17 de dezembro. Conforme inscrição nº61, fls14 do livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Processo nº633 T-61.
		1973/1989	O Edifício do Solar é utilizado pela Fundação Pró-Memória.
1945	O reservatório dos Macacos passa à jurisdição da Prefeitura do Distrito Federal, hoje pertencente ao governo Estadual sob a administração da CEDAE	1998	O Solar inicia o processo de restauro feito pela firma “Ópera Prima” com recurso da Caixa Econômica Federal (75%) e do Jardim Botânico. Ver na internet: www.operaprima.com.br/pdfs/Pesquisa_Hist_solarimperatriz.pdf
1951	O decreto nº29093 de 6 de janeiro aprova o regimento Serviço Florestal composto de diversos órgãos, dentre os quais o Jardim Botânico.	2001	O Solar é reinaugurado passando a sediar a Escola Nacional de Botânica Tropical.
1962	Pela Lei Delegada nº9 de 11 de outubro é criado o Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR-art.5º), extinguindo-se assim o Serviço Florestal criado em 1938. Pelo decreto nº52.442 de 3 de setembro de 1963 o DRNR é oficializado.		
1965	Lei nº4.771 de 15 de setembro estabelece que as áreas de interesse público devem ser protegidas superiormente pelas autoridades responsáveis do governo, como áreas de “preservação permanente” segundo os conceitos e princípios defendidos pelo Código Florestal.		
1968	O Decreto nº62.698 de 14 de maio autoriza a cessão do domínio pleno dos imóveis de propriedade da União localizados nos 140 mil metros quadrados do Horto Florestal.		
1968	O decreto nº62.551 de 16 de abril autoriza a cessão gratuita do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) do terreno situado nos fundos do imóvel da rua Pacheco Leão, integrante do Horto Florestal, com área de cerca de 27 mil metros.		
1971	Portaria nº 2.175 de 11 de maio do IBDF reconhece que os 83 hectares do Horto Florestal são parte integrante do Jardim Botânico e passa a administração da área para o Jardim Botânico. Art1º- Reconhece que a parcela de 83 hectares constitutiva do denominado Horto Florestal da Gávea integra a área patrimonial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ao qual sempre pertenceu desde sua criação, não tendo sido baixado, posteriormente, qualquer ato ou disposição que a desligasse do referido órgão.		



BIBLIOGRAFIA

Caminhos para o Solar

DOCUMENTOS IHGB (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO):

- Cartas do Visc. de Bom Retiro (2) – Instituto Fluminense de Agricultura, 1879/86 – Lata 611 Pasta 12.
- Revista Agrícola – PER 4.3.17 -17 Anos: 1874,1875,1876 e 1884.
- Imperial Instituto Fluminense de Agricultura – Lata 328 – Doc. 38.
- Relatório do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura ano de 1867 – Lata 57, 3, 2.
- Fazenda Escola ou Colônia Agrícola – 13,3,37 – ano 1873. Coleção Teresa Cristina. Interessante sob o ponto de vista dos objetivos para a formação profissional de escravos recém-libertos. A vocação agrícola se faz presente no texto e a educação profissionalizante também.

DOCUMENTOS MINISTÉRIO DA FAZENDA | ARQUIVO DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO NACIONAL:

- Armário nº17; da gav.34; processo 60; assunto: Chácara do Macaco.
- Armário nº7; gav.8; processo 43; assunto: Horto Florestal.
- Armário nº18; gav.16; processo 33; assunto: Domingos Alves da Silva Porto chácaras 142,143,145 e 146.
- Armário nº17; gav.29; processo 103; assunto: Diversos avisos e ofícios sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas.
- Armário nº17; gav.28; processo 101; assunto: Requerimentos e diversos papéis sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas.

DOCUMENTOS INSTITUTO ESTADUAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC):

- Processo nº E/18/001.542/ 98.

DOCUMENTOS MINISTÉRIO DA AGRICULTURA:

- 1885 – página 2 – Inclusão à Fazenda Normal da Chácara do Algodão e traçado da linha férrea ligando o jardim ao Asylo.
- 1885 – página 4 – Prédios anexados à área do Jardim Botânico/Fazenda Normal. 1885 – páginas 28, 29, 30, 31 – Fazenda do Macaco – descrição da chácara e seu entorno.
- 1885 – páginas 32, 33, 34 e 35 – Regulamento do Asylo Agrícola.
- 1885 – página 36 – Programa de ensino do Asylo Agrícola.
- 1886 – páginas 2 e 3 – Descrição da Chácara do Algodão anexada a Fazenda Normal. Ver anexo “D” do relatório.
- 1886 – páginas 5, 6 e 7 – Relatório do imperial Instituto Fluminense de Agricultura propondo a criação de fazendas experimentais fora do centro urbano do Rio de Janeiro.
- 1886 – página 12 – Notícia acerca do falecimento do Barão de Bom Retiro.
- 1886 – página 18 – Relação e quantidade de sementes e plantas distribuídas pela Fazenda Normal.
- 1886 – páginas 21, 22, 23, 24 e 25 – Trata da necessidade de transferência do Asylo Agrícola para uma área mais rural.

1888 – páginas 2 e 3 – Fala-se da utilização do Asylo para o abrigo de meninas órfãs quando da transferência dos meninos para a projetada Escola Experimental de Agricultura.

1892 – páginas 1 e 2 – Necessidade da fundação de um Horto Escola.

1904 – página 4 – Instalação na Chácara do Macaco da Seção Agronômica incorporada ao Jardim Botânico e deixando a alçada do Ministério de Viação e Obras Públicas.

1911 – páginas1, 2, 3 e 4 – Horto Florestal e plantas ali cultivadas para distribuição.

1912 – página 2 – Escola de Aprendiz de Jardineiro no Horto Florestal.

1912/1913/1914 – Relação das plantas cultivadas no Horto para troca e doação.

1925 – páginas 1, 2, e 3 – Criação do Serviço Florestal do Brasil através da Lei nº4.421 e regulamentada em 16 de setembro de 1925.

1939 – página 2 – Serviço Florestal. Sua anexação e embelezamento do Jardim Botânico e a transferência do Horto do Distrito Federal para as terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz, previsto pelo decreto nº4.439 de 26 de julho de 1939.

DOCUMENTOS INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN):

Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Horto Florestal – nº 0633 T61 ano de 1973 Relatórios do Ministério do Império: ano de 1852 e 1873

LIVROS E REVISTAS:

- BARATA, Carlos Eduardo e GASPARGAS, Claudia Braga. De Engenho a Jardim – Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2008
- DEAN, Warren. A Ferro e Fogo. A Historia da devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DIAS, Maria Odíla da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, Vol. 278, 1968.
- DRUMMOND, José Augusto. A história Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro volume 4, nº8, 1991.
- _____. O Jardim dentro da Máquina. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1988.
- FERRI, Mario Guimarães. A Botânica no Brasil. In: Azevedo, Fernando de (org.). As Ciências no Brasil, São Paulo, Melhoramentos, s/d.
- HEYNEMANN, Claudia. Natureza e Civilização no Rio de Janeiro no século XIX, Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, 1995.
- LAVOR, João Conrado Niemeyer. Histórico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1963.
- MUAZE, Mariana. As Memórias da Viscondessa – Família e Poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2008.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Estud. av. [online]. 2010, vol.23, n.68, pp. 81-101. ISSN 0103-4010. doi: 10.1590/S0103-40142010000100009.
- SOARES, Sebastião Ferreira. A Produção Agrícola no Brasil. Série de 25 artigos para o Jornal do Comércio de 21 de janeiro a 29 de maio de 1880.

O Instituto, o Jardim e o Asilo

BEDIAGA, B. Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro 1808 a 1860. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 14, p. 1131-1157, 2007.

____. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro e as ciências agrárias. Revista Ciência e Cultura. SBPC, v.62, p.28-32, 2010.

____. Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas, 1860-1891. Tese (doutorado) em Ensino e História de Ciências da Terra/Instituto de Geociências. UNICAMP, Campinas, SP. 2011.

DOMINGUES, Heloísa M. B. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. In: DANTES, Maria Amélia (org.). Espaços da Ciência no Brasil –1800 a 1930. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 27-56.

OLIVEIRA, Ana Rosa. Ordem e natureza: construção da paisagem. In: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 1808-2008. Rio de Janeiro, 2008.

Sobre Arquitetura

ABREU, Maurício de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO / Jorge Zahar editor, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura – Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SANTOS, Paulo F. Formação de cidades no Brasil colonial. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiro. Coimbra: s/ed., 1968.

SANTOS, Paulo F. Quatro séculos de arquitetura. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.

SCRUTON, Roger. Estética da Arquitetura. Lisboa, Portugal: Edições 70 | Martins Fontes, 1983, p. 20.

SMITH, Robert C. Arquitetura civil no período colonial. Arquitetura Civil I - Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. 2ª ed. São Paulo: MEC/IPHAN/USP-FAU, 1981, p. 95-190.

TAUNAY, Afonso de E. Assuntos de três séculos coloniais: engenharia. Anais do Museu Paulista, 1945, nº 12, p. 181-182.

VASCONCELOS, Sylvio. Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

Notícia botânica

BARROSO, M. A. L.; COSTA, A. M. P. T. F.; ITALA, C. S. G.; VIEIRA, M. M.; MONTEIRO, S. S. & FARIA, L. M. A. Planta do horto florestal do Rio de Janeiro – contribuição. Boletim do Museu Botânico Kuhlmann 8 (3), 1985, p. 19-31.

CONTI, V. M.; IWAMOTO, S.; ALMEIDA, T. M. H. & PEREIRA, T. S. Revisão dos limites do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Brasil. Rodriguesia 50 (3), 2008, p. 603-607.

GARDNER, G. Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos de ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5, vol. 223, 1942.

JBRJ. Vegetação das áreas do entorno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Horto Florestal e Parque Lage – I. Série Estudos e Contribuições 12, 1994, p. 1-69.

JBRJ/IBAM. Plano Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, Rio de Janeiro. 2003. Volume 1.

KUCK, D. W. 2003. Maior floresta urbana do mundo pede socorro. <http://cienciahoje.uol.com.br>. Acesso em 18.01.2011.

VALENTE, M. C. & SILVA, N. M. F. Plantas úteis das áreas do entorno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Horto Florestal e Parque Lage – I. Série Estudos e Contribuições 16, 1999.

SAINT-HILAIRE, A. Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Tome 1. Paris: Grimbart et Dorez, 1830.

Burle Marx e o Horto

ALMEIDA, G. de. Contribuição à dendrometria das essências florestais dos relatórios de trabalho realizados de 1933 a 1937 no Horto Florestal da Gávea. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrária, 1943.

ALMEIDA, G. Estudo comparativo de cinco talhões de Eucalyptus. Rodriguesia v. 5. nº 14, set./dez. 1941, p. 367-374.

BOLETIM DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Rio de Janeiro, t. 15, v. 2, p. 137, 1926. Plantas expedidas do Horto para várias partes do país em abril de 1926.

BARROSO, M. A. L.; FRANKLIN COSTA, A. M. P. T.; ITALA, C. S. G.; VIEIRA, M. M.; MONTEIRO, S.S.; ABREU FARIA, L. M. Planta do Horto florestal do Rio de Janeiro – Contribuição. Boletim do Museu Kuhlmann, Ano 8, nº 3, jul./ago./set. 1985, p. 19-32.

CONTI, V. M.; IWAMOTO, S.; ALMEIDA, T. M. H. de; PEREIRA, T. S. Revisão dos limites do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Brasil. Nota Técnica. Rodriguesia 59 (3): 603-607, 2008.

DELPHIM, C. F. de M. & QUINTÃO, A. T. B. Plano geral de orientação para a área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. MA-IBDF – Ministério da Agricultura, 1980.

LAVOR, J. C. N. de. Solar da Imperatriz. Boletim do Museu Botânico Kuhlmann v. 8, n. 3, jul./set. 1985, p. 58-98.

MARTINS, M. F. V. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, políticas e reforma agrícola (1860-1897). Dissertação de Mestrado. UFF, 1995.

TABACOW, J. (org.). Roberto Burle Marx. Arte e paisagem. Conferências escolhidas. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

QUEIROZ, P. P. de (org.). Burle Marx, homenagem à natureza. Petrópolis: Vozes, 1979.

VALENTE, M. da C. & SILVA, N. M. Plantas úteis das áreas do entorno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Horto Florestal e Parque Lage. Rio de Janeiro [s.n.], 1999. Série Estudos e Contribuições.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Alda Heizer é historiadora. Doutora em História da Ciência pelo IG /UNICAMP. Trabalha no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e coordena o projeto coleções científicas em museus e jardins botânicos. Organizou, com o pesquisador Antonio Augusto Videira, o livro *Ciência, Civilização e República nos Trópicos* (FAPERJ/MAUAD, 2010) e com a pesquisadora Maria Margaret Lopes, o livro *Colecionismos, práticas de campo e representações* (EDUEPB, 2011).

Ana Rosa de Oliveira é engenheira florestal; doutora em Arquitectura – UPC-Universitat Politècnica de Catalunya/ Universidade de Valladolid, Espanha; pós-doutora em História das Ciências na COC-FIOCRUZ; responsável pelo Laboratório da Paisagem do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e professora colaboradora do PROURB-UFRJ.

Begonha Bediaga é historiadora e doutora em História das Ciências pelo IG/UNICAMP, pesquisadora do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e autora de artigos sobre o JBRJ.

Carlos Alberto Barbosa Zenicola é formado em Arquitetura e Urbanismo e pertence aos quadros do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro .Atualmente, cedido à Advocacia Geral da União, exerce a função de arquiteto na Unidade Regional de atendimento na cidade do Rio de Janeiro, projetando e instalando as unidades da AGU nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

Claudia Braga Gaspar é historiadora, formada pela PUC do Rio de Janeiro, com pós-graduação Lato sensu em Fotografia como Instrumento de Pesquisa nas Ciências Sociais pela Universidade Cândido Mendes. É autora do livro *Orla Carioca*, lançado em 2004 pela editora Meta livros, e coautora de diversos outros livros que versam sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para *De Engenho a Jardim* editado em 2008 para as comemorações do centenário da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

Claudio Nicoletti de Fraga é biólogo, mestre em Ciências Biológicas (Botânica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorando em Biologia Vegetal pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é pesquisador do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com experiência na área de Botânica, ênfase em taxonomia de fanerógamas, florística de fanerógamas em áreas naturais do Estado do Espírito Santo. Em Biologia da Conservação, desenvolve pesquisa aplicada de conservação *in situ* e *ex situ* de espécies ameaçadas de extinção.

Dalila Tiago do Nascimento Furtado de Mendonça é arquiteta e urbanista, MSc em Arquitetura, área de História e Patrimônio Cultural pelo PROARQ/ UFRJ. Possui especialização em História da Arte e Arquitetura pela PUC- Rio, Educação Ambiental pela UCAM/ ENBT, e MBA em Edifícios Sustentáveis pela UCP/ UFF. Professora de Teoria e História do Paisagismo da Pós-graduação em Paisagismo e Interiores na UNIP e tecnologista do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

José Maria Assumpção é engenheiro agrônomo formado pela Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná. Responsável pelo Horto Florestal do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Marcus A. Nadruz Coelho é doutor em botânica, com especialização em Taxonomia Vegetal, e pesquisador da Diretoria de Pesquisas do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Agradecimentos:

Carla Lourenço Carneiro (Biblioteca Barbosa Rodrigues | JBRJ)
Catarina Capurro (Escola Nacional de Botânica Tropical ENBT | JBRJ)
Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha (Museu do Meio Ambiente MUMA | JBRJ)
Marcus Vinicius Calheiros Silva (Escola Nacional de Botânica Tropical ENBT | JBRJ)
Maria da Penha F. Ferreira (Biblioteca Barbosa Rodrigues | JBRJ)

Este livro foi impresso em 2011
em comemoração
aos 10 anos da
Escola Nacional de Botânica Tropical